

Marilena Julimar Fernandes

**Percursos de *Memórias*:
A Trajetória Política de Pedro Ludovico
Teixeira**

Uberlândia/2003

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Marilena Julimar Fernandes

Percursos de *Memórias*:

A Trajetória Política de Pedro Ludovico Teixeira

Dissertação apresentada ao Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em História, sob a orientação da Professora Doutora Christina da Silva Roquette Lopreato.

Uberlândia/2003

Marilena Julimar Fernandes

Percursos de *Memórias*:
A Trajetória Política de Pedro Ludovico Teixeira

Este exemplar corresponde à redação final
da dissertação, com defesa realizada em
23/01/2003.

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Christina da Silva Roquette Lopreato
(Orientadora)

Profa. Dra. Karla Adriana Martins Bessa.

Prof. Dr. Noé Freire Sandes.

Uberlândia/2003

Amo a História, se não a amasse não seria historiador. Fazer a vida em duas: consagrar à profissão, cumprida sem amor; reservar a outra à satisfação das necessidades profundas – algo de abominável quando a profissão que se escolheu é uma profissão de inteligência. Amo a história – e é por isso que estou feliz por falar daquilo que amo. (FEBVRE, 1985: 28).

A todas as pessoas que acreditam na força da Vontade e na capacidade de vencer mesmo a solidão da existência, como nos ensina, sabiamente, Edgar Allan POE: “E ali dentro está a vontade que não morre. Quem conhece o Mistério da vontade com seu poder? Porque Deus é apenas uma grande vontade que penetra todas as coisas graças à força de Sua aplicação. O homem não se submete aos demônios, nem se rende inteiramente a própria morte, a não ser pela debilidade de sua fraca vontade.”

Agradecimentos

A vida possui apenas uma realidade: a do instante (presente). Aceitamos que o ideal da vida seja a vida ardente do efêmero (...).
(Bachelard)

Memória voluntária, involuntária, coletiva, individual, tantas memórias! E, neste momento, (o dos agradecimentos), é hora de recordar, voluntariamente, pessoas que fazem parte da minha memória individual afetiva.

Recordar é uma forma de reviver, recriar, re-sentir, redescobrir o “velho” com olhos de quem amadureceu, de quem aprendeu a interpretar, de quem aprendeu a aprender, de quem aprendeu a experimentar criando, projetando o “novo”, o não vivido.

Esses agradecimentos destinam-se a todos aqueles que, presentes em meu cotidiano ou em minhas memórias, com suas histórias, ensinamentos e, em alguns casos, apenas pela afetividade e compreensão, foram indispensáveis para o desenvolvimento e conclusão deste trabalho.

À Professora Christina da Silva Roquette Lopreato, minha orientadora, que, com liberdade, orientou-me apontando caminhos que possibilitaram a realização desse trabalho, toda minha gratidão e respeito.

À Professora Eliane Martins Freitas, que, além de iniciar-me na pesquisa dos anos trinta, ensinou-me o amor pela História e cuja lembrança é sempre um estímulo.

Ao Professor Noé Freire Sandes, cujas observações sobre meu texto abriram caminhos até então ignorados.

Às Professoras Jacy Seixas e Karla Adriana Martins Bessa, pelas observações, críticas e sugestões no momento da Qualificação. Particularmente, à Professora Jacy, que,

com a disciplina *História e Memória*, oferecida no Programa de Mestrado, abriu caminhos e possibilidades para se pensar a questão da Memória, até então, por mim desconhecidas.

Ao Paulo César Inácio, *companheiro de guerra* na mesma busca.

Aos meus pais “Lili” e “Nego”, POR TUDO.

Ao Luílio, pela compreensão nos tantos momentos de ausência, reclusão e, principalmente, por tudo que representa.

À Laiane, “minha Princesa”, por sua existência.

Aos meus irmãos: Andomar, Cleudemar, Wagmar, Degmar e Jaqueline, que, em horas mortas e em ruas tortas, sempre, de alguma forma, estão comigo. Particularmente, ao Cleudemar pela disposição para ler o texto em pleno feriado de final de ano. E, também, ao Elimar (in-memória).

Ao Tony (irmão torto), pelo incentivo.

Aos Arquivos Públicos de Goiânia: Fundação Jaime Câmara, Museu Pedro Ludovico Teixeira, Museu da Imagem e do Som e Biblioteca Estadual Pio Vargas e, também, ao Arquivo do Senado Federal, sem os quais este trabalho não poderia ser realizado.

Sumário

RESUMO.....	9
INTRODUÇÃO.....	10
PALAVRAS DE COMEÇO EM COMEÇO DE PALAVRAS.....	10
CAPÍTULO I.....	22
RAÍZES DE UMA TRAJETÓRIA POLÍTICA.....	22
1.1 – PEDRO LUDOVICO: O HOMEM, A HISTÓRIA ...	23
1.2 – O PASSADO, O PRESENTE ... TUDO É EFÊMERO	30
CAPÍTULO II	43
O PASSADO, O PRESENTE, A MEMÓRIA.....	43
2.1– NAS PALAVRAS USADAS , ÀS FORÇAS SE REVELAM	43
2.2 – DESVENDANDO MÁSCARAS	66
2.3 – O MITO DO PROGRESSO HISTORICAMENTE CONSTRUÍDO	74
2.4 – IMAGEM DO PROGRESSO: GOIÂNIA.....	79
2.5 – O HOMEM RESENTIDO	92
CAPÍTULO III.....	98
AS PALAVRAS SE PERDEM?	98
3.1- REVOLUÇÃO DE TRINTA: FACHADA PARA A CONSTRUÇÃO DE GOIÂNIA..	114
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	118
PALAVRAS DE FIM EM FIM DE PALAVRAS	118
FONTE.....	123
ARQUIVOS PESQUISADOS.....	123
BIBLIOGRAFIA.....	123
BIBLIOGRAFIA SOBRE GOIÁS	124
BIBLIOGRAFIA GERAL	125

Resumo

Neste trabalho, procuramos compreender, a partir da obra *Memórias* (1973), de Pedro Ludovico Teixeira, a memória histórica da “Revolução de Trinta” em Goiás. Partimos da premissa de que a obra em questão é uma rememoração, uma recriação do passado no presente.

Procuramos resgatar o passado rememorado por Ludovico, em que refaz seu percurso em busca do presente da rememoração, para compreendermos as mediações entre esses diferentes tempos.

Por intermédio de suas *Memórias*, Ludovico busca resgatar, retomar e fortalecer sua imagem como um político íntegro, honesto e capaz de qualquer sacrifício em benefício do progresso de Goiás e bem-estar do povo goiano. Consideramos que o autor constrói para si a imagem de um “herói”, de salvador desse Estado e de seu povo.

Na rememoração que Ludovico faz da “Revolução de Trinta” em Goiás, em muitos momentos, incorpora-se como o autor da própria revolução; em outros, usa discursos ou documentação da época para enfatizar que a revolução proporcionou a salvação, a reconstrução do Estado e o rompimento com o passado.

Pensamos que o autor construiu sua narrativa sobre a “Revolução de Trinta” em Goiás, procurando reconstruir uma imagem de honestidade e integridade, em decorrência das perseguições políticas pelas quais passou no final da década de 60, quando teve seu mandato de Senador Federal cassado e seus direitos políticos suspensos por dez anos. Entendemos essa reconstrução da memória como um protesto contra o regime militar estabelecido naquele período.

Introdução

Palavras de Começo em Começo de Palavras

Como ponto de partida, considere simplesmente provado que o começo nada tinha por trás de si, nem diante de si, que era um começo, de fato, que era um começo e nada mais que um começo, em suma que este começo era ... aquilo que era¹.

A leitura das obras historiográficas sobre a “Revolução de Trinta”, em Goiás, explicitou-nos uma constatação comum: os autores que tratam o assunto, parecem concordar que o movimento de Trinta representou um marco divisor na história de Goiás. No eixo central dessas leituras está a noção de modernidade materializada na construção de Goiânia.

Por outro lado, é possível perceber, também, que essa historiografia não se preocupa com a compreensão do significado da “Revolução de Trinta” para seus contemporâneos, “revolucionários” ou situacionistas. Pensamos que para compreender 30 é preciso retomar o que esse movimento foi para seus participantes e contemporâneos, em “suas diferentes e conflitantes versões.” É a partir dessa questão que procuramos desenvolver nossa pesquisa, utilizando como fonte principal a obra *Memórias* de Pedro Ludovico Teixeira².

Diante dessa problemática procuramos desenvolver os seguintes objetivos:

- procurar compreender os significados que um sujeito histórico participante direto do movimento, Pedro Ludovico Teixeira, atribuiu à “Revolução de Trinta” em Goiás;

¹ LISPECTOR, Clarice. *Histórias Extraordinárias de Allan Poe*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1996.

² TEIXEIRA, Pedro Ludovico. *Memórias*. Goiânia: Ed. Cultural: Goiânia, 1973.

- compreender os mecanismos da construção de uma dada memória histórica sobre a “Revolução de Trinta” em Goiás, a partir da análise da obra *Memórias* de Pedro Ludovico Teixeira.
- Explicitar as imagens constituídas pelo autor e atribuídas a si mesmo, os silêncios, os esquecimentos implícitos na obra, a relação memória - ressentimento e o projeto político que emerge e se sustenta a partir de 1930.
- compreender como a historiografia que trata do período em Goiás tem utilizado essa memória histórica.

Além da fonte supracitada recorreremos, também, aos Arquivos Públicos de Goiânia-Goiás: Organização Jaime Câmara, Museu Pedro Ludovico Teixeira, Museu da Imagem e do Som e a Biblioteca Estadual Pio Vargas; Arquivo do Senado Federal, onde encontramos artigos sobre Pedro Ludovico publicados no *Diário Oficial*, no *Diário do Congresso Nacional*, entre outros. Nosso intuito foi obter informações sobre a cassação do mandato de Senador de Pedro Ludovico Teixeira e a suspensão de seus direitos políticos durante o Regime Militar. Analisamos vários artigos do Jornal *O Popular* das décadas de 60 e 70, além de alguns microfilmes desse mesmo jornal, da década de 60, nos quais encontramos pouquíssimas informações sobre o assunto.

Para a realização desse estudo, não foi possível fazer um recorte temporal tradicional, pois não se trata de um tempo único, mas diferentes temporalidades, visto que a obra analisada é uma rememoração do fato – “Revolução de Trinta”, em Goiás. Com isso, faremos uma discussão sobre o presente da rememoração pelo autor, década de 70, o passado rememorado, 1930 e outros momentos dos anos 30.

A “Revolução de Trinta”, em Goiás, tem sido objeto de dois tipos de produção: a dos memorialistas³ e a dos historiadores profissionais. Entre os memorialistas encontramos a obra de Pedro Ludovico Teixeira, *Memórias*⁴. Essa obra não é a única que pode ser classificada “memorialista”, mas é a única obra conhecida, escrita por alguém que teve,

³ É comum utilizar-se a expressão historiador local para designar aqueles indivíduos que, mesmo sem formação acadêmica em História, tomam para si a tarefa de “não deixar no esquecimento” a história de sua cidade. Em alguns lugares, estes historiadores são também denominados: “historiador amador”, “historiador dileitante” (Le Goff) ou ainda cronista local. O termo “memorialista”, apesar de ser mais frequentemente relacionado com relato de memórias pessoais, é também utilizado para designar, particularmente, os autores das histórias de província, comuns no século XIX, sob o título de “Memórias”. Sobre a diferença entre o historiador profissional e o historiador amador ver: LE GOFF, Jacques. “História”, In: *História e Memória*, 2ª ed., Campinas: Ed. UNICAMP, 1992.

⁴ TEIXEIRA, Pedro Ludovico. Op. Cit.

segundo o autor, participação ativa no movimento “revolucionário” de outubro de 1930, no Estado de Goiás.

O livro foi publicado no início da década de setenta, quatro anos depois que Ludovico teve seu mandato de Senador, pelo Estado de Goiás, cassado e seus direitos políticos suspensos por dez anos pela Junta Militar. Segundo o autor (...) *deixando de ser Senador, já em idade avançada e não tendo um trabalho certo com que me distrair, procurei tê-lo, rabiscando estas linhas que constituem este livro (...).*⁵

A análise da obra dos memorialistas permite-nos uma discussão sobre o conhecimento produzido acerca do passado, e sobre o qual a memória histórica que se pretende *salvar do esquecimento*⁶ e transmiti-las às gerações futuras. Por acreditarmos que a produção do conhecimento sobre o passado não é neutra, nem uma escolha inocente, mas que se insere no movimento da sociedade, na articulação das lutas políticas e ideológicas, consideramos necessário uma breve discussão sobre esse tipo de produção.

As obras de memorialistas são, ainda hoje, muito comuns nas pequenas cidades do interior do Brasil. Os memorialistas, de um modo geral, fazem parte da “intelectualidade” da cidade (médicos, advogados, professores, jornalistas, entre outros), muito próximos do poder, pertencentes ou não às elites dominantes⁷.

Verificamos um certo preconceito dos historiadores profissionais ao tratarem estas obras. Tal preconceito deve-se ao fato destas produções serem, na sua maioria, glorificações de grandes personagens políticos, e/ou por preocuparem-se excessivamente com a exatidão dos fatos narrados confundindo-se, muitas vezes, com a “busca de uma verdade absoluta.”

Enquanto memória histórica, estas obras são caracterizadas por apresentarem

um cunho ideológico e políticos evidentes, transmitindo explicitamente demandas de setores dominantes da sociedade no sentido de homogeneização de interesses e com forte enraizamento no pensamento liberal demonstrando, entre outros, através de um discurso com uma certa perspectiva de progresso. Assim, todo o passado é narrado a partir de um ponto no presente, que está claramente marcado pela projeção do futuro, ou seja, um presente de prosperidade e desenvolvimento. O passado é reconstruído, as vezes reinventado, como

⁵ Idem. p. 8.

⁶ Sobre a questão do esquecimento, ver: POLLAK, Michael. “Memória, esquecimento, silêncio”, In: *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol 2, n 3, 1989.

⁷ FREITAS, Eliane Martins. *Memórias de uma “Odisséia”: Tito Lívio (Teixeira) e a Construção da Memória Histórica sobre a “Revolução de Trinta” em Uberlândia – MG*. Campinas: Unicamp, 1999. p. 26
Dissertação de Mestrado.

*portador de uma missão que se vê caracterizando-se no presente, mas deverá alcançar seu auge no futuro*⁸

Essas obras são amplamente divulgadas, são freqüentemente utilizadas como fonte de pesquisa. Um bom exemplo disso é o fato do livro *Memórias*, de Pedro Ludovico Teixeira, ter se tornado fonte de referência para os historiadores da “Revolução de Trinta” em Goiás, cristalizando uma certa memória sobre o movimento. Dessa forma, a função do autor

*é característica do modo de existência, de circulação e de funcionamento dos discursos no interior de uma sociedade e, por esse motivo, a reflexão sobre a obra não pode estar desvinculada da discussão sobre os regimes de construção da memória coletiva de uma sociedade.*⁹

A questão acima coloca-nos diante de uma discussão necessária para se entender a relação memória/história sintetizada, neste texto, na expressão “memória histórica”¹⁰. Assumimos o termo “memorialista” por entender que se aplica melhor às obras, como a de

⁸ Idem. p, 26.

⁹ FREITAS, Eliane Martins. Op. Cit. p. 28.

¹⁰ As reflexões que argumentam nossa posição sobre memória foram feitas a partir dos seguintes autores: ANSART, Pierre. “História e Memória dos Ressentimentos”. In: BRESCIANI, Stella e NAXARA, Márcia (org.). *Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 2001.

BERGSON, Henri. *Matéria e Memória* [1896]. São Paulo: Martins fontes, 1990

BOSI, Ecléia. *Memória e Sociedade: Lembranças de velhos*. 3ª ed., São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

KONSTAN, David. “ressentimento – História de uma emoção.” In: BRESCIANI, Stella e NAXARA, Márcia (org.). *Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 2001.

LE GOFF, Jacques. “Memória”, In: *História e memória*. 3ª ed. São Paulo: Editora da UNICAMP, 1994.

NORA, Pierre. “Entre História e Memória: a problemática dos lugares.” In: *Projeto História*. São Paulo: EDUC (10) , dezembro/1993.

POLLAK, Michael. “Memória, esquecimento, silêncio”, In: *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol 2, n 3, 1989.

SEIXAS, Jacy A. “A aprendizagem (proustiana) da memória e do esquecimento e a discussão historiográfica hoje”, In: *Anais do XI Encontro Regional de História – ANPUH-MG*. Uberlândia: UFU, 1998.

_____. “Os campos (in) elásticos da memória: reflexão sobre a memória histórica.” In: Bresciani, M. S. Magalhães, M.B., Seixas, J.A (org.), *Razão e sentimentos na política*. Brasília: Ed. UNB, 2001.

_____. “Percurso de Memórias em Terras de História: Problemáticas atuais”. In: BRESCIANI, Stella e NAXARA, Márcia (org.). *Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 2001.

_____. “Halbwachs e a memória-reconstrução do passado: considerações sobre as relações entre memória coletiva e história”. In: *Revista UNESP*, no prelo.

_____. “Os tempos da memória: (des)continuidade e projeção. Uma reflexão (in)atual para a história. In: *Projeto História*. PUC/SP, no prelo.

VESENTINI, Carlos A . *A teia do fato: uma proposta de estudo sobre a memória histórica*. São Paulo: HUCITEC, 1997

Pedro Ludovico Teixeira, que, além de não usarem um método próprio da disciplina História, utilizam-se do recurso da memória pessoal e de outras pessoas enquanto “testemunhas” dos acontecimentos.

Na tentativa de enfrentar a questão sobre a relação memória/história recorremos a historiadora Jacy Seixas, que nos alerta:

(...) a crescente revalorização da memória no interior da historiografia, o acúmulo de falas da memória, sua operacionalização cada vez mais eficaz, o direito e dever de memória, reivindicado por inúmeros grupos sociais e políticos, convivem com um movimento inverso, que aponta para um descaso ou fragilidade teórica realmente instigantes. Em uma palavra, muito se fala e se pratica a “memória” histórica – o boom atual da história oral e das biografias é nesse sentido, bastante expressivo – mas pouquíssimo se reflete sobre ela.¹¹

Os historiadores, segundo a autora, ao não enfrentarem a questão teórica em torno da memória, agem *como se a memória, em sua relação com a história, deixasse, em grande medida, de ser memória para enquadrar-se nos preceitos teórico-metodológicos da historiografia, com se ela, espontaneamente se redefinissem (...).*¹² As críticas da autora coloca-nos diante da dificuldade encontrada no sentido de definir memória histórica, principalmente porque essa discussão tem sido direcionada pelas idéias básicas de Halbwachs, assumidas posteriormente por Pierre Nora, ou seja, na oposição que este

estabelece entre memória individual e memória coletiva e, sobretudo, entre memória coletiva e história. À memória coletiva, Halbwachs confere os tributos de ser uma atividade natural, espontânea, desinteressada e seletiva, que guarda do passado apenas o que lhe possa ser útil para criar um elo entre o presente e o passado; ao contrário da história, que é um processo interessado, político e, portanto, manipulador.¹³

Como desdobramento dessa concepção, a *memória encontra-se prisioneira da história ou encurralada nos domínios do privado, transformou-se mesmo em objeto da história, em memória historicizada*¹⁴. A proposta da autora é reinvestigar não apenas a dimensão voluntária da memória, mas, também, a involuntária.

¹¹ SEIXAS, Jacy A. Op. Cit. p. 31.

¹² Idem, ibidem.

¹³ Idem, p. 32.

¹⁴ Idem, ibidem.

Para discutir a questão da memória involuntária, recorreremos à leitura que Seixas fez dos autores “modernos” Bergson¹⁵ e Proust¹⁶. Segundo Seixas esses dois autores criticam a memória voluntária enfatizando que ela é apenas uma repetição do passado e impede o acesso à “verdadeira memória”. Para Bergson, a lembrança é a sobrevivência do passado conservado no espírito de cada um. O passado aflora a consciência na forma de imagens-lembrança que se apresentariam, segundo ele, de forma mais pura através dos sonhos e devaneios.

É justamente a importância dessa separação, e tudo quanto ela comporta de destaque na pureza da memória, que vai ser relativizado por Maurice Halbwachs - herdeiro da tradição sociológica francesa. Nesse autor, o eixo das investigações se desloca para as funções que as representações e idéias dos homens exercem no interior do seu grupo e da sociedade em geral. Esse predomínio do social sobre o indivíduo deveria alterar o enfoque dos fenômenos dito psicológicos como a percepção, consciência e memória.

Segundo a leitura de Seixas, para Bergson, a memória é livre, subjetiva, uma força espiritual prévia a que se opõe a substância material que é, na verdade, seu limite e obstáculo. A matéria, segundo o autor, é a única fronteira que o espírito pode conhecer, por isso levaria ao esquecimento. A matéria bloqueia o curso da memória. Esse autor não discute memória como um fenômeno social, ao contrário de Halbwachs que enfatiza que os fatos sociais determinam o modo de agir, pensar e sentir, exteriores ao indivíduo e possuem um poder coercitivo que são impostos.

Nesse aspecto, Halbwachs não estuda a memória como tal, mas os “quadros sociais da memória¹⁷”. A memória do indivíduo depende de seu relacionamento com o grupo social ao qual pertence. Nessa perspectiva, o autor amarra a memória da pessoa à memória do grupo; e esta última à esfera maior da tradição que é a memória coletiva de cada sociedade. Toda memória social é reconstruída, é reconstrução do passado a partir dos quadros sociais do presente. São esses quadros sociais que, segundo Halbwachs, conferem realidade à memória.

O caráter livre, espontâneo, quase relativo a sonhos é, segundo Halbwachs, excepcional. Na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir,

¹⁵ BERGSON, Henri.: *Matéria e Memória*. Op. Cit.

¹⁶ PROUST, apud SEIXAS, Jacy A de. A aprendizagem (proustiana) da memória e do esquecimento e a discussão historiográfica hoje. Op. Cit.

¹⁷ Sobre esse assunto, segundo aula ministrada pela Profa. Dra. Jacy Seixas, na disciplina História e Memória, do Programa de Mestrado em História da UFU/ Universidade Federal de Uberlândia, ler: HALBAWACHS, Maurice. *Les Cadres sociaux de la mémoire* [1925], Paris, Albin Michel, 1994.

repensar, com imagens e idéias de hoje, as experiências do passado. A memória não é sonho, é trabalho. Se assim é, deve-se duvidar da sobrevivência do passado, exatamente como foi, e que se daria no inconsciente de cada sujeito. A lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão agora a nossa disposição, no conjunto de representações que permeiam nossa consciência atual. Por mais clara que seja a lembrança de um fato antigo, ela não é a mesma imagem que experimentamos.

Para Seixas, Proust faz uma crítica ainda mais radical à memória voluntária ressaltando que esta, além de estar ligada ao hábito, está, também, ligada ao conhecimento e buscar o passado por meio do gesto voluntário da inteligência é ao mesmo tempo desgastante e infecundo. A memória, por ser espontânea, é permeada de imagens que aparecem e desaparecem independentes de nossos desejos.

Com relação à memória, Tarkovski, ressalta que:

A memória é algo tão complexo que nenhuma relação de todos os seus atributos seria capaz de definir a totalidade das impressões através das quais ela nos afeta. (...) Privado de memória o homem se torna prisioneiro de uma existência ilusória; ao ficar à margem do tempo, ele é incapaz de compreender os elos que o ligam ao mundo exterior – em outras palavras, vê-se condenado à loucura¹⁸.

As questões colocadas são desafios para os historiadores que trabalham com a memória. Numa outra vertente historiográfica, contrária a que expusemos até o momento, encontra-se a discussão estabelecida por Vesentini sobre a *criação do fato e a instituição de sua memória*¹⁹. Esse autor discute 1930 enquanto *fato histórico*, buscando mostrar que houve uma apropriação do mesmo a partir da construção de uma dada memória sob a ótica do vencedor; nessa perspectiva, afirma:

Trata-se da apropriação e utilização posterior do fato. Não o retomar do tema revolução, mas o reafirmar da revolução de trinta e do tempo ligado a ela, ainda na senda da dominação (...). Penso, retomando o viés da difusão do fato (...), na recuperação da memória como parte integrante do exercício do poder (...). Quando o fato pode manter e reconsiderar se sentido de fundação, de abertura desse tempo onde todos estiveram, o ponto de unidade e de procura de início do atendimento e consecução das aspirações gerais. Comparece quando,

¹⁸ TARKOVSKI, Andrei. “O tempo impresso”, In: *Esculpir o Tempo*. São Paulo: Martins Fontes, 1990. p. 64-65.

¹⁹ VESENTINI, Carlos A . Op.Cit.

*novamente, a legitimidade se coloca e a dúvida sobre esta – iniciando no sistema do pode – obriga a refundar (...)*²⁰.

Temos conhecimento que mesmo em um trabalho destinado à reconstrução da memória dos vencidos aplica-se à memória voluntária, ou à memória conhecimento, tão radicalmente criticada por Seixas. Mas reconhecemos, também, que ao privilegiar a memória dos excluídos, dos marginalizados, das minorias, a história ressaltou a importância de *memórias subterrâneas, que como parte integrante das culturas dominadas se opõe a memória oficial*.²¹

Enquanto memória histórica, as considerações acerca da memória voluntária são as mais aceitas pela maioria dos historiadores, ou seja, *a recordação que se debruça sobre o passado vendo-o como história, particularmente quando um acontecimento ultrapassa sua significação puramente pessoal e atinge uma abrangência maior, apresentando-se como geral*²². Porém, a perspectiva que assumimos para este trabalho implica a memória como um campo complexo, conforme assinala Seixas, perpassando por questões como: mediações entre passado e presente, mecanismos de construção da própria memória, nos quais encontramos silêncios, esquecimentos, ressentimentos, seleção de fatos, construção de imagens, entre outros.

Nessa perspectiva, entendendo a obra de Pedro Ludovico Teixeira enquanto rememoração destinada a um balanço do passado, atentamo-nos às questões intrínsecas à memória, tais como: seu caráter seletivo, sua capacidade de ampliar o significado do acontecimento, o diálogo com outras interpretações e as mediações entre o passado recordado e o presente do memorialista.

Nesse movimento de constante busca e ressignificação do passado, pensamos que a

*memória guarda tudo aquilo que interessa ao momento, as versões sociais, políticas, econômicas e culturais que constituem elementos fundamentais nessa reconstrução que Ludovico faz do movimento “revolucionário” de Trinta, no sentido de manter a continuidade do passado, exaltando seu papel de agente revolucionário, e mais que isso, protestando contra o presente.*²³

²⁰ VESENTINI. Op. Cit. p, 157.

²¹ MICHAEL, Pollak. Op. Cit. p.4.

²² FREITAS, Eliane Martins. Op. Cit. p.27.

²³ FERNANDES, Marilena Julimar. *História e Memória: A “Revolução de Trinta” em Goiás*. Catalão-GO: Universidade Federal de Goiás. Monografia de conclusão de Bacharelado. 2000. (mimeo).

Às vezes, o passado não é questionado porque faz parte da memória como algo com um sentido formalizado. Esse sentido é produzido socialmente por grupos e a sociedade aceita e o legitima. Isso ocorre porque as mudanças que ele apresenta têm legitimidade nessa sociedade. Quando a mudança ocorre de forma radical, o passado torna-se modelo para o presente, ou seja, o passado como idéia de ruptura. Os momentos do passado são construídos para servir de modelos para o presente. Nesse sentido, tenta recuperar apenas o que for interessante para reafirmar o presente.

Ao buscar no passado a reconstrução do presente, há uma seleção do que gostaria de ser lembrado, visto que a memória é seletiva. Dessa forma, o “novo” e o “revolucionário” são usados como sinônimos de melhor, mais desejável, uma vez que a inovação, o moderno é facilmente aceitável²⁴. Essa acepção permite-nos pensar as mediações entre o presente da rememoração e o passado rememorado de Ludovico, não como uma relação de imposição de um para o outro, mas o rememorar como recriação do passado.

Nesse contexto, podemos também, pensar a memória como um mecanismo de construção do passado, como enfatiza Bosi:

A memória não é oprimida apenas porque lhe foram roubados suportes materiais, mas também porque em outra ação, mais daninha e sinistra, sufoca lembrança: a história oficial celebrativa cujo triunfalismo é a vitória do vencedor a pisotear a tradição dos vencidos (...) após terem sido capazes de reconstruir e interpretar os acontecimentos, (...) restauram os estereótipos oficiais, necessários a sobrevivência da ideologia da classe dominante²⁵.

Pensamos que a memória histórica produzida pelo discurso do poder, em seu exercício de dominação, tende a refazer a história, a partir de suas próprias referências, deixando no campo da memória política marcas profundas, cujas conseqüências podem ser avaliadas. Dessa forma, fica afastada a história dos vencidos, das lutas de classes. Todas essas categorias ficam silenciadas. Nesse contexto, a memória histórica da “Revolução de Trinta” é interpretada como um “fato histórico” e não como uma das versões possíveis do processo histórico.

²⁴ Sobre essa questão ler HOBBSBAWN, Eric. “O Sentido do Passado.” In: *Sobre a História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

²⁵ BOSI, Ecleia. Op. Cit., p. 20.

Seria um equívoco, segundo Vesentini, analisar as construções da memória da “Revolução de Trinta” a partir das representações do poder político que as elaboram, pois a difusão dessa memória coletiva no pensamento e nas práticas políticas dos agentes sociais está presente nas imagens não só dos vencedores, como também dos vencidos. Segundo o autor, *a Revolução de Trinta como memória histórica do vencedor da luta, fazendo parte do exercício de dominação, edifica o futuro ao mesmo tempo em que refaz o passado, qualificando tanto os agentes como o seu próprio sentido.*²⁶

No artigo *A revolução do vencedor*²⁷, Vesentini e De Decca ressaltam que esse discurso “é o fazer da política enquanto o refazer da memória”, ou seja, a construção do discurso enquanto parte do movimento de memorização volta-se, necessariamente tanto ao passado que justifica o presente como ao futuro numa visão ideal e difusa. Anula-se, assim, a existência de determinados sujeitos e define o lugar da história para todos os agentes sociais, isto é, além de periodizá-la, determina onde deve ser lida

*como um momento do exercício de dominação, a produção da idéia de revolução de trinta é a produção também de uma fala definidora do lugar na história, comportando aí os agentes sociais que obstruem o futuro da Nação, e uma revolução capaz de transformar essa nação num sujeito com uma nova consciência*²⁸.

Os autores concluem enfatizando que a memória pode ser apropriada e reelaborada em outros momentos pelo poder vigente demonstrando que houve uma apropriação do fato histórico “Revolução de Trinta” e a construção de uma memória sob a ótica do vencedor, legitimando, assim, o poder dominante do momento, definindo, também, o campo da ação coletiva em um único lugar.

Pensamos o passado rememorado de Pedro Ludovico tornando-se um espaço reconstruído no presente e o rememorar como um caminho que ele refaz buscando novas perspectivas para pensar o presente²⁹. Essa questão será discutida no decorrer da pesquisa.

Nosso trabalho foi dividido em três capítulos. No primeiro capítulo, *Raízes de uma Trajetória Política*, analisamos o processo que envolve a obra *Memórias* (1973) de Pedro Ludovico Teixeira, possibilitando, assim, a compreensão das mediações entre o presente da

²⁶ VESENTINI, Carlos A. Op. Cit., p. 108.

²⁷ _____ & DE DECCA, Edgar S. “Revolução do Vencedor”. In: *Revista Ciência e Cultura*. 29(1), janeiro, 1997.

²⁸ Idem. p. 26.

²⁹ FERNANDES, Marilena Julimar. Op. Cit.

rememoração e o passado rememorado, não como uma relação de imposição de um sobre o outro, mas o rememorar como recriação do passado.

O segundo Capítulo, *A memória, o passado, o presente...*, retoma a trajetória da vida que projetou Ludovico em sua obra *Memórias*, na qual a vida do autor se confunde com os acontecimentos históricos mais importantes do Estado de Goiás a partir de 1930. Faremos uma discussão sobre as imagens criadas por Pedro Ludovico e atribuídas a si mesmo como de *um homem íntegro, honesto e disposto a trabalhar pelo bem do Estado e do povo Goiano*, a partir da idéia de ruptura³⁰ com o passado – antes de trinta – visto por ele como o tempo de todos os “agravos, dos conchavos políticos, do atraso”.

Destacamos a coerência projetada no relato da obra com o objetivo de mostrar a intenção do autor em destacar o quanto ele, o “grande político”, sempre foi comprometido com seus princípios. São discursos que tiveram, de forma diferenciada, a intenção de destacar o “herói” e o “político íntegro e honesto” que foi Pedro Ludovico. Como todas as autobiografias, normalmente exaltadoras do personagem, os fracassos, as derrotas, os conflitos políticos, as diferenças e os interesses pessoais não são considerados.

Analisando a obra *Memórias* em suas lembranças, “esquecimentos” e “silêncios”, percebemos que estas representações foram tecidas, exceto na obra de Rosa³¹, de modo a preservar a imagem do “grande homem”, reafirmando a imagem o político que o próprio Ludovico construiu. Essas memórias foram apropriadas e não questionadas.

Em seguida, procuramos demonstrar com a análise da obra, o contexto na qual ela foi escrita. Tempo em que Ludovico era cassado pela Junta Militar e entendendo-a como um texto político e de protesto que, além de “voltar ao passado” para reconstruir sua imagem, evidencia os confrontos, os debates e os ressentimentos que Ludovico sentia diante da situação política que enfrentava, cassação e suspensão dos direitos políticos pela Junta Militar.

Ainda neste capítulo, discutimos, também, o projeto político de Pedro Ludovico materializado na construção e na transferência da capital do Estado da cidade de Goiás para Goiânia. Para Ludovico, a ruptura com o atraso e a inserção do Estado rumo ao

³⁰ Segundo, BORGES 1998, a História Política brasileira foi marcada por essas duas interpretações: continuidade/ruptura. A idéia de ruptura foi construída por aqueles grupos que assumiram o poder pós-trinta e é apropriada pela memória oficial. Essa idéia *reina quase que soberana*. A idéia de continuidade, opondo-se a ruptura, *interpreta o movimento de outubro de 1930 como uma simples troca de homens no poder*. p. 170.

³¹ ROSA, Joaquim. *Por esse Goiás afora ...* Goiânia: Cultura Goiana., 1974

progresso só seria possível com a transferência da Capital do Estado. Este era seu “grande” projeto político.

O terceiro capítulo *As palavras se perdem?*, tem como objetivo explicitar como a historiografia que trata a “Revolução de Trinta”, em Goiás, se apropria da memória de Pedro Ludovico Teixeira. Assim como Ludovico, esses autores não dão muita ênfase ao movimento “revolucionário” em si, mas, sim ao pós-trinta; utilizando-se dos mesmos documentos utilizados por Ludovico no livro *Memórias*, os mesmos discursos da época, principalmente aqueles preferidos por Pedro Ludovico Teixeira durante o Governo do Estado. O eixo central da discussão, em todos os autores, é a construção e a transferência da capital do Estado.

CAPÍTULO I

Raízes de uma Trajetória Política

A verdade manda que se diga que essa missão não me foi confiada pôr um mero acaso. Não me foi dada através de conchavos e cambalachos políticos, indecorosos, em que meia dúzia de homens resolvia, em conciliábulos, a sorte do País ou de uma das células componentes. Não consegui essa posição, tampouco, através de farsa de um sufrágio desmoralizado como o que tínhamos no regime decaído, em que as eleições eram um mito, um opróbrio à face dos que recebiam as chapas na boca da urna. Conquistei-a à custa de sete anos de combate aos passadistas que nos asfixiaram com toda espécie de truculência. Conquistei-a, conhecendo cárceres, cujos grilhões jamais puderam abafar a voz de meu civismo, o entusiasmo das minhas ideologias. Conquistei-a com um longo sacrifício (...); com a invasão, pôr várias vezes, do meu lar pôr uma polícia celerada e sem freios, que se orientava pelas diretrizes torvas e criminosas de seus chefes³².

A proposta deste capítulo é analisar a elaboração da obra *Memórias*, de Ludovico, buscando compreender as mediações entre o presente da rememoração – década de 70 – e o passado rememorado – entre 1930 a 1964.

Refletir sobre o processo que envolve essa produção significa assumir que o compromisso do autor com a conjuntura política, social e econômica de sua época é inseparável da sua produção intelectual, possibilitando, assim, a compreensão das mediações entre o presente da rememoração e o passado rememorado, não como uma relação de imposição de um para o outro, mas o lembrar como recriação do passado³³.

³² TEIXEIRA, Pedro Ludovico. Op. Cit., p. 52.

³³ FERNANDES, Marilena Julimar. Op. Cit.

Na obra *Memórias*, essa produção “intelectual” existe para “validar”, para consolidar a vida política; ou seja, a obra foi escrita para vangloriar-se, para construir o político.

1.1 – Pedro Ludovico: O Homem, a História ...

Não há coisa alguma que persista em todo o Universo. Tudo flui, e tudo só apresenta uma imagem passageira. O próprio tempo passa (...). O que foi antes já não é, o que não tinha sido é, e todo instante é uma coisa nova³⁴.

Não pretendemos com este estudo um levantamento biográfico exaustivo de Pedro Ludovico Teixeira, mas consideramos necessário o apontamento de alguns aspectos de sua vida. Como observa Levi:

Como historiadores, imaginamos atores históricos que obedecem a um modelo de racionalidade anacrônico e limitado. Seguindo uma tradição biográfica estabelecida e a própria retórica de nossa disciplina, contentamo-nos com modelos que associam uma cronologia ordenada, uma personalidade coerente e estável, ações sem inércia e decisões sem incertezas³⁵.

A complexidade de se trabalhar com autobiografia constitui-se da falta de neutralidade da documentação e da ilusão que é tentar reconstruir um contexto vivido pelo indivíduo biografado. Dentro dessas perspectivas, pretendemos levantar alguns aspectos da vida de Pedro Ludovico Teixeira, utilizando como fonte suas próprias *Memórias* (1973), o livro de Machado³⁶, e artigos do Jornal *O Popular* publicados nas décadas de 60 e 70.

Pedro Ludovico Teixeira nasceu em 23 de outubro de 1891, na cidade de Goiás, onde cursou o primário e o ginásial. Segundo suas *Memórias*, orgulhoso de sua formação ginásial, destacando-se, principalmente, em francês e matemática, foi para o Rio de

³⁴ CHAUI, Marilena. *Convite à Filosofia*. São Paulo: Editora Ática. 1997.

³⁵ LEVI, Giovanni. “Usos da biografia”. In: FERREIRA, M. Moraes, AMADO, J. (org.), *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1996. p.168.

³⁶ MACHADO, Maria Cristina Teixeira. *Pedro Ludovico Teixeira: Um tempo, um carisma, uma história*. Goiânia: CEGRAF, 1990. Coleção Documentos Goianos, 18.

Janeiro estudar medicina. Matriculou-se, então, na Faculdade de Medicina da Praia de Santa Luzia em 1910.

Como enfatiza o próprio Ludovico, em suas *Memórias*, era um admirador da “Cidade Maravilhosa” e discutia muito com os amigos sobre literatura. Teve na literatura francesa e nos humanistas a base de sua formação intelectual. Citava Rousseau em suas discussões e, segundo Machado, era um admirador das idéias socialistas.

Ao concluir seus estudos no Rio de Janeiro, em 1916, retornou a Goiás. A sua volta a Goiás foi movida *pelos laços que o ligava a terra e pela convicção de que a sua atividade profissional poderia ser de maior utilidade ali, não foi muito agradável a Pedro Ludovico, habituado que estava à vida de um grande centro urbano.*³⁷ Nesse aspecto, Ludovico assinala que: *conquanto tivesse levado uma existência feliz na minha terra natal (...) notei que Goiás era uma cidade antiquada e em que não via possibilidade de corresponder às minhas aspirações*³⁸.

Após alguns meses, mudou-se para Bela Vista³⁹. Naquela pequena cidade, a vida para ele era *monótona demais. (...) A melancolia era minha constante companheira*. Muda-se, então, para Rio Verde, motivado pelo progresso que despontava na região Sudoeste do Estado. Mas, segundo o autor, *por mais que me esforçasse, não me habituara (...) a existência monótona das pequenas cidades (...)*⁴⁰. Podemos perceber, a partir da dificuldade colocada pelo autor em se adaptar às cidades goianas, a intenção de criar um centro urbano que atendesse aos seus anseios e expectativas. Pensamos que a partir desse momento, ele começa a justificar a construção de Goiânia e a transferência da Capital do Estado de Goiás.

Pedro Ludovico casa-se em 1918 com Gercina Borges, filha do senador Antônio Martins Borges, indo residir em Jataí por seis meses. Em 1919, retorna a Rio Verde. Segundo Machado, a partir daí foram *lançadas as raízes de uma vida política que somente seria interrompida pela morte, em 1979.*⁴¹

De acordo com as *Memórias* de Ludovico, sua carreira política se fez devido à *repugnância pela situação, que não mais resisti e tomei atitude (...) me sentia revoltado com a falsa democracia que existia em todo o Brasil e em Goiás.*⁴² Segundo Machado, a

³⁷ Idem. p. 69.

³⁸ TEIXEIRA. Op Cit. p. 21.

³⁹ Pequena cidade do interior goiano.

⁴⁰ Idem p. 25/26.

⁴¹ MACHADO. Op Cit p. 94.

⁴² TEIXEIRA. Op Cit. p. 27.

“militância na imprensa” foi de fundamental importância para a “iniciação” política de Ludovico. Era através do jornal *O Sertão*, mais tarde *O Sudoeste*, que fazia críticas ao caiadismo⁴³. Ludovico era, também, representante da *Voz do Povo no Sudoeste*, manifestando sua colaboração através de artigos, editoriais e telegramas denunciando fatos referentes aos “desmandos” dos Caiado que se passavam na região.

Quanto às críticas feitas aos Caiado, Ludovico enfatiza que: *Pouca gente tinha coragem de combater o Caiadismo. A maior parte do povo estava insatisfeita, mas só alguns pequenos grupos (...) punham as unhas de fora*⁴⁴.

Percebemos que Ludovico, em suas *Memórias*, tenta fazer acreditar que não tinha entusiasmo pela ação política sentiu-se, segundo suas próprias palavras, empurrado pela situação de calamidade em que se encontrava o Estado, não tolerava a violência do Caiadismo. Dessa forma, segundo Machado, Ludovico da atividade jornalística passa para a reação efetiva, marcada por tensões e embates com representantes do governo. Para essa autora, Ludovico era o “esteio” para a oposição que combatia o governo Caiadista na Capital e no Sudoeste. Dessa forma, Ludovico passa a exercer uma certa liderança na região.

Segundo as memórias de Ludovico, várias vezes foi preso por policiais militares “a mando” de líderes da oposição, como o Senador Antônio Ramos Caiado, sem, contudo, ser maltratado. Atribui esse fato ao respeito e ao prestígio que gozava por sua condição de médico. O autor fala, também, de sua participação ativa na luta armada na “Revolução de Trinta” em Minas Gerais e em Goiás. Segundo ele:

*no dia 04 de outubro de 1930, tomei meu carro e segui para Minas (...). Não podia, porém, passar por Itumbiara, já guardada por força policial (...). Quando chegamos do lado mineiro, já anoitecera. Seguimos em direção a Ituiutaba (...). Alguns companheiros me esperavam em Uberlândia. Atravessamos o Paraíba (...) em território goiano tivemos o primeiro choque (...) e o tiroteio se estabeleceu (...). Seguimos para uma cidade próxima (...) Quirinópolis (...) houve luta (...) a força policial bateu em retirada e nós entramos na cidade (...). Continuei em direção a Rio Verde (...) fui preso (...)*⁴⁵.

⁴³ A referência ao Caiadismo diz respeito a uma das mais importantes famílias goianas, que se mantiveram no poder político e econômico em Goiás durante todo o período da chamada “Velha República”. Em 1930, o Senador Antônio Ramos Caiado comandava, em Goiás, a resistência e a ofensiva contra a Aliança Liberal.

⁴⁴ TEIXEIRA Op. Cit. p. 27.

⁴⁵ Idem. pp. 35/36/37.

Após ser preso, em Rio Verde, e libertado alguns dias depois, dirigiu-se à cidade de Goiás, Capital do Estado e, no percurso, de acordo com suas memórias, foi informado da vitória da revolução em Minas Gerais. Chegando à Cidade de Goiás, juntamente com alguns amigos, invadiu e tomou o Palácio do Governo de Goiás antes da chegada da Coluna Mineira sob o comando de Carlos Chagas Pinheiro e Quintino Vargas. Consolidou-se, assim, a vitória dos revolucionários. É interessante perceber que o autor não narra como se deu a tomada do Palácio do Governo, no entanto, enfatiza que: *Consultei alguns amigos se queriam comigo ocupar o Palácio do Governo. Dez concordaram e assim o fizemos... No dia seguinte chegou a Coluna Arthur Bernardes (...).* ⁴⁶

Em 29 de outubro de 1930, foi formada uma Junta Governativa para representar o poder no Estado de Goiás. A Junta durou apenas três semanas e Pedro Ludovico Teixeira assumiu o controle do Estado, como Interventor Federal, até 1945, provavelmente, devido às suas ligações com os Mineiros por intermédio do Dr. Carlos Pinheiro Chagas. Essa ligação de Ludovico com Minas Gerais fica clara, em suas memórias, quando afirma que *duas vezes fui convocado a Minas Gerais, para ser orientado. Duas vezes foi adiada (...). Combinei um código (...) recebi um telegrama de Belo Horizonte nos seguintes termos: procuração segue urgente (...) que significa Revolução começou.* ⁴⁷

Segundo o autor, depois de 1942, quando se deu a inauguração Goiânia, até outubro de 1945, nada de interessante ocorreu na sua vida de político e administrador. No entanto, ressalta que *em 12 de outubro de 1945, houve o golpe militar contra o Presidente Getúlio Vargas e fui afastado da Interventoria Goiana* ⁴⁸. Logo após, houve eleição para o Senado Federal e Ludovico foi eleito Senador.

Em 1951, interrompe seu mandato de Senador para se candidatar ao cargo de Governador do Estado de Goiás. Ludovico enfatiza que a oposição, representada pela UDN, *lançou mãos dos meios mais ignóbeis contra minha candidatura (...) afirmavam que eu tinha correspondência com Carlos Prestes (...), chamando-me de camarada Pedro Ludovico* ⁴⁹. Contudo, foi eleito e assumiu, por apenas três anos e meio, o Governo do Estado de Goiás. Afastou-se do governo para se candidatar ao Senado pela segunda vez, sendo eleito em 3 de outubro de 1954.

⁴⁶ Idem p. 40.

⁴⁷ Idem p. 34.

⁴⁸ Idem p. 238.

⁴⁹ Idem p. 239.

Seu segundo mandato deveria terminar em 1963. No entanto, em 1962, Ludovico se candidata, pela terceira vez, ao Senado Federal alcançando um mandato de 8 anos. Exerceu seu mandato de Senador Federal até 1969, quando teve seu mandato suspenso e seus direitos políticos cassados por 10 anos pela Junta Militar.

Na tentativa de compreender o processo de cassação, recorremos ao Arquivo do Senado Federal⁵⁰. Nesse arquivo, encontramos publicado no *Diário Oficial*⁵¹ o decreto de cassação do mandato de Senador de Pedro Ludovico Teixeira:

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 1º do Ato Institucional n. 12, de 31 de agosto de 1979, combinado com o artigo 4º⁵² do Ato Institucional n. 5, de 13 de dezembro de 1968, e tendo em vista indicação do Conselho de Segurança Nacional, resolvem:

Cassar:

Os mandatos eletivos federais e suspender os direitos políticos, pelo prazo de dez (10) anos, os seguintes cidadãos: Pedro Ludovico Teixeira – Senador – Goiás (...). Brasília 30 de setembro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A partir de 1969, as informações sobre Pedro Ludovico Teixeira vão desaparecendo. Esse período da vida de Ludovico é considerado, segundo seu neto Luís, como *uma fase obscura*.⁵⁴

⁵⁰ Essa pesquisa no Arquivo do Senado Federal foi solicitada via Internet através do site <http://www.senado.gov.com>. Os documentos foram, gentilmente, enviados por funcionários do Senado, pelo sistema de Correios. Deste Arquivo recebemos documentos tais como: cinco exemplares do *Diário Oficial*: 13 de dezembro de 1968, no qual foi publicado o Ato Institucional n. 5; 20 de dezembro de 1968, Ato Complementar n. 39, de 20 de dezembro do mesmo ano; 1 de setembro de 1969, Ato Institucional n. 12; 1º de Outubro de 1969, Quarta-feira: Decreto de 30 de setembro de 1969. *Diário do Congresso Nacional*: 17 de agosto de 1979, Sexta-feira; 30 de agosto de 1979, Quinta-feira, neste foi publicado a “Ata da 139ª sessão – 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 9ª Legislatura” destinada a homenagear *a memória do ex-governador e ex-Senador Pedro Ludovico Teixeira*. Um artigo do *Jornal do Brasil*, de 17 de agosto de 1979, não foi possível identificar o título desse artigo. Um artigo do *Jornal Estado de São Paulo*, de 17 de agosto de 1979, intitulado *Pedro Ludovico morre em Goiás*.

⁵¹ *Diário Oficial* (Seção I – Parte 1) 8272 – Quarta-feira – 1 de Outubro de 1969.

⁵² C. f. Artigo 1º do Ato Institucional n. 12: *Enquanto durar o impedimento temporário do Presidente da República, Marechal Arthur da Costa e Silva, por motivos de saúde, as suas funções serão exercidas pelos Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, nos termos dos Atos Institucionais e Complementares, bem como da Constituição de 24 de Janeiro de 1967.*

⁵³ C. f. Artigo 4º do Ato Institucional n. 5: *No interesse de preservar a Revolução, o Presidente da República, ouvido o Conselho de Segurança Nacional, e sem as limitações previstas na Constituição, poderá suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais.*

⁵⁴ Ao fazer uma visita ao Museu Pedro Ludovico Teixeira, fui recebida por seu neto Luís que prontamente nos apresentou todo o acervo. Terminando a visita dirigi-me a ele, dizendo que gostaria de ter acesso às informações sobre a vida de Ludovico após ter sido cassado seu mandato de Senador do Estado de Goiás e seus direitos políticos suspensos por 10 anos. Então, sorridente, me respondeu: *Essa é uma fase obscura da vida do meu avô.*

Consideramos de fundamental importância compreender as razões pelas quais Ludovico foi cassado, para entendermos melhor a contextualização da publicação da obra, assim como os sentimentos que evoluíram o autor durante a escrita do livro.

Com o objetivo de encontrar tais informações, recorreremos aos Arquivos Públicos de Goiânia-Go, primeiramente, à Organização Jaime Câmara, na qual consultamos o jornal *O Popular*, em especial, os exemplares de 1960 a 1979. Encontramos pouquíssimas referências sobre a cassação do mandato de Senador por Goiás e a suspensão de seus direitos políticos por 10 anos pela Junta Militar. Não foi encontrado nenhum artigo mais detalhado sobre o tema, apenas rápidas referências.

Recorreremos, então, a outras fontes, como o Museu Pedro Ludovico Teixeira, Museu da Imagem e do Som e a Biblioteca Estadual Pio Vargas. Nesses arquivos, encontramos raras informações em pequenas notas no jornal *O Popular*⁵⁵ referente à vida de Pedro Ludovico Teixeira após ter deixado a vida pública.

Através da leitura e análise das fontes, percebemos que, após a cassação, Ludovico retornou à sua casa, juntamente com a família, em Goiânia-Goiás. Levava uma vida rotineira e simples. Às vezes, freqüentava a antiga fazenda no município de Rio Verde para fazer caçada juntamente com alguns amigos. Em Goiânia, recebia alguns poucos amigos. Mesmo afastado da vida política, Ludovico continuava a receber em sua residência, para uma visita social, políticos influentes do Estado de Goiás e até mesmo do país. No entanto, os jornais não mencionam os nomes desses políticos.

Segundo uma nota do jornal *O Popular*⁵⁶, Ludovico era considerado um conselheiro político, uma vez que, com os direitos cassados, não lhe era permitido pleitear cargos políticos. Estava publicamente afastado da vida política, mas, indiretamente, durante todo o período de suspensão, continuou mantendo contato com representantes políticos dos diferentes partidos, pois, segundo a nota jornalística, era muito respeitado até mesmo pelos adversários.

Um outro pequeno artigo do mesmo jornal⁵⁷ ressalta que, após deixar a vida política, Ludovico retornou, parcialmente, a exercer a medicina não como profissão ou com fins lucrativos, mas com o objetivo de atender, principalmente, aos trabalhadores de sua fazenda. Segundo o artigo, mesmo afastado da profissão de médico por quase 50

⁵⁵ Não foi possível localizar nos microfilmes pesquisados, a referência completa dos artigos. Consta apenas o nome do jornal e data de publicação.

⁵⁶ Jornal *O Popular* do dia 22 de julho de 1978.

⁵⁷ Jornal *O Popular* do dia 12 de setembro de 1978.

anos, durante a carreira política Pedro Ludovico mantinha-se atualizado através de revistas especializadas que assinava.

Em entrevista ao jornal *O Popular*, Ludovico confessou que, mesmo a contragosto, exercia a função de médico junto aos trabalhadores de sua fazenda em Rio Verde. Gratuitamente, indicava-lhes remédios ou os encaminhava para especialistas em Rio Verde ou Goiânia. Narrou, na entrevista, que pouco tempo antes havia curado uma mulher com “barriga d’água” e descoberto o problema de outra pessoa que havia passado pelas mãos de outro médico, sem sucesso⁵⁸.

Através das fontes, podemos perceber que de 1969 a 1979, Pedro Ludovico ocupava seu tempo com a família, visitas à fazenda, aos poucos amigos, alguns contatos políticos, com o exercício da medicina e, principalmente, a escrita de seu livro *Memórias*, como fica claro na epígrafe que o autor coloca no próprio livro: (...) *deixando de ser Senador, já em idade avançada e não tendo um trabalho certo com que me distrair, procurei tê-lo, rabiscando estas linhas que constituem este livro.*

No entanto, em 1979, Ludovico sofre um enfarte. Levado à Clínica Santa Úsula em Goiânia, sob o atendimento de seus médicos particulares Omar Carneiro – cardiologista – e Domingos Vigiano – clínico geral vem a falecer em 16 de agosto do mesmo ano. Em seu túmulo, em Goiânia, encontramos a seguinte epígrafe: *Um homem que fez tudo para o progresso de Goiás construindo Goiânia.* De acordo com informações colhidas, em um fragmento de jornal⁵⁹, na Biblioteca Estadual Pio Vargas, essa frase foi escolhida pelo próprio Pedro Ludovico que disse que quando morresse gostaria que ela fosse escrita em seu túmulo.

⁵⁸ Jornal *O Popular* do dia 24 de novembro de 1978.

⁵⁹ Não foi possível identificar o jornal, pois encontramos apenas um pedaço rasgado do mesmo.

1.2 – O Passado, O Presente ... Tudo é Efêmero

Ninguém deve pensar em termos de eternidade, ou de longa duração quando se tem o poder nas mãos. Tudo é efêmero e, na roda da vida, fatores psicológicos inesperados podem, em um momento, alterar a face de uma situação, de uma força, de um poderio que parecem eternamente sólidos⁶⁰.

Antes de fazer uma análise da obra, *Memórias* de Pedro Ludovico Teixeira, consideramos necessário pensar a relação passado/presente. Como a imagem do passado é reconstruída no sentido de explicar o presente, o passado é lembrado para dar sentido ao presente, planejar e projetar o futuro. Essa discussão faz-se necessária, pois estamos trabalhando com memórias construídas a “*posteriori*”.

O passado serve de padrão para o presente, é aquilo que a sociedade do presente referenda nele. Há, no presente, um movimento constante de lembrança do passado no sentido de reafirmar e legitimar o presente. Segundo Hobsbawn: *O que legitima o presente e o explica não é o passado como um conjunto de pontos de referência ou mesmo como duração, mas o passado como um processo de tornar-se presente.*⁶¹

Nessa acepção, a memória guarda do passado o que for necessário para se fazer uma ligação entre o presente e o passado. A memória não é fixa, porque rememorar não é reviver, ela é uma reconstrução do passado no presente.

Entendo memória como um processo de criação em que as lembranças são construídas a partir disso, o próprio passado do indivíduo que lembra vai se forjando e adquirindo um sentido para si⁶². Nesse compor das lembranças, a interferência maior é do próprio sujeito que recorda. Nesse sentido, o que entra em jogo são as experiências desse sujeito, tanto individuais quanto forjadas em seu grupo⁶³, o que marca o caráter profundamente dinâmico do ato de compor as lembranças.

A memória não aparece apenas como uma volta ao passado. Segundo Seixas:

⁶⁰ Discurso proferido por Pedro Ludovico, em 18 de outubro de 1967, publicado no *Diário do Congresso Nacional* Seção II, 3976, Quinta-feira, 30 de agosto de 1979.

⁶¹ HOBSBAWM, Eric. Op. Cit. p. 28.

⁶² Esse pensamento encontra-se em BOSI. Op. Cit. p, 67.

⁶³ HALBWACHS. Op Cit. p, 30.

ela não é um resgate passivo e seletivo de fatias de passado que vêm como um decalque compor ou ilustrar nosso presente; seu movimento, é antes de qualquer coisa o de prolongar o passado no presente. A memória não é algo que parte do presente fixando-se no passado; ela é prospectiva e, mais do que isso, é projetiva, lançando-se em direção ao futuro.⁶⁴

Dando continuidade a questão a autora ressalta que:

O movimento da memória desenha planos diferentes de consciência que, possuindo um centro representado pela atividade da percepção presente, se abrem em círculos que percorrem o espaço da memória voluntária e se expandem, de forma virtualmente crescente, atingindo regiões cada vez mais amplas de memória involuntária. Como toda lembrança se transforma à medida em que se atualiza e, ao fazê-lo, enriquece e desenvolve a recepção atual que, por sua vez, atrai um número crescente de lembranças complementares, podemos avaliar a elasticidade e tensão constitutivas desses campos ou espaço da memória⁶⁵.

Nesse movimento de constante lembrança do passado, podemos pensar que a memória guarda tudo aquilo que interessa ao momento. As versões sociais, políticas, econômicas e culturais constituem elementos fundamentais nessa reconstrução que Ludovico faz do movimento “revolucionário” de Trinta, no sentido de manter a continuidade do passado, exaltando seu papel de agente revolucionário, e, mais que isso, protestando contra o presente.

Às vezes, o passado não é questionado porque faz parte da memória como algo com um sentido formalizado. Esse sentido é produzido socialmente por grupos e a sociedade aceita e o legitima, isso ocorre porque as mudanças que o passado apresenta têm legitimidade nessa sociedade. Quando a mudança ocorre de uma forma radical, (uma revolução, por exemplo) o passado passa a ser o modelo para o presente. Os momentos do passado são construídos para servir de modelos para o presente. Nessa perspectiva, Ludovico tenta recuperar, em sua obra, apenas o que for interessante para reafirmar o presente.

Dentro desse contexto da relação passado/presente e da construção da memória, discutiremos o livro: *Memórias* de Pedro Ludovico Teixeira publicado, em 1973.

⁶⁴ SEIXAS. *Os tempos da memória: (des)continuidade e projeção. Uma reflexão (in)atual para a História*. Op. Cit. p. 3.

⁶⁵ Idem. p. 4.

Lembramos que um livro é um dos *lugares de memória* de que fala Pierre Nora⁶⁶, lugar privilegiado de onde podemos representar o passado ao invés de simplesmente refleti-lo. Lugar de onde representações, memórias e projetos silenciados podem emergir, possibilitando um olhar mais abrangente sobre qualquer período pesquisado, proporcionando-nos a oportunidade de captar as batalhas que são travadas para legar ao futuro determinadas visões do presente e do passado que interessam apenas às categorias sociais dominantes que privilegiam outras memórias sobre um determinado período.

A obra em análise é um livro de memórias que pode ser dividido em quatro momentos: no primeiro, apresenta uma autobiografia; no segundo, o autor narra sua experiência política, passando rapidamente pela “Revolução de Trinta” em Goiás e sua participação ativa nela; na terceira parte, Ludovico narra todo o processo da construção e transferência da Capital da Cidade de Goiás para Goiânia; no último momento, o autor relata rapidamente suas atividades no Senado Federal até 1964, recorrendo a alguns discursos proferidos por ele mesmo.

A autobiografia, segundo Jozef⁶⁷, é um discurso altamente problemático, devido à grande dificuldade de defini-lo como gênero. Contudo, nossa preocupação não consiste em definir conceitualmente a autobiografia, mas sim em apresentar alguns aspectos do texto autobiográfico que possibilite a compreensão da obra analisada. Consideramos que as experiências narradas nos textos autobiográficos podem ser consideradas como documentos, dentro do campo de estudos históricos, *pois a escrita do eu é um produto histórico*.⁶⁸

Pensamos que as características do texto autobiográfico são indícios da relação entre o autobiógrafo e seu próprio passado, ao mesmo tempo em que ele revela o projeto orientado para o futuro, de um modo específico de revelar-se a outrem. O tema específico da autobiografia é o relato das realidades experimentadas, a partir do qual a realidade externa pode se modificar. A autobiografia constitui-se de recortes selecionados pelo próprio sujeito, acerca de si mesmo, e visa, também, à construção e ao registro de uma imagem de si, sobre si.

⁶⁶ NORA, Pierre. Op. Cit. p. 07-28.

⁶⁷ Sobre essa questão ler: JOZEF, Bella. “(auto)biografia: Os territórios da Memória e da História”. In: LEENHARDT, Jacques & PESAVENTO, Sandra Jatahy (org.). *Discurso Histórico: Narrativa Literária*. Campinas, São Paulo: UNICAMP, 1998.

⁶⁸ Idem. p 297.

Segundo Ferreira Neto⁶⁹, ao trabalharmos com a autobiografia deparamos com dois problemas: primeiramente, coloca-se a questão das múltiplas temporalidades,

pois cada indivíduo tem o seu tempo. Nos relatos de vida são encontrados constantes retornos, tempos que se confundem e contradizem, o que nos impõe estar sempre em alerta para não cairmos em julgamentos ou dissolvermos as diferenças. Posteriormente, discute-se a questão da complexidade da identidade, a construção de si e do outro numa autobiografia. Além do caráter fragmentário e intencional, muitas vezes, a preocupação é com o nome próprio ou com o nome da família como um atestado de identidade reconhecimento social do seu portador que quer deixar através do tempo e do espaço⁷⁰.

A autobiografia é a narrativa da experiência de alguém que quer contar sua vida para dizer quem é. O testemunho nasce, muitas vezes, da necessidade de apresentar o lado “desconhecido” da história. Em outros momentos, o ato de narrar e o de recordar são armas contra a solidão e a dor, *memórias constituída de saberes, um saber transmitido e compartilhado por uma comunidade. A recuperação do mundo e de si mesma concebe-se em termos de um deslocamento em direção ao passado, uma espécie de reconquista do paraíso perdido.*⁷¹

Para muitos estudiosos do gênero autobiográfico existe uma impossibilidade de exteriorizar toda a essência do indivíduo, pois a individualidade é complexa e, por isso, a dificuldade em traçar uma autobiografia sem deformá-la, sem alterá-la. Levando em consideração estes argumentos foi possível compreender a obra de Ludovico com um documento estruturado por meio de fatos narrados, permeados por interesses, paixões e emoções, imbricada na “luta” política que, de certa forma, configurou-se com o Regime Militar em 1964, que teve como consequência sua cassação, em 1969.

Após estes apontamentos, fica claro que a autobiografia traz em si ambigüidades e problemas para o historiador. Mas traz também muitas possibilidades que não devem ser deixadas de lado pelas dificuldades que lhe são inerentes. É certo que um relato autobiográfico oferece uma visão “lacunar” daquilo que aconteceu. Temos consciência de que trabalhamos com representações múltiplas. Diante disso, é preciso que busquemos as contradições e as dissonâncias para fazer aparecer às diferenças.

⁶⁹ FERREIRA NETO, Maria Cristina Nunes. *Memória, política e negócios: a trajetória de Thophilo Benedicto Ottoni*. Campinas- São Paulo: [s.n.], 2002.

⁷⁰ Idem. p. 24.

⁷¹ JOZEF, Op. Cit. p, 298.

Dentro desse contexto é que analisaremos a obra *Memórias*, de Pedro Ludovico, uma vez que a autobiografia *sempre procurou um espaço entre o discurso da história por seu efeito memorialístico*.⁷² Na obra, encontramos uma memória individual, pois o autor faz sua autobiografia como perspectiva de ressaltar suas qualidades e valores como político goiano, demonstrando sua insatisfação com a realidade do presente e, nesse sentido, pela narrativa, reorganiza suas experiências de vida. Mas, também, é uma memória coletiva, pois rememora através de uma identidade que ele cria como político honesto, íntegro, que sempre “deu seu sangue para o desenvolvimento do Estado”. Ludovico no decorrer do livro vai recriando os espaços desde sua infância para demonstrar sua vocação política e disponibilidade para trabalhar para o bem da sociedade goiana.

Ludovico constrói sua narrativa, de maneira dissertativa, partir da atuação de alguns personagens de destaque como Carlos Pinheiro Chagas⁷³, Dr. Mário de Alencastro Caiado⁷⁴, Domingos Neto de Velasco⁷⁵, entre outros.

O fato de alguns personagens se sobressaírem e outros se eclipsarem faz parte dos mecanismos de lembrar e esquecer inerentes à memória, pois esta não é feita somente de rememorações afetivas, temporais, espaciais ou coletivas; também abarca esquecimentos, pois, como coloca David Lowenthal, nossas *lembranças precisam ser continuamente descartadas e combinadas; somente o esquecimento nos possibilita classificar e estabelecer ordem nos caos*⁷⁶ de nossas múltiplas lembranças descontínuas.

Com relação aos fatos históricos, o peso dado é diferenciado. Alguns são poucos explorados, como, por exemplo, sua atuação como Senador. Ou seja, notamos que na

⁷² Ibidem.

⁷³ Médico mineiro, comandante da Coluna Arthur Bernardes.

⁷⁴ Dissidente da família Caiado e aliado de Pedro Ludovico. Mário Caiado exercia uma grande influência política sobre prefeitos e líderes do interior do Estado de Goiás e era considerado *o elemento de maior prestígio nas hostes revolucionárias*.

⁷⁵ Conforme: CAMARA, Jaime. *Os Tempos de Mudança*. Goiânia s/d, 1967, Velasco foi o criador da *Legião de Outubro*. Esse órgão, apoiado por Pedro Ludovico Teixeira, tinha à finalidade de estabelecer maior entrosamento da Revolução com o povo. Devido à intensa propaganda que dela se fez, propiciou, entretanto, o início de discussões políticas que vieram depois repercutir na liderança do Estado de Goiás, visto que Pedro Ludovico, Velasco e Mário Caiado almejavam a chefia política estadual. Essas discussões políticas foram debatidas, principalmente, nos jornais de época como “*O Ipameri*”, “*Araguari*”, “*O Social*”, “*Voz do Povo*”, entre muitos outros. Velasco rompeu com Pedro Ludovico aliando-se aos Caiado. Foi o único candidato da oposição a se eleger a Deputado Estadual e, como tal, fazia campanha contra a mudança da Capital do Estado da cidade de Goiás para Goiânia. Velasco possuía um grande prestígio no cenário nacional, não tinha ainda consolidado sua posição no interior e na Capital.

⁷⁶ LOWENTHAL, David, “Como conhecemos o passado.” In: *Projeto História*. São Paulo: EDUC, (17), nov. 1998, 63-201.

narrativa centrada na história política destaca-se sua atuação no processo de construção e mudança da Capital do Estado, isto é, de 1933 a 1942.

A narrativa centrada na história política norteia o período que vai do “movimento revolucionário” de 30 até 1964. Sendo uma das características das narrativas autobiográficas os *propósitos políticos, além de orientarem para o futuro, para a ação política e intelectual*⁷⁷, segundo o autor, *como a mocidade do meu Estado conhece mal, ou não conhece, os eventos políticos sucedidos em nosso meio, em eras pretéritas, é que decidi narrar alguns episódios esclarecedores do assunto.*⁷⁸

A marca essencial do livro é o fato do autor ter sido testemunha “da maioria dos acontecimentos”. A personalidade de Pedro Ludovico aparece sempre na obra inserida na perspectiva histórica e, como tal escolhe os feitos que justificam e reafirmam suas qualidades, sua valorização e o desejo de assegurar-se um lugar de honra na opinião pública, característica de uma obra autobiográfica. Para confirmar essa verdade, firma-se no registro de datas, em testemunhos de contemporâneos seus que se encontravam presentes em determinado momento.

Nesse sentido, Ludovico recorre a vários discursos de políticos importantes como Getúlio Vargas, Interventor Federal na década de 30, Juscelino Kubitschek, Presidente do Brasil em 1960; intelectuais como o Dr. Teixeira de Freitas, Secretário Geral do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística na década de 40; artigos publicados em diversos jornais como *O Araguari*, de Minas Gerais, *O Diário de São Paulo*, *O Ipameri*, de Goiás, *Lavoura e Comércio*, de Uberaba – Minas Gerais; *A Tarde* de Ribeirão Preto – São Paulo, entre muitos outros, publicados entre 1930 e 1960.

Percebemos que o livro possui uma narrativa de cunho didático: deve-se aprender com ela, e, em particular, com os “exemplos dignificantes” destacados pelo autor no decorrer do livro ao reconstruir suas imagens, como será discutido no decorrer desse trabalho. Contudo, lembramos que, segundo Jozef, *a autocontemplação é uma prestação de contas, a exploração de um domínio encantado que pertence apenas ao narrador, uma releitura do mundo e dos lugares por onde passou (...) recuperando e incrustando o passado no presente, que se eterniza para ir além do tempo e dos esquecimentos*⁷⁹. Além disso, deve “conter a verdade dos fatos” e, portanto, o autor ressalta que se valeu de sua

⁷⁷ JOZEF. Op. Cit. p, 304.

⁷⁸ TEIXEIRA. p, 57.

⁷⁹ JOZEF. Op. Cit. p, 301

própria experiência de quem viveu os acontecimentos. A autobiografia *simula que todo o narrado é todo o acontecido*.⁸⁰

Consideramos que o filtro da memória do autobiógrafo impede a objetividade, embora se possa insistir na “verdade” do referente. O Narrador, criador e intérprete dos fatos, na operação de reconstrução do passado, situa, no presente, sucessos, vitórias, valores morais que devem ser seguidos pelas gerações futuras. Para o autobiógrafo, a memória opera de forma voluntária e o indivíduo constrói sua identidade com as lembranças as quais ele próprio considera essencial. Nesse sentido, a autobiografia se mostra extremamente fragmentada. É importante lembrar que a rememoração do passado está submetida a um processamento estético, a memória do futuro é sempre de ordem moral.

Não podemos dizer se Ludovico leu ou não Herodoto ou Tucídides, mas a semelhança de postura é muito grande; lembremos que, segundo a leitura de Freitas, Heródoto, ao explicar sua proposta, ressalta que :

*Os resultados das investigações de Herodoto de Halicarnassos são apresentados aqui, para que a memória dos acontecimentos não se apague entre os homens com o passar do tempo, e para que feitos maravilhosos e admiráveis dos helenos e dos bárbaros não deixem de ser lembrados*⁸¹

Ou ainda, de acordo com Freitas, Tucídides:

*(...) quanto aos fatos de guerra, considere meu dever relatá-los (...) seja no caso de eventos dos quais eu mesmo participei (...) quem quer que deseje ter uma idéia clara tanto dos eventos ocorridos quanto daqueles que algum dia voltarão a ocorrer em circunstâncias idênticas ou semelhantes em conseqüência de seu conteúdo humano, julgará minha história útil (...). Na verdade, ela foi feita para ser um patrimônio sempre útil (...)*⁸²

Portanto, para salvar do “esquecimento” e legar às gerações futuras os “feitos maravilhosos”, não basta narrá-los confiando na memória coletiva, que passa de geração para geração os acontecimentos, através da narrativa oral. É necessário sim investigar cada detalhe com maior rigor possível. À semelhança de Tucídides que buscava construir

⁸⁰ Idem p, 300.

⁸¹ C. f. HERODOTO. apud. Freitas. Op. Cit. p. 60.

⁸² C. f. TUCÍDIDES. apud. Freitas. Op. Cit. p. 60.

um “patrimônio sempre útil”, Ludovico guardava também a esperança de deixar à juventude o exemplo de honestidade, bravura, dignidade, de um homem destemido.

Nossa hipótese é de que as mediações entre o presente da rememoração e o passado rememorado, existente na narrativa da “Revolução de Trinta”, em Goiás, feitas pelo autor, tem como objetivo afirmar-se como um nome importante para a vida política do Estado de Goiás, protestando contra a sua cassação e suspensão dos direitos políticos. Procura construir uma imagem de “herói”, mártir, injustiçado e perseguido por ser honesto. Principalmente, pretende ser lembrado como aquele que construiu Goiânia.

Durante a leitura do livro, percebemos que o autor faz pouquíssimas referências a sua atuação no Senado Federal e ao processo de cassação. Quanto à cassação, em um texto de seu livro intitulado, *Lealdade sem servilismo*, enfatiza que *tinha certeza de que ia ser cassado, por não me adaptar à situação dominante, por combatê-la, por censurá-la, por criticá-la (...). Não tenho o menor ressentimento pelo meu afastamento brusco e injusto do Senado Federal*⁸³. Diante dessa leitura, é possível se fazer uma relação entre a obra e o processo de cassação, ou seja, apesar do autor ressaltar que não tem “o menor ressentimento” em relação à cassação, entendemos a obra como uma manifestação de ressentimentos.

Durante todo o livro, Ludovico exalta suas qualidades como político e administrador do Estado de Goiás, enfatizando:

*Sempre pautei minha conduta sobre meus princípios, nunca os sacrificando pelo receio de desagradar aos poderosos e, também, aos meus correligionários políticos, para me colocar em situação cômoda.(...) Assim agia para não demonstrar coragem pessoal, enfrentando os que tinham o poder nas mãos (...) Falava com franqueza e desassombro, sabendo o que me esperava, (...) principalmente nos últimos tempos que passei no Senado*⁸⁴.

É importante lembrar que, na década de sessenta, o país encontrava-se com diversos projetos políticos em embate. Era a questão da “revolução brasileira” que retornava com

⁸³ TEIXEIRA. Op. Cit. p. 256.

⁸⁴ Ibidem.

toda a força⁸⁵. Na tentativa de compreender estas questões, recorreremos à imprensa goiana, particularmente, aos editoriais do jornal *O Popular* no período pós 1964⁸⁶.

Podemos perceber que a apropriação que Ludovico faz do fato “Revolução de Trinta” demonstra que, no nível do discurso, o tema da revolução volta à cena política do país e do Estado de Goiás. Inferimos que essa apropriação é construída a partir do pressuposto de manter a continuidade entre o movimento revolucionário de 30 e o golpe militar de 64.

Observamos essa apropriação em uma entrevista dada pelo próprio Ludovico ao jornal *O Popular*⁸⁷ sobre a cassação de seu mandato: *O crime que me levou a isso, foi o crime de ajudar o regime e a situação podre de 1930 e, principalmente, o de ser honesto.*

Dentro dessa análise da retomada do movimento de 1930 e sua aproximação com 64, Vesentini enfatiza:

Trata-se da apropriação e utilização posterior do fato. Não o retomar do tema revolução, mas o reafirmar da revolução de 30 e do tempo ligado a ela, ainda na senda da dominação, quando certas questões voltam à tona e tornam-se debates. (...) Penso, retomando o viés da difusão do fato (...), na recuperação da memória como parte integrante do exercício do poder, em outra situação. Quando o fato pode manter e reconsiderar seu sentido de fundação, de abertura desse tempo onde todos estiverem, o ponto de unidade e de procura de início do atendimento e consecução das aspirações gerais. Comparece quando, novamente, a legitimidade se coloca e a dúvida sobre esta – incidindo o sistema de poder – obriga a refundar. Mil novecentos e sessenta e quatro soa como fato, vínculo no qual a história teria transparecido, momento de revisão de rumo⁸⁸.

Essa apropriação dá-se na comparação direta entre os dois movimentos – 30 e 64 –, mas, principalmente para estabelecer uma continuidade temporal entre os dois fatos. Ainda dentro da idéia de continuidade entre os dois fatos ou de retomada do movimento de 30, podemos recorrer à observação do próprio Ludovico em outra entrevista dada ao mesmo jornal:

⁸⁵ Segundo BORGES, o tema “revolução brasileira” é recorrente tanto na vida política quanto na historiografia.

⁸⁶ A opção por trabalhar com o Jornal *O Popular* deve-se ao fato de ser este o principal jornal goiano do período. No entanto, pesquisando os microfilmes, encontramos poucas informações a respeito do que acontecia em Goiás nesse período. Talvez essa falta de informação deve-se à censura aos meios de comunicação pelos militares.

⁸⁷ Jornal *o Popular* do dia 23 de maio de 1970.

⁸⁸ VESENTINI, Carlos Alberto. Op. Cit. p. 157.

*No dia em que fui cassado disse aos meus amigos que me sentia muito feliz, porque já então eu não podia concordar com certos atos que se praticaram depois da revolução de 64. Fui um homem que tinha ingressado na vida pública pôr intermédio de uma revolução e dela estava saindo pôr via de outra revolução, com a qual não concordava. Ao ser cassado o número de meus amigos aumentaram.*⁸⁹

No livro *Memórias*, Ludovico procura reconstruir, constantemente, uma imagem caracterizada por integridade moral, honestidade, enfatizando sua *capacidade política, cultural e energia para exercer tal cargo – governador - como demonstrei em meu exercício*⁹⁰.

Percebemos que o autor procura defender e valorizar seu passado político tentando enaltecer aquilo que possa ser reconstruído, não só no sentido de exaltar seus valores pessoais, mas, sobretudo, que se preste a um reforço da idéia de protesto com relação à cassação. Procura entrelaçar o passado e o presente na medida em que são vistas como expressão capaz de zelar pela grandeza que o passado lhe transmitiu, ou como uma homenagem de reconhecimento respeitosa a alguém que construiu o Estado. Assim, o que se afirma é o objetivo de que o passado seja o “fiador” do presente e o presente o guardião do passado.

Na exaltação que Ludovico faz de seu passado político aparece a revelação das expectativas quanto aos homens do presente e a pretensão explícita de conservar intacto o que foi construído no tempo.

Compreendemos melhor essa relação, essa reconstrução da memória como “protesto” e desabafo em relação às perseguições pelas quais passava, quando ele ressalta: *minha cassação era necessária às posições de coragem, no Senado, ao sistema, às críticas que fazia. Era um adversário incômodo pelo meu valor moral. Recebi a cassação com alegria.*⁹¹

Podemos perceber, também, que a semelhança entre os dois momentos – 30 e 64 - é grande, ou seja, a instabilidade política, os vários projetos em embate, o discurso em torno da constituição do novo, o apelo a valores como família, pátria, moral, salvação nacional, entre muitos outros.

Observamos que revolução e militarismo não se opõem, se unem e se misturam em algumas situações históricas. Assim, existe um conjunto de propostas que devem ser

⁸⁹ Jornal *o Popular* 17 de agosto de 1970.

⁹⁰ TEIXEIRA. Op. Cit. p. 27.

⁹¹ Jornal *o Popular* 21 de fevereiro de 1970.

consideradas, como, por exemplo, o “convite” à participação de todos para a formação de uma Nação única e harmoniosa.

Dessa forma, vemos o presente reordenando o passado, ou seja, algumas das questões colocadas por Ludovico, ao narrar a “Revolução de Trinta” em Goiás, refletem suas angústias do presente da narração. Mesmo que no livro, o autor quase não comenta os fatos ocorridos no presente, eles aparecem de forma implícita. Ao rememorar 30, Ludovico o faz no sentido de protestar contra o presente da narração. Essa rememoração é marcada pela preocupação do autor com os rumos que a “nova” realidade política estava tomando a partir de 64 e, principalmente, contra a repressão política que sofria. Pensamos que os “novos caminhos” políticos seguidos pós 64 incomodavam muito Pedro Ludovico, levando-o a retomar o movimento de 1930. Essa preocupação fica clara em um discurso feito pelo próprio Ludovico no senado Federal em 1963: *Fomentar uma revolução neste País, a atualidade, seria um sacrilégio, um lesa-partiotismo. A revolução de 30 teve o amparo e a simpatia do povo, porque este estava cansado de uma falsa democracia, onde o direito de voto não era respeitado e não havia voto secreto.*⁹²

Foi com objetivo de entender essa memória como instrumento de reafirmação de poder e protesto contra a cassação e suspensão dos direitos políticos, impostos a Ludovico pelo Regime Militar, que buscamos a documentação fora do livro. A obra faz apenas uma pequena referência a esses fatos, no entanto, entendemo-la como protesto a eles.

Percebemos essa posição de Ludovico a partir dos personagens que ele elege, em seu livro *Memórias*, como atores no processo revolucionário de 30 e, até mesmo, como seus assessores no governo. A maior parte daqueles que formavam o gabinete do governo e seus assessores, de um modo geral, eram civis. Observamos essa formação do gabinete, quando o autor fala sobre sua atuação na administração do Estado de Goiás na condição de Interventor. De acordo com o próprio Ludovico:

*No início do meu governo muito me ajudaram os Juizes de Direito da Comarca da Capital, Drs. Mário Caiado (...); Desembargadores Vicente Miguel da Silva (...); a grande ajuda política e administrativamente, os Senadores Nero Macedo (...); na parte intelectual e material do meu governo, os jovens Celso Hermínio, Colemar Natal e Silva, Claro Godói; Humberto Ludovico de Almeida, Benedito Silva (...)*⁹³.

⁹² TEIXEIRA Op. Cit. p, 306.

⁹³ Idem. p. 45.

Os militares pouco aparecem no livro. Ludovico cita como seus “colaboradores” militares apenas os coronéis de polícia Dermeval de Brito e José Alves Viana enfatizando: *eles conquistaram minha estima e apreço pela sua atuação leal e correta nos cargos de confiança que exerceram no meu governo (...)*⁹⁴. Dessa forma, em 30, quem tomava as decisões, quem controlava o poder eram os civis e em 64 essa situação se inverte completamente, quem está no poder são os militares e os civis são apenas “colaboradores”.

Em alguns momentos do livro, o autor ressalta sua relação com militares, destacando o General Newton Estillac Leal e o Cel. Joaquim Magalhães Barata. Quanto ao primeiro, Ludovico ressalta que:

*Exercia meu mandato de Senador no Rio de Janeiro, quando fui procurado por um amigo do General e meu, dizendo-me que Estillac precisava de mim, naquela noite, em São Paulo.(...) Abriu-se comigo e declarou que, diante da notícia que corria (..) de que o Governo Federal estava pretendendo intervir no governo de São Paulo - o Dr. Ademar de Barros – a Força Militar do Estado e parte do Exército não estava de acordo e queria agir pelas armas (...) Perguntou-me então qual era minha opinião. (...) Expus-lhe, então, o meu pensamento, considerando o caso grave porque não existia ainda um fator psicológico de grande monta, para se tomar alta atitude (...) poderia ter justificativa baseada em fatos que muitos militares e o próprio povo desconheceriam.(...) Achei-o sempre um homem muito interessante, inteligente, impetuoso e destemido*⁹⁵.

Segundo Ludovico, o Cel. Joaquim Magalhães Barata, Comandante do 6º . B. C. da cidade de Ipameri, Estado de Goiás,

*mandara me dizer que havia nos meios militares e civis uma conspiração contra o Presidente Getúlio Vargas e que solicitava meu apoio (...) respondi-lhe que não podia atender seu pedido (...) Barata ficou aborrecido comigo e começou abusando de seu comando, a me fazer fusquinhas (...) exclusivamente para me humilhar. (...) Tempos depois me encontrei com ele no Senado Federal e nos tornamos bons amigos.*⁹⁶

⁹⁴ Ibidem.

⁹⁵ Idem. pp. 246/247/248.

⁹⁶ Idem. pp. 248/249.

Acerca desses episódios observamos que Ludovico não era contra os militares em si, mas se preocupava com o papel político que eles assumiam. De certa forma, não aceitava que o governo ficasse nas mãos dos militares. Para ele, o movimento de 30 tinha dado certo, porque o governo ficou nas mãos de civis e os militares foram apenas “colaboradores” do movimento revolucionário. O movimento de 64 tomou outra direção, na medida em que os militares assumiram o papel de sujeitos ativos nesse processo, assumindo o poder político do País e do Estado.

De uma maneira geral, essa obra de caráter autobiográfico tem, também, uma finalidade política. A escrita do livro pode ser considerada uma forma de continuar tendo voz, de continuar fazendo oposição ao governo em um momento em que não teria mais oportunidade de atuar como membro do governo.

CAPÍTULO II

O Passado, o Presente, a Memória...

A memória não é um simples lembrar ou recordar, mas revela uma das formas fundamentais de nossa existência, que é a relação com o tempo, e, no tempo, com aquilo que está invisível, ausente e distante, isto é, o passado. A memória é o que confere sentido ao passado (mas fazendo ou podendo fazer parte dele) e do futuro (mas podendo permitir esperá-lo e compreendê-lo)⁹⁷.

O objetivo desse Capítulo é compreender os mecanismos de construção de uma dada memória sobre a “Revolução de Trinta” em Goiás a partir da obra *Memória* (1973), de Pedro Ludovico Teixeira, buscando ressaltar elementos como: as imagens construídas por Pedro Ludovico e atribuídas a si mesmo, os “esquecimentos”, os “silêncios” implícitos na obra, a relação memória/ressentimentos e o projeto político que emerge e se sustenta a partir de 1930.

2.1– Nas palavras usadas, às Forças se Revelam

O Senador Pedro Ludovico Teixeira é, sem dúvida, uma figura singular de homem público.

Suas tradições de liberdade deram à sua personalidade e à sua atuação no cenário político brasileiro posição própria, respeitado e admirado pelos companheiros e adversários. A característica de sua personalidade é, sobretudo, a franqueza.

Não é homem de meias palavras nem de reticências mentais. No que diz há sempre palavra inteira, a verdade integral.⁹⁸

⁹⁷ CHAUI, Marilena. *Convite a Filosofia*. São Paulo: Editora Ática, 1997. P. 130.

⁹⁸ Discurso proferido pelo Senador Auro de Moura Andrade, em 1954, então Presidente do Senado, e publicado no *Diário do Congresso Nacional* (seção II), 3976, Quinta-feira, 30 de agosto de 1979.

Ao analisar as imagens criadas por Pedro Ludovico Teixeira sobre a “Revolução de Trinta”, em Goiás, lembramos que Joly Martine, ao fazer a análise de diversos tipos de imagens, nos alerta que *a imagem indica que, embora nem sempre remeta ao visível, toma alguns traços emprestados do visível e, de qualquer modo, depende da produção de um sujeito: imaginário ou concreto, a imagem passa para alguém que a produz ou reconhece*⁹⁹. Nesse aspecto, consideramos que interpretar imagens, analisá-las, não consiste certamente em tentar encontrar ao máximo uma mensagem preexistente, mas em compreender o que essa mensagem, nessas circunstâncias, provoca de significações aqui e agora, ao mesmo tempo em que se tenta separar o que é pessoal do que é coletivo.

Antes de discutir as imagens da “Revolução de Trinta”, em Goiás, criadas por Ludovico, consideramos necessário fazer uma breve síntese de como o autor narra o movimento revolucionário e as ligações anteriores com a situação política do Estado de Goiás.

Segundo Ludovico, mesmo se sentindo *indignado e revoltado com a falsa democracia que existia em Goiás, antes de 30, se mantinha afastado da política (...)*¹⁰⁰. De acordo com suas *Memórias*, as eleições eram fraudadas, “um escárnio” e quase ninguém tinha coragem de combater o Caiadismo. Os que discordavam sofriam perseguições e isso o revoltava ainda mais. Em protesto, em época de eleição, votava em cartórios, uma vez que esses votos não valiam porque não eram contados.

Para Ludovico, o ambiente político em Goiás se tornava cada dia mais “carregado”, a repressão policial crescia e a violência contra “elementos do povo ocorria constantemente”. Ressalta que tinha apenas duas alternativas: *ou me mostrar forte ou abandonar a luta (...). Minha repugnância pela situação foi tamanha, que não mais resisti e tomei atitude*¹⁰¹.

Segundo o autor, o que o levou a essa atitude foi *o mandonismo caiadista que me convenceu de que era preciso uma atuação mais violenta contra os inadaptáveis do Sudoeste*. Enfatiza que, por muitas vezes, foi chamado à presença do Chefe de Polícia, Dr. Artur Jucá, que *me aconselhou que não me metesse em Revolução*.¹⁰² Porém, para Ludovico a *Revolução estava em marcha* e quando esta começou ele participou de forma

⁹⁹ Sobre essa questão ler: JOLY, Martine. *Introdução a Análise da Imagem*. Campinas-São Paulo: Papyrus, 1996.

¹⁰⁰ TEIXEIRA. Op. Cit. p. 26.

¹⁰¹ Idem . p. 28.

¹⁰² Idem p. 31 e 33.

ativa na luta armada, não só em Minas Gerais como, também, em Goiás, passando por várias cidades até chegar em Rio Verde, onde foi preso. Após 14 dias “encarcerado”, foi libertado e se dirigiu à cidade de Goiás. Lá chegando, conforme narra, juntamente com alguns amigos, como Ernesto Baiocch, entre outros, ocupou o Palácio do Governo. Somente no dia seguinte chegou à Coluna “Arthur Bernardes”, sob o comando de Carlos Pinheiro Chagas e Quintino Vargas.

Ao criar as imagens da “Revolução de Trinta” em Goiás, Ludovico as elabora intimamente ligadas à imagem da mudança da Capital do Estado da Cidade de Goiás para Goiânia. Usa como artifício o discurso feito por Carlos Pinheiro Chagas na mesma noite em que a Coluna Arthur Bernardes chegou à Cidade de Goiás. Segundo Ludovico:

o ilustre médico mineiro, Dr. Carlos Pinheiro Chagas, bom orador, opinou, para desagravo do povo vilaboense, cuja tradição de cultura e hospitalidade ressaltou, que a cidade de Goiás não deveria continuar como Capital. Interessante foi que a opinião do orador coincidia com a minha, alimentada desde criança¹⁰³.

Podemos perceber, também, que Ludovico usa Chagas para criar a imagem de que a mudança da capital era necessária para o projeto revolucionário e que Chagas, um homem culto, médico, tinha consciência da necessidade da mudança. Percebemos que Ludovico buscava nele apoio para seu projeto de mudança e, mais, se colocava como alguém disposto a concretizar um projeto que representava, também, o desejo de alguém culto e influente na antiga capital.

Ao falar sobre a “Revolução de Trinta” em Goiás, Ludovico não o faz com suas próprias palavras, mas usa Chagas como artifício, uma vez que *o ilustre médico tinha muito prestígio com a Revolução, não só devido à situação política de Minas, um dos maiores fatores da vitória, como por ter pegado em armas a seu favor.¹⁰⁴*

Ludovico procurava, ainda, criar a imagem de uma revolução que representava os anseios populares e que teve a participação do povo. Nesse sentido, além de generalizar a revolução como desejo de todos, generaliza também seus adversários, colocando-os como pessoas que corrompiam o Estado e, por isso, foram afastados do poder. Dessa forma, cria-se a imagem do rompimento radical com as antigas práticas políticas e modos de vida da sociedade, como fica claro em sua própria fala: *a revolta*

¹⁰³ Idem p. 40.

¹⁰⁴ Idem. p. 41.

*dos sonhadores que não se acomodavam com os mandões, encontrou eco na alma popular, permitindo que a revolução se tornasse triunfante afastando do poder os vendilhões da pátria e os que corrompiam o regime*¹⁰⁵.

Segundo afirmações de Ludovico, os Caiado, além de corromper os *costumes políticos destruíram economicamente o Estado*. Ludovico tem a tarefa de “regenerar”, reconstruir Goiás, no âmbito econômico, e ainda garantir ao Estado seu futuro “predestinado” de grandeza, devolvendo-lhe o caminho do crescimento.

Além da imagem de ruptura, Ludovico, também, generaliza esse movimento argumentando que ele atingiu todo o Estado de Goiás e o fez

acompanhar a evolução geral e progressiva que se nota em toda parte. Encaminhou o Estado para todas as atividades conducentes ao bem estar público e particular, colocando-o de forma tal que um futuro promissor se lhe apresenta dentro de breves tempos.¹⁰⁶

Nessa fala, é interessante perceber que Ludovico faz uma reconstrução do discurso feito em homenagem ao Presidente Getúlio Vargas em uma visita ao Estado de Goiás, no dia 5 de agosto de 1940, dando um novo significado para a “Revolução de Trinta” em Goiás. Um sentido de progresso e de bem estar social.

O que nos parece é a busca de um passado que precisa ser redescoberto e revivido por todos. Nesse sentido, compartilhamos do pensamento de Girardet¹⁰⁷, quando ressalta:

*com algumas nuances, todo sonho, toda recordação, toda evocação de uma idade de ouro qualquer parece, com efeito, repousar sobre uma única e fundamental oposição: a de outrora e hoje, de um certo passado e de um certo presente. Há o tempo presente e que é o de uma degradação, de uma desordem, de uma corrupção das quais importa escapar. Há por outro lado, o “tempo de antes” e que é o de uma grandeza de uma nobreza ou de uma certa felicidade que nos cabe redescobrir*¹⁰⁸.

Podemos perceber que ao fazer essa reconstrução, Ludovico procura incorporar em seu desempenho os valores oficialmente reconhecidos pela sociedade como honestidade, bravura, o que implica uma reafirmação dos valores sociais legitimados pela comunidade

¹⁰⁵ Idem p. 42.

¹⁰⁶ Idem p. 119.

¹⁰⁷ GIRARDET, Raoul. *Mitos e Mitologias Políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

¹⁰⁸ Idem p. 105.

goiana. A imagem que ele constrói de si está em consonância com os anseios sociais do momento.

Nesse discurso, Ludovico, procura estabelecer a legitimidade da “revolução” graças a sua presença, colocando-se como representante de todos e como alguém essencial naquele momento. Ela aparece como fonte que instituiu o poder de Ludovico e como afirmação de um modo geral do Estado, no sentido de possibilitar realizações e aspirações de todos, além de sua libertação. Ludovico se coloca como aquele que libertou o Estado de todos os problemas sociais, políticos e econômicos, ou seja, quer ser lembrado como quem dinamizou Goiás.

Dentro desse contexto, nos apoiamos na leitura de Girardet ao enfatizar que as *imagens de um passado tornado lenda, visões de um presente e de um futuro definidos em função do que foi ou do que supõe ter sido*¹⁰⁹. Isso porque entendemos que Ludovico busca, nesse passado, um modelo capaz de solucionar os problemas vivenciados pelo presente.

Para ele, após a “revolução”, a situação apresentava-se bem diferente das outras épocas, pois ocorria em Goiás um surto econômico positivo em todas as áreas de produções, além do crescimento comercial e industrial.

Para Ludovico, *em Goiás tudo era ordem, trabalho, disciplina e atividade*. Para referendar essa idéia, recorre ao artigo do jornal *A Tarde*, de Ribeirão Preto – São Paulo, publicado em 1935: (...) *Os antigos métodos de politicagem foram substituídos por outros de acordo com a índole e a mentalidade do povo goiano*.¹¹⁰ Quando o autor se refere ao povo, o faz de forma homogênea, sem distinguir classe social, o discurso coloca o momento como nivelador, trabalhadores e elite não podem ser identificados.

Percebemos que Ludovico procura criar, na rememoração, a imagem de uma revolução permanente quando recorre a um artigo publicado no mesmo jornal em 1935. Segundo Ludovico, o jornal traz a seguinte nota: (...) *a revolução ainda continua, processando-se num bom sentido, o seu escopo nobre e elevado, que é o de cercar o povo goiano das máximas garantias e, ao mesmo tempo, dar ao Estado toda a sua capacidade de progresso*.¹¹¹ Essa imagem de progresso está arraigada no imaginário nacional.

¹⁰⁹ Idem Ibidem.

¹¹⁰ TEIXEIRA. p. 132.

¹¹¹ Idem. p. 132.

Embora a República, segundo José Murilo de Carvalho¹¹², não tenha *caído nas graças da maioria da população*, os debates e disputas em torno da mesma foram significativos. Nesse aspecto, os positivistas ligados à doutrina comtista tiveram papel importante na divulgação da idéia de ordem e progresso, como instrumentos de *evolução da humanidade*¹¹³. A manipulação de símbolos tornou-se eficiente não só no sentido de legitimar ou não um novo regime, mas, também, novos valores.

Segundo Carvalho, no Brasil, a atuação dos positivistas deu-se, principalmente, entre as classes médias que viam *elementos passíveis de se transformar em força de progresso*¹¹⁴. Portanto, o Brasil, a partir do ideário de República calcado na tradição comtiana, integra a idéia de progresso entendida, segundo Paolo Rossi, como um mito “oitocentista” que, *como todos sabem, nasce num clima de angústia profunda, de ansiedade e de pessimismo sobre o destino do Ocidente.*¹¹⁵

A idéia de progresso – entendida como crescimento e desenvolvimento econômico do Estado – com Pedro Ludovico, floresceu em Goiás e atravessa o imaginário do povo goiano estabelecendo conduta e sensibilidades, idealizações e entendimentos norteadores de práticas sociais. A construção de Goiânia pode ser entendida como uma ação isolada, que caracteriza a adesão ao ideal de progresso, ou seja, Goiânia como uma cidade “moderna” em um Estado que permanecia rural. Consideramos que esse fato sugere uma pista significativa para o entendimento do enraizamento do mito do progresso.

O discurso de Pedro Ludovico reconstruindo a imagem de ordem, trabalho e progresso, defendido pelos positivistas republicanos, pode ser analisado como de um personagem comprometido com o poder, que supõe que aquele momento político é visto de uma forma geral, não interessando, portanto, as motivações particulares e específicas dos demais agentes históricos.

Dessa forma, 1930 aparece como um marco divisor entre duas etapas da história política de Goiás. Até 30 devido aos “conchavos políticos”, Goiás era um Estado atrasado, estático, mas, no momento - pós-trinta -, vive uma fase de transição e por isso necessita da colaboração de todos os goianos, pois somente com a participação de todos torna-se possível o desenvolvimento do Estado.

¹¹² CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

¹¹³ Idem. p. 137.

¹¹⁴ Idem. p. 40.

¹¹⁵ ROSSI. Op. Cit. p. 126.

Ao criar essa imagem de que contava com a colaboração do povo, Ludovico recorre a um discurso feito por ele na Assembléia Constituinte do Estado, em 1934, no qual falou para os deputados sobre o desejo de ser eleito Governador do Estado, enfatizando: *se tiver o auxílio, a boa vontade dos meus coestaduanos, a minha intenção será coroada de êxito, Se não os tiver, nada conseguirei e permaneceremos na rotina, no conspurcamento dos princípios democráticos.*¹¹⁶.

Através desse discurso, podemos observar a tentativa de preservação do passado como elemento eminente e decisivo para manutenção da idéia de “bravura”, de disposição para a vida política, de esforços sem medida daquele que “conquistou” e desenvolveu o Estado, que fundou com risos e lágrimas a Capital, que enfrentou bravamente os adversários. Dessa forma, pode ser comparado com a bravura heróica dos Bandeirantes que galgaram serras e montanhas, atravessando rios e vales, abrindo estradas e povoados no sertão; o sangue derramado na defesa da integridade do solo contra qualquer “invasor” ou força contrária a seus objetivos de conquista.

A imagem do “bandeirante” fortemente cravada no imaginário nacional está ligada a uma construção que remonta o início do século XX. O mito do bandeirante, assim como toda criação simbólica de uma coletividade, pode ser assumido para buscar coesão interna.

Essa imagem do “bandeirante”, cristalizada na memória histórica nacional, é, antes de tudo, a imagem do bravo e destemido, daquele que enfrenta várias dificuldades para desbravar os desconhecidos e misteriosos sertões brasileiros. Essa imagem não se limita apenas ao período das “Bandeiras”, é recorrente no governo de Getúlio Vargas (a Marcha para o Oeste e a Fundação Brasil Central). Essa idéia do Bandeirante associado à “Marcha para o Oeste” fica evidente quando Ludovico recorre ao discurso feito pelo Arcebispo do Estado de Mato Grosso, D. Aquino Correia, em 1942, em visita a Goiás durante a inauguração de Goiânia:

*Estamos aqui, portanto, comemorando uma significativa e fulgida etapa dessa “marcha para o Oeste”, que encontrou um dos seus mais estrênuos vanguardeiros na pessoa do Interventor Pedro Ludovico, que nestes dias, com as revelações do seu Governo, se filia galhardamente na estirpe homérica dos Buenos da Silva, os ínclitos e lendários Anhangueras, descobridores de Goiás, fazendo jus, nos fastos da nossa nobiliarquia histórica, ao honroso título de terceiro Anhanguera*¹¹⁷.

¹¹⁶ TEIXEIRA. Op. Cit. p. 55.

¹¹⁷ Idem. p. 188.

O próprio Pedro Ludovico reafirma essa imagem do bandeirante utilizando como documento um artigo do jornal *A Tarde*, publicado em 1936:

Só um filho genuíno dos sertões, conhecedor do abismo que separa a civilização existente nas metrópoles da noite colonial do vasto hinterland brasileiro, pode calcular., com precisão matemática, o esforço, a energia e a coragem de quem vem dando provas o Sr. Pedro Ludovico (...) o novo Anhanguera. Sua audácia no seio da terra bravia de Goiás lembra a teimosia dos primeiros desbravadores da capitania, entre eles o legendário Anhanguera, que investia contra a ferocidade dos Goitacazes e fazia arder a superfície das lagoas, assustando os filhos das selvas com emissários do inferno¹¹⁸.

A idéia da imagem do Bandeirante aparece, ainda, no discurso escrito em 1942, pelo Senhor Embaixador José Carlos de Macedo Soares durante o 8º Congresso Brasileiro de Educação, realizado em Goiânia. Esse discurso foi lido, segundo Ludovico, pelo Senhor Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Dr. Augusto Teixeira de Freitas: (...) *à firmeza de ânimo do homem de governo que soube querer e soube realizar, porque não lhe faltou jamais a flama de um idealismo sincero e de uma vontade vigorosa; ao bandeirante do Brasil dos nossos dias: Pedro Ludovico Teixeira.*¹¹⁹ Pedro Ludovico, dessa forma, é visto como o Bandeirante que proporcionou o desenvolvimento e o progresso do Estado de Goiás. De “revolucionário de 1930, tornou-se um emissário do progresso”, o “desbravador” do sertão goiano.

Essa imagem projetada por Ludovico é assumida, também, por políticos contemporâneos, como fica claro em um discurso proferido, em 1979, em homenagem à memória de Pedro Ludovico, pelo Senador Aderbal Jurema:

Pedro Ludovico Teixeira, fundador de Goiânia e líder incontestado daquela região, sinto-me perfeitamente a vontade, como nordestino para, em ligeiros traços, fixar a sua personalidade de bandeirante do século XX. Bandeirante do Centro-Oeste brasileiro, rígido na peleja, mas leal franco, correto até o sacrifício com os seus amigos e com a gente mais humilde de Goiás.

¹¹⁸ Idem p. 143.

¹¹⁹ Idem. p. 174.

*O bandeirante Pedro Ludovico Teixeira morre aos 88 anos, deixando na esteira acidentada de sua vida pública aspectos sócio-políticos que marcam uma personalidade muito acima do homem comum.*¹²⁰

Outra imagem a que Ludovico recorre é a de Napoleão. Nesse sentido, recorre a um discurso proferido, em 1937, ano em que foi assinado o Decreto de transferência da Capital do Estado da Cidade de Goiás para Goiânia, pelo Dr. Guimarães Lima¹²¹, em homenagem ao então Governador do Estado de Goiás, Pedro Ludovico Teixeira. Percebemos nesse discurso que o orador compara a popularidade de Ludovico à de Napoleão quando ressalta:

*É que Napoleão foi o homem mais popular de seu país e de seu século. Ele tinha enaltecido o nome francês; tinha-o exaltado sobre um pedestal de glória (...) o povo era napoleonístico (...) Nesse momento, Exmo. Sr. Governador, eu indago de mim mesmo por que razão o povo vem trazer a V. Exa. a exaltação de sua obra e o testemunho da gratidão de todos? (...) O povo é pedrista.*¹²²

O discurso é materializado na imagem de Napoleão para referendar, também, a coragem de Pedro Ludovico que, mesmo com sacrifício, seu coração patriótico, o amor pelo Estado, estava disposto a “lutar” pelo engrandecimento de Goiás e a construção da cidade capital que possibilitaria, segundo ele, o progresso do Estado.

Essa imagem de Napoleão, no sentido de realçar as qualidades e coragem de Ludovico, projetada pelo próprio autor, é incorporada em diferentes momentos, como fica evidente em um artigo do jornal *O Popular*, publicado no *Diário do Congresso Nacional*¹²³:

*De um octogenário de rara espécie como foi Pedro Ludovico, falar de defeitos e vícios é exercitar o ato puro de revanchismo, assim como reconhecer suas qualidades e virtudes passa a ser o imperativo de todo homem que quer legar à humanidade a face amena de se viver tão intensamente cada momento e da vida extrair os ensinamentos que engrandecem o espírito humano. Feliz o é homem público que não precisa esconder os seus atos. Assim foi Pedro Ludovico*¹²⁴.

¹²⁰ Discurso publicado no *Diário do Congresso Nacional* (Seção II), 3977, Quinta-feira, 30 de agosto de 1979. O Senador Aderval Jurema era o líder da ARENA do Estado de Pernambuco.

¹²¹ Não podemos precisar, exatamente, qual função ocupava o Dr. Guimarães Lima, em 1937, quando proferiu o discurso resgatado por Pedro Ludovico, uma vez que a obra é uma rememoração. O autor ressalta que: *o Dr. Guimarães Lima atual Procurador de Justiça em Brasília (...)* e a Capital Federal só foi inaugurada na década de 60.

¹²² Idem p.152.

¹²³ *Diário do Congresso Nacional*. Op. Cit.

¹²⁴ *O diário do Congresso* não informa o título do artigo do jornal, nem edição, apenas: *Foram essas as palavras, em O Popular, do jovem jornalista Flerymar de Souza que, em 1969, ainda não era eleitor.*

Assimilamos, nesse sentido, a leitura que Lenharo¹²⁵ faz quando enfatiza que *o caráter predestinado do líder para intervir na história volta aqui com toda força, ganha ainda mais realce a afirmação da propriedade deste líder de corporificar em si a complexidade da sociedade de ser capaz, portanto, de desarmar os seus geradores de tensão.*¹²⁶

Com a idéia de preservação do passado, fica claro ter havido um desenrolar da história política, econômica e social, em duas etapas – como ruptura, em 1930 – e o discurso de Ludovico pode ser analisado como passagem entre essas etapas.

Ludovico, instrumentalizando o passado para o seu presente, critica o Estado de Goiás antes de trinta. Na história que transcorreu até 1930, a ruptura é memorizada com um período de dominação dos Caiado, tentando projetar para o futuro uma nova realidade, a integração do Estado à Nação. O passado é resgatado no sentido de tentar justificar o presente, como ao futuro numa visão ideal e difusa. Nesse sentido, Ludovico recorre a um discurso feito por ele mesmo em 1934, na Assembléia Constituinte do Estado, na condição de candidato ao governo do Estado, enfatizando que o objetivo do novo governo

*consiste em reconstruir sobre os escombros, uma Pátria nova (...). É com esse objetivo que apelamos para o patriotismo indesmedido dos goianos, que jamais faltaram com o sacrifício para o engrandecimento do Brasil (...) esforços de todos os bons brasileiros, que nas cidades, como nas povoações e fazendas, seja nossa constante preocupação, servir ao Brasil*¹²⁷.

Esses discursos colaboram para a formação de um ideal de nação, no qual o valor maior não é do homem isolado, mas o coletivo, o conjunto dos cidadãos, a qual cada pessoa deve submeter, obedecendo a um Estado centralizado, forte e todo poderoso. Com isso, é ocultada a exploração pela idéia de unidade, para a qual cada um deve contribuir com o seu sacrificio. Nesse sentido, Ludovico, dando continuidade ao discurso acima, ressalta que após a Revolução de Trinta em Goiás: *Não conhecem represálias, nem questiúnculas de aldeia, nem caprichos que esbarrem contra os*

¹²⁵ LENHARO, Alcir. *A Sacralização da política*. Campinas-São Paulo: Papyrus, 1992.

¹²⁶ Idem. p. 194.

¹²⁷ TEIXEIRA. p. 51.

*supremos interesses da Pátria; conhecem, porém, um grande espírito de brasilidade, um sadio desejo de fraternidade e justiça*¹²⁸.

Com essa idéia era difundida uma nova mentalidade na qual os “donos” do poder passavam a deter o controle político afastando, assim, as idéias de resistência, uma vez que divulgavam a mentalidade de um processo coletivo, com o qual todos deveriam colaborar.

Antes de Trinta, segundo Ludovico, Goiás se encontrava na “apatia” devido ao descaso, com o desenvolvimento econômico e social, de seus administradores: os Caiado. Com a “Revolução de Trinta”, em Goiás renasce uma nova consciência política, uma nova fase na qual “reina a ordem e o progresso.” Podemos perceber a tentativa de criar a imagem de uma sintonia entre o povo e o poder. Nesse sentido, Ludovico recorre a um artigo do jornal *A Tarde*, publicado em 1935, argumentando que: *Em Goiás (...) tudo é ordem e trabalho, tudo é disciplina e atividade. Os velhos métodos de politicagem de aldeia (...) foram substituídos por outros perfeitamente de acordo com a índole, com a mentalidade laboriosa do povo goiano*¹²⁹.

Para Ludovico a manutenção da ordem só seria possível através da disciplina, do trabalho que visava, ideologicamente, ao bem estar do povo. Embora Lenharo se refira ao Estado “Novo”, podemos dizer que ele nos mostra o porque dessa preocupação com o povo que para nós ajuda a omitir o caráter de dominação, presente nesse discurso. Dessa forma,

*a ordem é o retrato vivo de um quadro cristalizado de relações de poder que reverte incessantemente no seu próprio crescimento. Ela se põe como algo que sempre existiu; rápida, clara e concisa, a ordem não admite replica, nem abre possibilidade de explicação, de discussão, ou de ser colocada em dúvida. Ela se apresenta como indispensável, natural e cuida em não deixar vestígio de sua vinculação ao sistema de dominação do qual emana*¹³⁰.

Esse marco divisor pode ser caracterizado, ideologicamente, como o criador de uma nova mentalidade goiana. O autor recorre a um discurso feito pelo Senhor Presidente Getúlio Vargas, em 1942, para referendar a idéia de uma nova mentalidade: *Uma nova mentalidade, um grande anelo se formou de bem servir à coletividade, e nosso espírito,*

¹²⁸ Ibidem.

¹²⁹ Idem p. 132.

¹³⁰ LENHARO. Op. Cit. p, 159.

*habitado, até, então, mais a interesses egoístas, de grupos ou de facções, se imbui da necessidade de realizar um grande ideal a favor do Estado.*¹³¹

Percebemos, também, que nesse mesmo discurso, Ludovico procura criar a imagem de um homem produtivo, pois esse passa a valer pelo seu trabalho: *há um anseio de trabalho, de produção, de organização, de melhoria em todas as formas da atividade humana.*¹³² Esse perfil faz-se necessário ao Estado que está se formando.

Nesse aspecto, o próprio Ludovico ao falar sobre os operários que trabalhavam na construção de Goiânia assinala que: *a verdade é que os homens do trabalho se mostravam contagiados pela firmeza das minhas convicções e pela minha exaltação de concorrer para o engrandecimento de um pedaço do Brasil.*¹³³ Segundo o ideal de Ludovico, Goiás passava a fazer parte do novo sistema de desenvolvimento no qual o país estava se inserindo e precisava do apoio de todos os goianos. Para isso *todos trabalhavam com boa vontade e contentes de serem bons brasileiros*¹³⁴.

A partir disso, podemos perceber que a segunda fase – pós-trinta – é, para Ludovico, o futuro do Estado, no qual o povo goiano estava cercado de garantias e Goiás tinha capacidade de progresso com a promessa de uma administração íntegra, rompendo completamente com o passado. Para referendar esse pensamento de transformação pós-trinta, o autor recorre a um artigo publicado no jornal *A Tarde*, da cidade de Ribeirão Preto _ São Paulo, em 1936. Segundo as *Memórias* do autor, o jornal publicou o seguinte artigo: *(..) Goiás, que estava a exigir tudo da Revolução de 30, pela desordem financeira em que estava mergulhado, pelo descalabro político que anulava todas as suas possibilidades econômicas e pelo curto período de prosperidade que lhe veio com o advento do governo Pedro Ludovico.*¹³⁵ Nesse sentido, o resgate do passado se torna inevitável para justificar e legitimar o presente.

A reorganização do Estado, após o movimento de trinta, se dá pelo esvaziamento dos desejos individuais, pelo convite a cada um para participar da integração do Estado à Nação. Grupos, indivíduos, classes vão se identificando pela colaboração e submissão, criando-se inimigos contra os quais se produz a união, a neutralização dos conflitos¹³⁶. Nesse sentido, Ludovico recuperou um discurso feito em 1934, na Assembléia

¹³¹ TEIXEIRA. Op. Cit. p, 218.

¹³² Ibidem.

¹³³ Idem p, 138.

¹³⁴ Ibidem.

¹³⁵ TEIXEIRA Op. Cit. p, 145.

¹³⁶ LENHARO. Op. Cit. p, 54.

Constituinte do Estado de Goiás, para os Deputados do Partido Social Republicano. A partir do discurso do Interventor, percebemos o chamamento que ele faz ao povo para a criação do Novo Estado:

*O nosso Estado precisa entrar em uma nova fase de vida política. È mister que se esqueçam as dissensões e incompatibilidades que dividem os goianos (...). Nenhum ideal se vê nesse faccionismo de aldeia (...). Os homens se degladiam pelo penacho local que, muitas vezes, não vale o incômodo a que os leva as pelejas provocadas. E todos experimentam os resultados funestos dessas campanhas inglórias e, no fundo, ridículas (...). Perder o tempo e energias em rixas de politiquice retrógrada, é concorrer para a estagnação de nosso desenvolvimento econômico, social e político. Façamos um esforço para afastar essa tendência antiquada que nos absorve (...). Assim agindo, contribuiremos para a tranqüilidade geral. É minha intenção promover uma pacificação política no Estado*¹³⁷

Podemos dizer que há uma tentativa de produzir um consenso em torno das representações do Estado, despolitizando os indivíduos através dos discursos, atingindo o público de forma a estimular a passividade, a satisfação, excluindo qualquer tipo de reflexão pelo envolvimento ilusório de participação das massas.¹³⁸

Essa imagem é usada, ainda, segundo Lenharo, porque:

*(...) A vida moral, assim como a vida política, encontram-se determinadas pela irracionalidade e pela inteligibilidade. O indivíduo despoja-se de sua personalidade e passa a pertencer, de corpo e alma, à nação, ao Estado, ao partido.*¹³⁹

Pedro Ludovico justifica o papel do Estado recorrendo a um discurso feito por ele mesmo, em 1942, em homenagem à visita do Presidente Getúlio Vargas ao Estado de Goiás durante a inauguração de Goiânia: *a intervenção do Estado, certa ou errada, se justifica dessarte para dirigir a economia, máxime nessa época em que o trabalho deixou de ser considerado uma mercadoria para ser um direito.*¹⁴⁰ Dessa forma, há, para Ludovico, uma perda das diferenças em busca do igual, busca uma homogeneidade social, cultural, econômica e ideológica. Assim, os indivíduos perdem sua identidade própria, seus desejos e anseios são substituídos pelos do grupo. Essa imagem de

¹³⁷ TEIXEIRA. Op. Cit. p. 199.

¹³⁸ LENHARO. Op. Cit. p. 200.

¹³⁹ TEIXEIRA. Op. Cit. p. 176.

¹⁴⁰ TEIXEIRA, Op. Cit. p. 200

“igualdade” social era necessária no momento de transição política e esse discurso persiste em quase toda a leitura sobre a “Revolução de Trinta” em Goiás.

Podemos perceber que embora a “revolução” inaugure, ideologicamente, uma nova fase para o Estado, não realiza imediatamente o ideal de integrá-lo ao País. Necessita de uma etapa de transição, que torne decisivo esse momento político. Dessa forma, se constrói o futuro esquecendo o passado, em um só movimento de constituição da memória. Dentro desse contexto de transição, pode ser analisada a mudança da Capital do Estado como símbolo de rompimento com o passado inaugurando uma nova era política, econômica e social.

O Estado, representado por Ludovico, assumia a função de cumprir necessárias tarefas para uma sociedade ainda incapaz de efetivá-las. Ludovico se coloca como único agente capaz de intervir na mudança dos acontecimentos históricos, além de controlar os conflitos sociais.

A construção que Ludovico faz de si é de uma pessoa que encampa o acontecer histórico como personagem único que serviria de guia para o Estado. A imagem do “Homem-Guia” construída por Pedro Ludovico fica clara quando ele recorre a um discurso proferido em 1942, durante a cerimônia de inauguração de Goiânia, pelo Dr. Teixeira de Freitas, Secretário Geral do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. O discurso, intitulado *Homem-Guia* ressalta:

toda empresa grandiosa (...) traz sempre o cunho de um líder, de uma figura central, cuja vontade coordena as dos outros e cuja inteligência inspira os demais. (...) Não faltaram nesta obra a inspiração, a inteligência e a vontade de um genuíno condutor, que, realizando-a, nela imprimiu os traços de sua personalidade singular¹⁴¹.

Ainda sobre a imagem do *Homem-Guia*, o autor utiliza, também, o discurso do Senhor Prefeito de Goiânia, Venerando de Freitas, em 1942, assinalando que: (...) *foi preciso que um homem tomasse a si a tarefa árdua de guia de um povo.*¹⁴²

Partindo do pressuposto de que a repetição prolonga a existência dos acontecimentos, estende sua durabilidade e constrói “verdades”, Pedro Ludovico toma para si a missão de garantir um lugar por ele esperado na História. A construção do “indivíduo único” e “fora do comum” pautada sempre nos mesmos princípios de honestidade, integridade e disposição para o trabalho em prol do engrandecimento do

¹⁴¹ Idem. pp. 200/201.

¹⁴² Idem. p. 214.

Estado. Dessa forma, a leitura dessa obra *Memórias* evidenciou o quanto é preciso que o pesquisador esteja atento no sentido de perceber e tentar desvelar os “planos de organização” da memória e suas intencionalidades. Ludovico busca lhe dar um reconhecimento que o presente – Ditadura Militar – nega-lhe e, ao mesmo tempo, através das imagens que constrói de si mesmo, dialoga com as questões do presente – cassação do mandato de Senador pelo Estado de Goiás e suspensão de seus direitos políticos .

Entendemos que essa construção da imagem do *homem-guia* pode ser comparada a discussão que Girardet faz em relação ao mito construído em torno da figura de Moisés, o Mito Salvador. Segundo o autor, *há um apelo ao chefe salvador, restaurador da ordem ou conquistador de uma nova grandeza coletiva*¹⁴³. Nesse sentido, demonstra *uma espécie de revelador ideológico, o reflexo de um sistema de valores ou de um tipo de mentalidade*¹⁴⁴. Como demonstra esse autor, os modelos são vistos como:

*anunciador dos tempos por vir, ele lê na história aquilo que os outros ainda não vêem. Ele próprio conduzido por uma espécie de impulso sagrado, guia seu povo pelos caminhos do futuro. É um olhar inspirado que atravessa a opacidade do presente: uma voz, que vem de mais alto ou de mais longe, que revela o que deve ser visto e reconhecido como verdadeiro*¹⁴⁵.

Ludovico coloca-se como o líder, o “salvador” capaz de detectar e afastar os inimigos criando um Estado “Novo”. Coloca-se, também, como alguém que escutava as vozes do futuro e indicava o rumo certo a seu povo. Referenciando esse pensamento o autor recorre ao artigo do *Jornal de Goiânia*, de 1937: (...) *É grandiosa a obra de Pedro Ludovico Teixeira, porque ela se alicerça na força de um anseio coletivo e na solidez de um ideal nobilitante, na necessidade imperativa de um determinismo histórico e geográfico, político e econômico.*¹⁴⁶

Com isso, é possível perceber que o Estado, representado por Ludovico, era o único que falava em nome de todos silenciando e descaracterizando socialmente e politicamente o homem comum: o trabalhador. Segundo Pedro Ludovico, o Estado de Goiás, naquele momento, necessitava de um “grande homem” para realizar os anseios da população. A seu ver, seria ele este líder capaz de tal empreendimento.

¹⁴³ GIRARDET. Op. Cit. p. 11.

¹⁴⁴ Idem. p, 83.

¹⁴⁵ Idem. p, 78.

¹⁴⁶ TEIXEIRA. Op. Cit. p. 155.

Nesse sentido, podemos considerar, também, o Interventor como representante da vontade coletiva e o instrumento de sua ação. Dessa forma, o povo¹⁴⁷ é entendido como sociedade alheia aos acontecimentos e hegemônica falando com uma só voz, defendendo os mesmos interesses comuns, como proclama Ludovico em um de seus discursos, feito em 1934:

Harmonizando-se os espíritos, mais facilmente se desenvolverão nossas possibilidades naturais. Caso consigamos ver realizada essa pretensão, imprescindível é que os inimigos, ao se darem as mãos, o façam com sinceridade e só tendo em mira um ideal de perfeição, de renascimento. Que não os movam subalternos interesses, próprios dos conchavos e da troca de favores. Um princípio de concórdia e de condescendência deve presidir à solução de tais entendimentos¹⁴⁸.

A partir dessa leitura, é possível perceber que Ludovico se colocava como um representante de todos e não de alguns, pois sua função era de estabilizar a situação política e econômica do Estado, além de atender os anseios do povo, assumindo, de certa forma, o papel de herói. Cria para si a imagem de alguém que era “cultuado” pela população goiana e que seu padrão de comportamento deveria ser imitado pelo trabalhador e pelo cidadão comum.

Seu objetivo era neutralizar os focos de conflitos sociais, tornando todos solidários uns com os outros. É importante perceber que é o próprio “herói” (Ludovico) que constrói sua imagem, ou seja, se apresenta como uma espécie de “salvador” do Estado, figura da qual todos dependeram por um longo período, por causa de suas qualidades pessoais.

Entendemos o autor, no primeiro modelo de herói, presente nos estudo de Raoul Girardet e que faz parte do imaginário histórico. Assim, a construção dessa imagem que o autor faz de si mesmo poderia se explicar nas palavras de Girardet, pois o que Ludovico acaba construindo é *a imagem legendária (...) de um homem que se tornou ilustre, em*

¹⁴⁷ BORGES. Vavy Pacheco. *Tenentismo e a Revolução Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1992. pp. 119/120. A saber: *O uso do sujeito povo, para legitimar um determinado pleito ou intenção, é algo recorrente; mesmo se tratando de um sujeito coletivo presente no termo povo: não possui um sentido unívoco, não tendo um significado homogêneo em todos os tempos e espaços; muitas vezes, na prática, pode-se pensar que o povo é quase uma abstração. Quase nunca empregada por aqueles que, supostamente, designam, a palavra povo; em consequência, o sujeito histórico que denomina está quase sempre relacionada com outrem em nome de quem se fala. Por isso, talvez seja a preferida pelos políticos que tomam a expressão por uma coletividade homogênea (...).*

¹⁴⁸ TEIXEIRA. Op. Cit. p. 54.

*outros tempos nos trabalhos da paz ou da guerra. Exerceu com honra altos cargos , grandes comandos (...)*¹⁴⁹

E, neste caso, ainda segundo Girardet, há uma referência à sua história do passado, que *não é nada mais que o passado – um passado de ordem ou de glória – que se vê chamado a socorrer o presente – um presente de confusão ou de derrota (...)*¹⁵⁰ É essa a imagem de herói que Ludovico tenta reforçar, deixar construída, fixar na memória coletiva. A imagem de alguém que dedicou sua vida aos interesses públicos, aos interesses do povo.

Discutindo a questão da criação de heróis, Carvalho enfatiza que: *O herói que se preze tem (...) de responder a alguma necessidade ou aspiração coletiva, refletir algum tipo de personalidade ou de comportamento que corresponda a um modelo coletivamente aceito*¹⁵¹.

De certa forma, Ludovico tentava criar para si a imagem de alguém que representava os desejos da população goiana, para tal resalta sempre sua integridade moral, sua coragem, sua lealdade atribuindo a essas qualidades ou a esse seu comportamento a satisfação do povo com seu governo. Nesse sentido, o autor utiliza um discurso proferido por ele mesmo em 1934, quando tomou posse do Governo do Estado de Goiás, nomeado pela Assembléia Constituinte do Estado, argumentando: *Tive a impressão de que o povo ficou de fato contente (...) o que atribuo ao meu comportamento (...)*¹⁵².

Buscava, assim, a adesão do povo através do uso da construção dessas imagens. Nesse aspecto, reconstruiu , também, uma homenagem que recebeu em 1960, então Senador do Estado de Goiás, publicado no jornal *Diário de Alagoas: Senador Pedro Ludovico (...) com mais de setenta anos, o mais ilustre dos goianos ainda é o homem-símbolo de seu Estado, (...)*¹⁵³.

Observamos a tentativa de uma busca de unidade política para o Estado, ou seja, o abandono das divergências partidárias, de classe, pressupondo a eliminação do conflito social e a valorização da harmonia implicando, ainda, o fortalecimento do poder e das instituições. Superando as divergências, é possível fortalecer e centralizar o poder,

¹⁴⁹ GIRARDET. Op. Cit. p, 73.

¹⁵⁰ Idem p. 74.

¹⁵¹ Idem. p. 55.

¹⁵² TEIXEIRA. Op. Cit. p. 56.

¹⁵³ Idem p. 232.

ponto propagador de sentimentos ligados a ordem pública, ao civismo, ao respeito a lei e à preservação da integridade do Estado.

Ludovico, em termo de discurso, assumia a tarefa de fazer com que todos os goianos comungassem de um sentimento único que era o desenvolvimento, a moralização, a construção de um novo Estado e, principalmente, a harmonia com participação de todos.

Esse apelo tornou-se uma das principais estratégias de afirmação do poder de Ludovico. Essas imagens ricamente elaboradas constituíram um dos recursos utilizado para atender uma finalidade que era criar um Estado centralizado.

A imagem de um “novo” Estado, pretendida por esse “político”, tornou-se um dos pilares sobre os quais se assentaram o imaginário¹⁵⁴ político em torno de Pedro Ludovico, no sentido de construir um sentimento de defesa do passado e a preservação dos valores morais.

O imaginário, através das diferentes linguagens, possui um grande poder social capaz de modelar as relações sociais e definir papéis na sociedade, cria-se a impossibilidade de pensar as diferenças, ou seja, as imagens são produzidas no sentido de criar a homogeneidade das práticas sociais¹⁵⁵.

As representações constituem um campo permeado de interesses e conhecimentos, cultura, ou seja, ela é produto de estratégias de interesse e manipulação. No domínio das representações, as “coisas” possuem sentidos não ditos, o imaginário traz consigo vários sentidos não explícitos e não presentes.

Nessa articulação do imaginário Ludovico constrói sua representação simbólica do real, que, por outro lado, é uma forma de construção da sua realidade histórica. O real torna-se ao mesmo tempo concreto e representação. Através das imagens, Ludovico produz suas próprias representações coletivas atribuindo identidade, legitimando poder, estabelecendo modelos e valores como integridade moral, por exemplo.

Ao analisar as imagens construídas por Ludovico, percebemos que elas ocupam um lugar importante nas relações de poder, pois é por meio delas que o autor revela sua

¹⁵⁴ PESAVENTO, Sandra Jatahy. “Em busca de uma outra História: Imaginando o Imaginário.” In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH/MARCOZERO. V. 15, n 29, 1995. p. 21. A saber: *O imaginário é, pois, representação, evocação, simulação, sentido e significado, jogo de espelhos onde o verdadeiro e o aparente se mesclam, estranha composição onde a metade visível evoca qualquer coisa de ausente e difícil de perceber. Persegui-lo como objeto de estudo é desvendar um segredo, é buscar um significado oculto, encontrar a chave para desfazer a representação do ser e parecer.*

¹⁵⁵ Sobre essa questão, ver: SWAIN, Tânia Navarro. (org.) “Você disse imaginário?” In: *História no Plural*. Brasília: UNB, 1993.

posição social, política e sua visão de mundo, isto é, que imagem social constrói de si mesmo. Entendemos que essas imagens estão ligadas ao contexto social, às necessidades sociais e políticas do momento. Os sentidos ou significados que podemos atribuir às imagens produzem efeitos diversos formulando relações de poder e força, além de fazer um apelo ao inconsciente e à memória coletiva para legitimá-las de uma forma natural.

É interessante perceber a forma como essas imagens de Ludovico foram incorporadas pela historiografia goiana, no sentido de justificar não só a aceitação do novo governo do Estado pelo povo goiano, mas no sentido da manutenção da figura de um mito que, de certa maneira, atendia a necessidade do momento.

O mito aqui é entendido como *uma narrativa que se refere ao passado (...) mas que conserva no presente um valor eminentemente explicativo, na medida em que esclarece e justifica certas espécies do destino do homem ou certas formas de organização social*¹⁵⁶.

No presente, Ludovico, criava imagens para reafirmar seus valores passando a ser, de certa forma, um modelo de eficácia, superior ao homem comum, considerando-se como um predestinado da humanidade, por ser capaz de solucionar todos os problemas do Estado.

Nesse aspecto, podemos considerar a leitura de Machado, que se refere a Ludovico como alguém que

*foi assim aos olhos de seus contemporâneos, mesmo que adversários políticos, um homem íntegro, corajoso, leal (...) transformando-o num símbolo de seu tempo (...) justiceiro, que representava a possibilidade concreta de transformar não somente o Estado, mas também a vida de cada um*¹⁵⁷.

Outra imagem usada por Ludovico era a metáfora médica da sociedade como organismo, assim, antes de 1930, era um Estado “doente” que precisava ser curado, comparando-o a um paciente. Dessa forma, a imagem do médico se misturava nos discursos políticos, mas principalmente na produção do Estado, de modo a diluir os

¹⁵⁶ LENHARO. Op. Cit. pp., 12/13.

¹⁵⁷ MACHADO. Op Cit. p. 100.

conflitos sociais, dentro de uma visão única de povo¹⁵⁸ e nação¹⁵⁹. Além disso, Ludovico se colocava como o único capaz de “salvar” Goiás do mal em que se encontrava, ou seja, Goiás, antes de trinta, era o doente e Ludovico, construindo Goiânia, aparece como a cura para esse Estado e, após trinta, reina a saúde.

Percebemos a construção dessa imagem, quando Ludovico recorre a um discurso feito pelo Senhor Senador Auro Moura Andrade, Presidente do Senado, em 1954, em homenagem ao então Senador Pedro Ludovico Teixeira.

*Pedro Ludovico antes de ser político era médico. No trato com o sofrimento alheio, seu espírito de solidariedade humana deu-lhe fundas raízes na estima popular. Era, então, o “Doutor Pedro”, que se debruçava sobre o leito dos enfermos, buscando suavizar-lhes as dores, quando não fosse possível curá-los. Entrando na intimidade dos problemas dos indivíduos, insensivelmente foi levado a interessar-se pelos problemas do povo. (...) Na direção de Goiás, foi objetivo e realizador. (...) No Senado, fiel à linha partidária do seu Partido (...)*¹⁶⁰

A metáfora do Estado como um doente que precisa ser recuperado expressa bem o conjunto ideológico que norteia o movimento de 1930 e, principalmente a construção e transferência da capital do Estado. Vários pensadores, ao longo da História, têm buscado a comparação entre a função do corpo humano e a organização da sociedade para compreender os “segredos” desta: *o estudo do corpo atua como um recurso para diagnosticar e medicar a sociedade; quase sempre via-se a obtenção de métodos políticos apropriados à preservação da estrutura social tal como se encontra; poucas vezes tem-se em mira transformá-la*¹⁶¹.

¹⁵⁸ C. f. BORGES. *Tenentismo e a Revolução Brasileira*, Op. Cit. p. 119/120. *Os sujeitos históricos, genericamente, designados como políticos, procuram permanentemente, no jogo político, a parceria do povo; procura sempre se identificar com o povo para, por ele, pode falar.* Pensamos que na analogia, o povo aparece como único sujeito capaz de restituir a liberdade, afastar do Estado todos os males em que se encontrava mergulhado até 1930.

¹⁵⁹ Segundo SANDES, Noé Freire. *A invenção da Nação: entre a monarquia e a república*. Goiânia: Ed. UFG: Agência Goiana de Cultura Pedro Ludovico Teixeira. 2000, pp., 17/20, é muito difícil encontrar um conceito de Nação Brasileira. No Brasil, esse debate ganha contornos diferentes. A homogeneidade da sociedade brasileira decorre de uma longa gestação histórica que incorpora as mais diversas regiões, cuja unidade é de difícil explicação. Considera espantoso que esses núcleos tão iguais e tão diferentes se tenham mantido aglutinados numa só nação. Segundo o autor, *convivemos com um sentimento ambíguo quanto à nossa identidade. O que está em jogo são as imagens mobilizadoras do sentimento de nacionalidade que reapareceram constantemente como emblemas a desfiar nossa descrença nas instituições: nos enfrentamentos das constantes crises econômicas e políticas, esses emblemas são lançados rememorando o fato de que formamos uma nacionalidade – e por ela somos responsáveis.* (p.20).

¹⁶⁰ TEIXEIRA. Op. Cit. p. 260.

¹⁶¹ LENHARO, Alcir. Op. Cit p.139.

Essa idéia de higienização¹⁶² do Estado de Goiás fica explícita quando Ludovico utiliza um artigo do jornal *A Tarde*, de Ribeirão Preto – São Paulo, publicado em 1936, no qual lia-se: *Ali não há lugar para as febres da Baixada Fluminense, nem para as verminoses dos estados nordestinos, nem para a promiscuidade anti-higiênica das ruas da Alfândega e de São Pedro, onde a gente tem a impressão de que os bondes não passam pelas ruas, mas pelo interior das casas*¹⁶³.

A configuração do corpo político no corpo humano presta-se, particularmente, à idéia de unidade do povo. Segundo Lenharo, essas imagens construídas em comparação com o corpo humano buscam

*a intelecção da sociedade como um organismo vivo, atende às intenções de justificar as receitas de poder requeridas. A unidade e o equilíbrio que a imagem do corpo humano oferece é o que mais seduz os pensadores, preocupados em justificar a fonte do poder desejado. Estamos a um passo do corpo uno regido por um órgão condutor (...)*¹⁶⁴.

Cria-se, em torno da diversidade política, a imagem do inimigo, sendo necessário extirpá-lo para o bom funcionamento da sociedade como um todo. O discurso revolucionário opera algo parecido em relação aos Caiados (antes de 30), que simboliza uma doença, na medida que representa o “atraso”, a “politicagem”, nocivos aos “novos tempos”.

Antes de 1930, o Estado, representado pelos Caiados, era comparado a um “doente” que precisava ser curado. Após 30, Pedro Ludovico assume o papel do médico e o povo goiano é representado como um doente que precisa ser curado da violência política, do atraso, *do individualismo que é um grande mal*¹⁶⁵.

Podemos perceber que esse discurso, no qual a imagem do médico incorporava o Estado, permeava todo o país, divulgando através do “saber médico” ou da “medicina social”, a imagem de pessoas assistidas pelo “Doutor” Estado. Dessa forma, ocorre, após 30, uma inversão da imagem do Estado, ou seja, antes de 1930 o Estado era o doente, após o movimento revolucionário, Ludovico, representando o Estado, assume o papel do médico que seria capaz de curar o povo (doente).

¹⁶² Sobre essa questão ler: LENHARO. Op. Cit.

¹⁶³ TEIXEIRA. Op. Cit. p. 144.

¹⁶⁴ LENHARO. Op. Cit. p. 140.

¹⁶⁵ TEIXEIRA. Op. Cit. p. 49.

Segundo esse discurso, o Estado não se preocupava somente com a saúde física das pessoas, mas, também, com sua adaptação ao trabalho e capacidade de colaborar para a formação do Estado “sadio”. Segundo Ludovico, o Estado caminhava em direção ao desenvolvimento econômico e social.

Não se tratava unicamente de curar, mas de inculcar padrões de moralidade e sociabilidade exigidos à sociedade goiana. Esses padrões eram articulados no sentido de criar uma vergonha de classe na qual a imagem do homem pobre estava ligada à imundície, à doença que o tornava preguiçoso e improdutivo. Somente por meio do trabalho se conseguia a ascensão social, o progresso e a moralização do Estado. O futuro do homem e do Estado estava intrinsecamente ligado ao trabalho honesto. Nesse sentido, ocorre uma valorização do trabalho visando à construção coletiva da nação.

As pessoas eram diagnosticadas no dia-a-dia, como enfatiza Lenharo, por dispositivos que permitiam sua regeneração física e moral. Esperava-se deles que incorporassem hábitos de higiene, alimentação, repouso, que se tornassem disciplinados, produtivos e ambiciosos podendo, dessa forma, escapar a sua condição de classe¹⁶⁶.

Essa estratégia pode ser vista de forma contraditória, isto é, ao mesmo tempo em que dignifica, humilha o homem. Essa imagem de um povo satisfeito, regenerado, sadio e, principalmente, produtivo era necessário ao projeto político do momento.

Os discursos eram construídos no sentido de buscar melhores condições de vida para os goianos cuidando, bem como, de sua saúde, de sua cultura, de sua estrutura moral. Podemos perceber a necessidade de se criar a imagem de pessoas “docilizadas” e despolitizadas, mas responsáveis pela produção e desenvolvimento do Estado e, principalmente, culpado pela sua própria condição social e, por isso, precisava trabalhar para atingir a dignidade. O papel da medicina social consistia explicitamente em preservar, recuperar e aumentar a capacidade de produzir para o progresso do Estado, satisfação individual e coletivo do povo.

Era este o grande esforço do “novo” Estado goiano que, segundo seus idealizadores, se formava. Enfrentar a questão social não como uma questão individual, mas como um problema de todos os homens e de todas as classes, uma vez que eram trabalhadores todos aqueles que produziam.

Discutindo o papel social e político do médico em Goiás, na década de 30, Chaul enfatiza:

¹⁶⁶ LENHARO. Op. Cit.

Ser médico em Goiás, na década de 30, tinha um significado especial (...) nele era depositada a confiança da cura, a eles eram entregues as vidas na esperança de recuperação dos males (...) Obtendo sucesso tornava-se um semideus do povo, adorados e respeitados homens da ciência, salvadores de um sem-fim de moléstias que ameaçavam a população de Goiás¹⁶⁷.

A partir dessas imagens ou desses discursos, Ludovico buscava centralizar todo o poder, tentando excluir qualquer manifestação de luta política ou propostas diferentes no Estado, como as contrárias à mudança da capital, por exemplo. Esse discurso é produzido no sentido de colocar o governo ou o Estado como o representante da ordem natural, absoluta e inquestionável.

A partir dessas análises, percebemos que a memória histórica apresenta a “Revolução de Trinta” em Goiás de uma forma unitária. As outras propostas foram anuladas prevalecendo apenas as dos grupos dominantes. Assim, o vencedor, elaborando e definindo a sua visão de luta, aperfeiçoa os seus próprios instrumentos de controle do poder político.

A partir da leitura dessas imagens da “Revolução de Trinta” em Goiás, produzidas por Pedro Ludovico e apropriadas pela historiografia, entendemos a memória histórica projetada pelo vencedor, a omissão de resistência ou insatisfação coletiva nessa memória, mais do que isso, a tentativa de criar uma imagem homogênea desse processo.

Contudo, deve-se considerar que a memória não pode ser resgatada na sua totalidade, há sempre uma omissão, mesmo que involuntária, nesse resgate, pois lembrar não é reviver, e sim reconstruir, com imagens do presente, as experiências do passado. Por isso, deve-se duvidar da existência do passado exatamente como foi, pois o presente é uma imagem reconstruída do passado.

A análise das imagens construídas por Pedro Ludovico em sua obra nos mostra uma determinada memória histórica sobre o sujeito Ludovico e sobre a “Revolução de Trinta” em Goiás, bastante aceita e reproduzida nos mais variados discursos. Na obra, temos a sistematização de um discurso que se encontra na fala do poder, momento de constituição da memória histórica que se tornou aceita e reproduzida. Categorias e conceitos como trabalho, ordem, progresso, desenvolvimento, modernidade, ausência de conflitos

¹⁶⁷ CHAUL, Nasr Fayad. *Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade*. Goiânia: CEGRAF/UFG, 1997. p. 158.

políticos e sociais estão presentes e foram incorporados na memória coletiva e na historiografia goiana, possibilitando, assim, a ampliação de seus significados como a atualização desta memória.

Pensando a construção das imagens que Pedro Ludovico faz de si mesmo, (imagem do Bandeirante, de Napoleão, de Joana D'arc, Homem-Guia, Salvador do Estado, do Médico, entre outras) procurei demonstrar como que estas imagens emergiram com uma função específica de cunho político, ou seja, reconstruir seu passado político “glorioso” protestando contra os momentos de crise vivenciados no presente – cassação e suspensão dos direitos políticos. Nesse sentido de protesto, era preciso comprovar a figura do político íntegro, honesta, do líder de sempre para preservar na memória coletiva *a reputação do homem que com seu esforço construiu o Estado de Goiás*. Por isso Ludovico recorreu à memória e fez dela testemunha de defesa e argumento político, comprovadora de um percurso sem lacunas e contradições. As experiências de sua vida foram sendo submetidas a uma lógica discursiva que enfatiza a sucessão e a vinculação de acontecimentos, produzindo uma unidade coerente que procurou encobrir os vazios da memória.

2.2 – Desvendando Máscaras

*Dessa Revolução que prometeu tudo e não fez nada e um dos maiores endeusadores da obra regeneradora foi o Dr. Pedro Ludovico Teixeira (...)*¹⁶⁸

Lembrando que o homem público tem o seu valor intimamente ligado aos problemas sociais e políticos da época em que viveu e que a memória é seletiva, Pedro Ludovico contou seus feitos heróicos, usou e abusou do “direito de omissão de verdades”, de silêncio, esquecimento e não saiu de suas atitudes ousadas. Portando, precisa-se de uma análise cuidados de sua obra, contrapondo a outras memórias, para uma melhor compreensão de seu papel enquanto político íntegro, honesto e *que tudo fez pelo bem do Estado de Goiás*.

¹⁶⁸ ROSA, Joaquim. *Por esse Goiás afora...* Goiânia: Cultura Goiana, 1974, p. 155

Segundo Pollak, existem nas lembranças zonas de sombra, silêncios, “não ditos”. As fronteiras desses silêncios e “não ditos” com o esquecimento definitivo e o reprimido inconsciente não são evidentemente estanques e estão em constante deslocamentos.¹⁶⁹ Essa característica de discursos, de silêncios é moldada pela angústia ou medo de se expor a mal-entendidos. Nesse sentido, o discurso revela o compromisso com o que Ludovico pretende deixar velado, ou seja, há um trabalho de seleção dos dados que possibilita explicitar somente o que interessa para a construção da imagem de um político íntegro. Para tanto, valendo-se de sua própria narrativa, destaca as imagens que constrói de si mesmo preocupando-se com as imagens que as outras pessoas pudessem ter dele. Os esquecimentos ou silêncios possuem como objetivo ocultar imagens ou fatos que pudessem manchar sua trajetória política. Ludovico precisava expressar apenas o que pretendia transmitir, sua atividade política precisava tornar significativa para os outros, para tanto, enfatizava certos aspectos “esquecendo-se” de outros.

Conforme as circunstâncias ocorre a necessidade de certas lembranças. No caso de Pedro Ludovico, que foi cassado pela Junta Militar, a ênfase às suas lembranças são dadas no sentido de reconstruir um passado glorioso. Dessa forma, remete ao passado deformando e reiterando o presente. Assim, também, há uma permanente interação entre o vivido o aprendido, o vivido e o transmitido.¹⁷⁰

Discutindo a questão do esquecimento, Jacy Seixas enfatiza que *é impossível evitar um ponto polêmico: a indissociabilidade ente memória e esquecimento*¹⁷¹. Segundo a autora, o esquecimento pelo prisma do historiográfico é enfocado como a negação da memória, nesse contexto, a função da História é *afugentar o esquecimento*. Para Seixas, o esquecimento forma par com a memória, ou seja, estão lado a lado e não podem ser separados. Existe uma relação necessária, desejável entre memória e esquecimento, pois ambos são indispensáveis à História. Ao contrário de entender o esquecimento como uma falha de memória, a autora afirma que a memória *nasce do esquecimento*.

Para a autora, o papel mais importante do esquecimento *é o de impedir a interpenetração e confusão dos estados de consciência, de preservar todos os momentos do passado (...) É precisamente o esquecimento (involuntário) que tornara possíveis as*

¹⁶⁹ POLLAK. Op. Cit. p, 8.

¹⁷⁰ Idem. p, 9.

¹⁷¹ SEIXAS. Jacy A de. “comemorar entre memória e esquecimento.” In: *História e Debate*. 2000. UFPR. p, 53.

*ressurreições de memória, o acesso a verdadeira memória.*¹⁷² Lembrar e esquecer são atividades que não dizem respeito só ao passado/presente/futuro, pois recordar não é ressuscitar o passado tal como se ele se deu, mas reconstruí-lo. Se for assim, a reconstrução está intrinsecamente ligada ao momento presente e ao desejo/expectativa de futuro.

Com intuito de compreender esses silêncios ou “esquecimentos” implícitos na obra de Pedro Ludovico Teixeira, recorreremos a outras fontes. Não encontramos muitos trabalhos que pudessem nos ajudar na desconstrução dessa memória, uma vez, que grande parte dos estudos utilizam a obra *Memórias* como fonte e se apropriam das *Memórias* do autor. Apenas dois trabalhos foram encontrados: o de Joaquim Rosa¹⁷³ e o de Mírian Bianca Amaral Ribeiro¹⁷⁴.

Pode-se afirmar que a narrativa de Joaquim Rosa percorreu um caminho inverso da autobiografia apresentada por Pedro Ludovico, em sua obra *Memórias*, e apropriada pela historiografia goiana. Enquanto essa historiografia utilizou a obra de Pedro Ludovico como fonte, Rosa faz suas análises a partir de sua própria vivência durante a “Revolução de Trinta” em Goiás, uma vez que naquele período exercia a função de editor chefe de um dos principais jornais do Estado de Goiás: *O Ypameri*¹⁷⁵.

Ao contrário da obra de Pedro Ludovico que apresenta um homem “fora do comum”, íntegro, honesto, que se deixava levar pelas paixões políticas e pelo desejo de fazer o Estado de Goiás crescer, progredir, Rosa nos apresenta um homem esperto, incoerente que, no final dos anos vinte, e, particularmente, em 1930, tanto criticou as

¹⁷² Idem. p. 63.

¹⁷³ ROSA. Op. Cit. Na epígrafe do livro, o autor ressalta: *As memórias ajudam a escrever a história que, disse alguém, para ser veraz e proveitosa, tem de se apoiar na experiência e depoimentos dos que tomaram parte nos eventos. (...) Reuni alguns flashes de Goiás do meu tempo (...) dos homens políticos de antes da Revolução de 1930 e do depois, atuando à margem dos interesses de um povo ordeiro e laborioso, de alma simples e generosa como é a do goiano, abandonado ao deus-dará dos acontecimentos e da picaretagem de lideranças inconstantes. Homens que serão expostos à possível curiosidade do leitor, sem o manto diáfano da fantasia*

¹⁷⁴ RIBEIRO, Mírian Bianca Amaral. *Memória, família e poder: História de uma permanência política – os Caiado em Goiás*. Goiânia: UFG, 1996. Dissertação de Mestrado. A autora analisa a história *do mais importante grupo familiar no poder durante a Primeira República – os Caiado*. Faz uma análise de toda a trajetória, procurando entender os mecanismos que interagiram no contexto familiar. Bianca nos mostra a travessia da família Caiado pelos anos, seus aspectos econômicos, políticos, sociais e culturais.

¹⁷⁵ Dirigido pelo Professor Aureliano do Carmo e Francisco Vaz, no ano de 1922, jornal este que reapareceu em maio de 1926, fundado por Olegário Vaz, que contava com a colaboração de Jovelino Gomes e João Formosa. Em 1927, foi dirigido pelo Professor Joaquim Rosa, em 1928, pelo Coronel Vaz Lopes. Em 1929, volta à direção do professor Joaquim Rosa. Esse jornal era o representante da imprensa goiana no sul e tinha grande circulação e prestígio em todo o Estado e no Triângulo Mineiro. Em 1933, esse jornal foi censurado pelo Interventor Pedro Ludovico Teixeira. Em 1934, com base na Constituição que garantia liberdade de pensamento, Joaquim Rosa entra com um Mandato de Segurança pedindo livre circulação do Jornal. O mandato foi recusado pelo advogado Galeno Paranhos com o seguinte argumento: *o juiz é um homem direito, mas é do lado do doutor Pedro Ludovico. É meu amigo particular, não vai gostar.*

práticas políticas violentas dos Caiado, logo após assumir a Interventoria do Estado repetia as mesmas atitudes. Segundo Rosa, Ludovico soube utilizar-se dos meios “obscuros” empregados pelos seus antecessores como estratégia política, buscando manter seu poder por meio da violência, da censura, da perseguição administrativa no período em que o próprio Ludovico considera o pós-trinta uma fase de ruptura, de tempos “novos”.

Na obra *Memória* Pedro Ludovico reafirma, em diversos momentos, a imagem da ruptura¹⁷⁶ com o passado – antes de trinta – visto por ele como um tempo de todos os *agravos, dos conchavos políticos, do atraso*. O pós trinta como um *tempo novo, o tempo de ordem, do progresso, da moralização política*. Contrapondo essa idéia de ruptura, Rosa apresenta uma continuidade nas práticas políticas ressaltando que:

A revolução de trinta arquivou o Caiado, mas o caiadismo como fenômeno político, conjunto de práticas que o tempo havia amadurecido, esse continuou. Com outro apelido. (...) O pronunciamento de trinta limitou-se em Goiás, a substituir um coronel de igual graduação, doutores os dois, com diploma e resto. Antônio Ramos Caiado, depois Pedro Ludovico Teixeira. Foram líderes de dimensões quase idênticas. (...) Caiado montou sua máquina política na cúpula da oligarquia que desenfreado nepotismo fomentou. Ludovico seguiu também aqui os ensinamentos do antigo pajé contra o qual tanto lutara. (...) Novos e velhos políticos se assemelhavam em tudo. (...) Farinha do mesmo saco, torrada no calor dos interesses e paixões. (...) Aliás, as farinhas políticas de Goiás davam a mesma quantidade de angu.¹⁷⁷

Ainda contrapondo à idéia de ruptura, Rosa afirma que a política de Pedro Ludovico foi uma continuidade dos “velhos” tempos, violento, agressivo, impertinente. Ao contrário de seus tão decantados princípios suas práticas demonstraram ser completamente contraditórias aos seus discursos. Nesse sentido, Rosa enfatiza:

Expressões de curso forçado até outubro de 1930: “O Caiado já sabe? Já falou ao Totó? Espere até que o Senador volte do Rio. É capaz de ficar zangado...” Depois de 1930: O Doutor Pedro já sabe? Falou ao Doutor Pedro? Espere que o Doutor Pedro volte do Rio. É capaz de ficar zangado...” A propósito de tudo e a propósito de nada, as mesmas frases obrigatórias até 1930 permaneceram obrigatórias depois do divisor de águas. (...) Caiado montou sua máquina política na cúpula da oligarquia

¹⁷⁶ Segundo BORGES. Op. Cit. 1998, p. 170: a História Política Brasileira foi marcada por essas duas interpretações: continuidade/ruptura. A idéia de ruptura foi construída por aqueles grupos que assumiram o poder pós-trinta e é apropriada pela memória oficial. Essa idéia *reina quase que soberana*. A idéia de continuidade, opondo-se a de ruptura, *interpreta o movimento de outubro de 1930 como uma simples troca de homens no poder*.

¹⁷⁷ ROSA. Op. Cit. pp. 63/150/158.

*que desenfreado nepotismo fomentou. Ludovico seguia também aqui os ensinamentos do antigo pajé contra o qual tanto lutara.*¹⁷⁸

Longe de ser um herói, Ludovico corporificou a imagem de um anti-herói, de alguém que soube arditamente abusar do poder. Essa idéia fica evidente quando Rosa narra o processo de disputa política entre Ludovico e Velasco pelo governo do Estado de Goiás em 1933, enfatizando:

*O interventor fez funcionar a máquina administrativa, policial e judiciária, prodigiosamente bem, contra o adversário. Começou por liquidar de vez com a liberdade de imprensa oposicionista. (...) Funcionários públicos adversários eram degolados sumariamente. (...) Indivíduos demitidos a bem do serviço público seriam posteriormente nomeados desde que formando na banda dos correligionários. Formou-se em torno do palácio de Ludovico tudo que repetia os velhos áulicos de outros tempos. Ludovico tinha revelado algumas qualidades positivas de homem público. Sua serenidade, que causava admiração fora do Estado, perdeu-se na vertigem do fascismo*¹⁷⁹.

Ainda discutindo a questão da disputa eleitoral, Joaquim Rosa ressalta que Pedro Ludovico

*engajava na luta política todos os meios de que dispunha. Lícitos ou não. Se os fins visados eram escusos, pra que ética quanto aos meios? Não houve originalidade no processo. Repetiu o que os Caiado fizeram. Crime é perder eleição, ainda que com a sobrecarga da justiça eleitoral recém-criada. Ludovico não escapou ao quadro por ele mesmo esboçado quando, com ares de sociólogo improvisado, criticava as candidaturas apressadas.*¹⁸⁰

Rosa, por ser um contemporâneo de Ludovico, utilizou-se, além de suas próprias memórias, de artigos de jornais como *O Ipameri*, *O Popular* e de discursos feitos pelo próprio Pedro Ludovico para contestá-lo e mostrar suas contradições em vários momentos. Vejamos algumas das diversas argumentações utilizadas pelo autor para elucidar as contradições e incoerências políticas de Ludovico. Para demonstrar as incoerências entre

¹⁷⁸ Idem. p, 62.

¹⁷⁹ Idem. p, 148/149.

¹⁸⁰ Idem ibidem.

os discursos e as práticas de Ludovico, Rosa resgata um discurso¹⁸¹ feito pelo próprio Interventor, criticando a “politicagem” goiana antes de 30:

*Sempre surgem os personalismo neste ambiente de lutas pela posse do poder, desencadeando paixões que, em vez de construir, não raro provocam desequilíbrios. Sem se perceber, volta-se aos erros do passado, cujos arranhões ainda não se cicatrizaram na mentalidade das nossas massas, influenciadas por várias décadas de política rateira e de costumes rebarbativos. No subconsciente da maioria dos nossos próceres subsiste a inclinação retrógrada e involuída dos nossos antepassados e dos que recentemente afastamos como imprestáveis como caciques, como “profiteur” dos postos que degradaram.*¹⁸²

No livro *Memórias*, Pedro Ludovico Teixeira narra sua vida política ressaltando seu papel de um político influente e respeitado no Estado de Goiás e até mesmo no país. No sentido de reafirmar sua influência política, reconstruiu a imagem do médico como “salvador” ou como aquele capaz de curar as doenças do povo. Joaquim Rosa, ao narrar o processo de disputa política entre Velasco e Ludovico pelo Governo do Estado de Goiás, em 1933, faz uma leitura contrária em relação tanto a imagem de Ludovico como médico, como também, de sua influência política. Segundo esse autor,

*Ele, Ludovico, aboletado no cargo de Interventor não passava, de resto, de um paisano vindo do sudoeste onde andou receitando purgante de “lá-roi”, aguardente alemão, formulando xaropes de benzoato de sódio para as encencas dos pulmões, ou lancetando perebas zangadas nos cangotes dos capiaus do Rio Verde e dos capangas do sogro. Ludovico manobrou. Soprou aos cupinchas a própria candidatura ou antes e mais precisamente, a confirmou, que os cupinchas já cuidava dela. A continuidade revolucionária, com Ludovico no palanque, bom pretexto. O negócio era rendoso.*¹⁸³

Ao narrar sua atividade política no Estado, a partir de 1930, Ludovico optou pela omissão, não falando das práticas violentas. Para se defender de seus opositores e concluir seus projetos, Ludovico utilizava meios “obscuros” como deixa claro Rosa em um texto de seu livro intitulado *Tempo Quente*.

¹⁸¹ O autor não informa da data em que foi proferido esse discurso por Pedro Ludovico Teixeira.

¹⁸² ROSA. p, 148

¹⁸³ Idem. p., 140.

*Quando Ludovico percebeu que a onda subia, ameaçando seriamente seus projetos fez o que faria qualquer outro político da mesma naipe (sic). Arregaçou as mangas, quebrou o chapéu na testa e derrubou a madeira no adversário sem dó nem piedade. Engajou na luta todos os meios que dispunha. Lícitos ou não (...) Não podendo vencer pela persuasão, convenceu com a borduna. Ou comprando com dinheiro ou com emprego. Repetiu os que os Caiado fizeram. (...) Ludovico não escapou do quadro por ele mesmo esboçado (...)*¹⁸⁴

Ainda enfatizando a questão da violência como prática política utilizada por Ludovico, Rosa faz uso da seguinte nota publicada no jornal *O Popular* de Goiânia, de 19-3-1965: *A luta pela mudança da capital de Goiás, as quedas políticas, tudo está cuidadosamente catalogado, não faltando as violentas polémicas onde, pode-se dizer, somente escapavam as mães dos polemistas*¹⁸⁵.

Discutindo o processo de construção da nova Capital do Estado de Goiás, o grande projeto de Pedro Ludovico, Rosa destaca a violência que foi utilizada por seu idealizador no sentido de concluir seu grande projeto. Segundo Rosa,

*Goiânia está aí. Ultrapassou no tempo e no espaço a profecia de seu próprio idealizador. Agigantou-se. Tornou-se precocemente adulta. Não estaria esplendorosa e atraente, se Ludovico não bancasse o teimoso e, sobretudo o violento. Os fins justificam os meios empregados para consegui-los? Sabe-se lá. No caso de Goiânia parece que sim*¹⁸⁶.

A imagem de Pedro Ludovico como um homem violento aparece também no trabalho de Ribeiro, quando ela ressalta que todos os entrevistados – membros da família Caiado – *foram enfáticos em relatar as perseguições que os familiares viveram sob o governo de Pedro Ludovico. A começar pela total falta de liberdade e expressão*.¹⁸⁷

Outra questão interessante é a referência que Rosa faz a Ludovico quando o Interventor fez uma visita à cidade de Ipameri:¹⁸⁸

E lá veio o interventor e seu bando comendo banquetes e discursos, ouvindo charangas e estrondos de rojões. (...) A ordem era aprontar um carnaval sem caráter político, precisamente para confirmar o alto

¹⁸⁴ Idem p. 150/196

¹⁸⁵ Idem. p, 194.

¹⁸⁶ Idem. p, 200.

¹⁸⁷ RIBEIRO, Op. Cit. p, 161

¹⁸⁸ Cidade situada na região Sudeste do Estado de Goiás. Segundo BRANDÃO. Op. Cit. p, 10: A cidade de Ipameri nas décadas de 20 e 30 possuía jornais que davam atenção especial aos acontecimentos políticos do Estado de Goiás.

*prestígio político do novo chefe. (...) Ele gostava de badalação, todo mundo gosta. (...) A folia terminou com um banquete e o banquete com o discurso mais ou menos ajambrado na hora (...) Por um lapso ou seja lá o que fosse, as necessidades do povo e outros ingredientes que co-honestaram o chaleiramento e a ganância de dinheiro, ficaram de lado*¹⁸⁹.

É interessante lembrar, também, que, segundo Ribeiro, a família Caiado, ao falar de Pedro Ludovico Teixeira resgata a imagem *de um homem que bebia muito e a de que seu pai era dono de um cabaré em Uberlândia*. Uma outra narrativa recorrente, na obra de Ribeiro, envolvendo Pedro Ludovico, refere-se a sua prisão em Rio verde¹⁹⁰ e sua transferência para Goiás Capital. Segundo Ribeiro, *Totó Caiado recebeu um telegrama na cidade de Goiás afirmando que estava difícil controlar o povo que queria linchar Pedro Ludovico (...) Segundo a família, Pedro Ludovico tinha consciência de que devia a vida a Totó Caiado, por este haver impedido o linchamento do então acuado e amendrotado Pedro*.¹⁹¹ Dessa forma, a imagem criada por Ludovico como de um homem corajoso entra em contradição com a narrativa da família Caidado ao caracterizá-lo como medroso e assustado.

Contudo, lembrar e esquecer são atividades que não dizem respeito apenas ao passado, mas que estão ligadas ao passado, presente e futuro, uma vez que recordar não é ressuscitar o passado tal como ele se deu, mas reconstruí-lo. Assim, a reconstrução está intrinsecamente ligada ao momento presente e ao desejo ou expectativa de futuro. No caso de Pedro Ludovico, de preservar suas imagens cuidadosamente reconstruídas.

Enquanto, em suas *Memórias*, Ludovico destaca uma carreira política voltada para o progresso, Rosa enfatiza que se para os Caiado a garantia de *posse da política goiana estava ligada ao atraso do Estado, Ludovico enxergava dois dedos a mais do que o mestre Totó Caiado. Sua garantia de posse estava condicionado ao que se chamaria mais tarde de subdesenvolvimento, com todas as causas e conseqüência*.¹⁹².

¹⁸⁹ ROSA. Op. Cit. p 131.

¹⁹⁰ TEIXIRA. Op. Cit. pp.3637/38/39/40. Em sua obra *Memórias*, narra o episódio de sua prisão ressaltando: *Fui trancafiado no pior xadrez. (...) Por ordem superior não me deixavam sair. Nem pra tomar banho (...) Não me era permitido ler jornal. Ninguém podia me visitar. (...) Por ordem do Senador Ramos Caiado fui transferido para a velha Goiás. (...) A caminho fui informado de que a Revolução estava vitoriosa. Se eu quisesse poderia regressar a Rio Verde (...) Soube posteriormente que os soldados portadores do recado tinham como missão me assassinar. (...) Os senadores Brasil Ramos Caiado e Antônio Ramos Caiado (Totó Caiado), e mais parentes, tinham abandonado a Capital, tão logo souberam do êxito da Revolução. Fiquei na casa de minha mãe e esta se encheu de amigos, que narravam os últimos acontecimentos do país.*

¹⁹¹ ROSA. Op. Cit. 131.

¹⁹² Idem. p, 65.

Conforme ficou evidenciado, valendo-se de vários silêncios, Ludovico, pode em suas *Memórias*, construir uma trajetória política aparentemente voltada para princípios de integridade e honestidade, visando a reafirmar para a sociedade seu comprometimento com o desenvolvimento do Estado de Goiás, em nenhuma circunstância esquecido. Entretanto evidenciou-se que, além das mudanças nas práticas políticas, as permanências também fizeram parte de sua história política. Foi possível perceber que as permanências foram, quase sempre, transformadas em silêncios que produziram a ilusão da mudança.

Na tentativa de manter sua integridade política o autor não permitiu que determinadas recordações “manchassem” sua imagem de *herói*, de *homem fora do comum*, de *homem-guia* do Estado de Goiás. Por isso reconstruiu o passado, ora ignorando, ora dissimulando os momentos polêmicos que pretendia que fossem esquecidos. Em outros momentos procurou reconstruir a imagem ideal para reafirmar naquele momento – Ditadura Militar – seus valores políticos.

2.3 – O Mito do Progresso Historicamente Construído

*No deslumbramento de sua evolução, constitui um assombro e um milagre, realizado em pleno sertão, no Coração da Pátria. Assinala uma epopéia sublime e é um ponto isolado e destacado na vida de Goiás. É o marco que separa dois períodos históricos: o da estagnação e o do progresso. E, então, daquele só restarão ruínas, e, deste como iluminuras estonteantes, Goiânia atestará a grandeza, o apogeu!*¹⁹³.

As cidades são os principais cenários das transformações sucedidas com a modernidade. Modernidade e progresso relacionam-se mutuamente e o avanço e o crescimento ocorrido nas cidades articulam-se, segundo Paolo Rossi, no final do século XVIII, em uma verdadeira *doutrina ou teoria do progresso*¹⁹⁴.

Sabemos que é um tanto complicado utilizar o conceito de progresso para entender as transformações ocorridas no Estado de Goiás a partir da construção de Goiânia. Acreditamos ser necessária uma discussão sobre a noção de progresso, uma vez que a mesma é largamente utilizada na historiografia goiana como referência para os estudos

¹⁹³ TEIXEIRA. Op. Cit. p. 215.

¹⁹⁴ ROSSI, Paolo. *Naufração sem Espectador: a idéia de progresso*. São Paulo: Editora da UNESP, 2000. p. 47.

sobre o Estado de Goiás após 1930. Nesse sentido, recorreremos ao filósofo Paolo Rossi que, trabalhando no campo da história das idéias, percorreu as sinuosidades e os percalços que deram origem à idéia de progresso

O autor inicia seus argumentos considerando como precursor da idéia de progresso a noção de tempo expresso no pensamento ocidental. Para o autor, a concepção de tempo não é simplesmente linear e progressivo. As noções de tempo linear e de tempo cíclico estão presentes. O conceito de tempo cíclico não implica, segundo Rossi, repetições idênticas dos fatos, mas sim a esperança de uma renovação radical.

Paolo Rossi ressalta:

O tempo e o rio do tempo; os retornos, as revoluções e os fluxos e refluxos do tempo; os períodos de florescimento e os trechos desertos e desolados; as épocas propícias ao saber e as infecundas, as grandes epidemias, as invasões dos bárbaros, o naufrágio das culturas e as tábuas dos naufrágios que chegaram até nós; essas imagens e os temas filosóficos que a eles estão ligados retornam com insistência numa série de textos... em épocas diferentes¹⁹⁵.

O autor defende a idéia de existência de uma tensão necessária entre duas concepções de tempo. Isto é, entre a *flecha do tempo* e o *ciclo do tempo*. Dessa forma, o autor, localiza em outro lugar a idéia de progresso no sentido linear. Tal idéia surge, segundo Rossi, na Europa *entre a metade do século XVI e o fim do século XVII, como o mais típico produto da civilização ocidental moderna*¹⁹⁶. A imagem *moderna* de ciência desempenha um papel fundamental nessa concepção de progresso, isto é, a idéia de progresso integra a imagem da ciência moderna. No entanto, isso não significa que o conceito de progresso tenha atravessado os séculos sem sofrer mudanças.

Juntamente com essa noção e com a simultânea transformação da ciência, aparecem as concepções de catástrofe e de esperança, advindas das modificações profundas pelas quais passava a Europa. Progresso, catástrofe e esperança faziam parte do imaginário dos pensadores do século XVII. Segundo Rossi, *o tema pessimista da decadência na natureza e do envelhecimento do mundo desenvolve-se (...) simultaneamente ao tema do progresso*¹⁹⁷.

¹⁹⁵ Idem. p. 43.

¹⁹⁶ Idem. p. 47.

¹⁹⁷ Idem. p. 54.

A idéia de catástrofe envolvia o mundo histórico e natural. As imagens das catástrofes cedem lugar à esperança, ao novo e possibilitam a consciência de se poder aprender com os erros do passado, pois tais erros podem iluminar o futuro¹⁹⁸. Assim, do conhecimento do passado e do diagnóstico negativo do presente emergem, segundo o filósofo, (...) *possibilidades de resgate, de um saber em crise poderá nascer uma ciência universal capaz de elevar nossa natureza ao grau máximo de perfeição*¹⁹⁹. Dessa forma, o objetivo central da filosofia do século XVII é o apelo ao futuro, com ele surge também a discussão entre o antigo e o moderno. O passado aparece como trevas e o presente como luzes.

Sobre essa contradição entre antigo e moderno, duas posições se destacam: uma nega rigorosamente o passado, entendendo-o como um obstáculo insuperável ao progresso das ciências na medida que o passado era entendido como algo a ser imitado. Outra posição, completamente diferente, entendia o conhecimento do passado como especificidades históricas, geográficas e sociais. Assim, não seria possível um embate entre antigo e moderno. Para referendar esse pensamento, Rossi situa o pensamento de Bacon: *o fato de conhecermos a natureza mais o que eles conheciam nos permite adotar novas visões e novas opiniões sem injúria e sem ingratidão. Por, isso, sem contradizê-los, podemos afirmar o contrário do que eles diziam*²⁰⁰.

Para o autor, *o modelo de saber* que estava se formando não substituíria as teorias, *mas integram-se com base numa generalidade cada vez maior*²⁰¹. As ciências dependem do raciocínio e têm por objetivo a descoberta de novas verdades que se sucedem no tempo.

A imagem do saber como crescimento e acumulação atravessa toda a cultura européia, *desde a época de Bodin, que acredita na existência das bruxas, até Diderot, empenhado em lutar contra as superstições em nome de uma visão materialista do mundo*²⁰². O filósofo considera que no século XVII aparecem alguns elementos na cultura e nas idéias sobre o progresso, tais como: *recusa do caráter secreto e iniciático da ciência; abandono do mito de uma áurea e originária sapiência perdida nas trevas do*

¹⁹⁸ CARRIJO, Gilson Goulart. *Fotografia e a Invenção do Espaço Urbano: considerações sobre as relações entre estética e política*. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2002. Dissertação de Mestrado.

¹⁹⁹ ROSSI. Op. Cit. p. 62.

²⁰⁰ Idem . p. 69.

²⁰¹ Idem. p. 70.

²⁰² Idem. p. 74.

passado.²⁰³ Para Carrijo, esses valores, colocados à frente do pensamento ocidental, trazem a historicidade e a temporalidade como categorias indispensáveis para a interpretação e a compreensão dos mundos social e natural²⁰⁴.

A partir desse momento surge, então, uma nova maneira de pensar o conhecimento, ou seja, um conhecimento contrário à tradição religiosa, à concepção de bondade, unidade. Trata-se de um saber universal compreensível e construído por todos. No decorrer do século XVII, segundo Rossi, essa nova maneira de entender o mundo passa do plano das idéias ao das instituições. O autor procura demonstrar uma série de discussões que contribuíram para a formação da idéia de progresso. Segundo o autor, as contribuições foram:

discussões sobre a origem e formação da terra, sobre as conexões entre história da natureza e história do homem, sobre a cronologia, sobre a origem da civilização como emersão de uma primeira barbárie.. Em nome de uma história da pura filosofia ou de uma não melhor qualificada história das teorias, fomos muitas vezes impedidos de perceber os vínculos que ocorrem entre as teorias e as idéias, as convicções que operam no passado. Discussões desse tipo ocupam de fato um lugar totalmente marginal ou não ocupam lugar algum nas várias histórias da idéia de progresso. Nesse complicado terreno confluíram porém as novas filosofias e as obras de direito natural; as reflexões sobre os selvagens, o trabalho dos estudiosos dos mitos e da cronologia, os estudos bíblicos, as heranças do epicurismo e de Lucrecio; as disputas sobre a antigüidade das línguas, as avaliações das civilizações dos hebreus, dos egípcios, dos americanos e dos chineses; os resultados realmente imponentes da nova erudição e das pesquisas sobre os fósseis e sobre a história da natureza²⁰⁵.

Já no final do século XVIII, a idéia de progresso como crescimento e desenvolvimento do gênero humano assumia a condição de uma

verdadeira e própria teoria na qual estavam em jogo: a noção de perfectibilidade do homem e de sua natureza alterável e modificável; a idéia de uma história unitária ou universal do gênero humano; os discursos sobre a passagem da barbárie à civilização, sobretudo a afirmação de constantes ou de leis operando no processo histórico²⁰⁶.

²⁰³ Idem. p. 79.

²⁰⁴ CARRIJO. Op. Cit. p. 130.

²⁰⁵ ROSSI. Op. Cit. p. 93.

²⁰⁶ Idem. p. 95.

Entre o final do século XVIII e a metade do século XIX, a idéia de progresso coincidirá com *uma ordem imanente ao devir da história*.²⁰⁷ A idéia de progresso transforma-se em uma necessidade natural das civilizações. Essa idéia de progresso não encontra ressonância nos pensadores dos séculos XVI e XVII. Esses pensadores não consideravam que a *libertação do homem pudesse ser confiada à ciência e à técnica enquanto tais*.²⁰⁸

O autor critica as idéias de modernidade e de progresso como únicas, ressaltando a *complexidade e a ambivalência dos termos referentes às grandes épocas históricas, sobre a esterilidade dos modelos baseados nas grandes alternativas, sobre a insuficiência e parcialidade do pensar por dicotomias*.²⁰⁹ Rossi demonstra as contradições, os conflitos existentes em uma mesma cultura de coisas distantes entre si, os antagonismos como expressão de uma função vital das idéias.²¹⁰

Em meio às críticas à idéia de progresso e às condições de vida moderna, ou por outro lado, às crenças no aperfeiçoamento, melhora e segurança futura o binômio ciência-técnica aparece e impõe-se como essência da modernidade.

Seja no sentido de negar ou aceitar a idéia de que em Goiás, após trinta ocorreu uma fase de progresso, entendido como desenvolvimento técnico, econômico, essa discussão é central em toda a historiografia Goiana sobre aquele período. A imagem do progresso é uma construção histórica e, em momentos diferentes, é apropriada e utilizada por grupos dominantes, no sentido de impor sua dominação sobre outros grupos.

²⁰⁷ CARRIJO. Op. Cit. p. 131.

²⁰⁸ ROSSI. Op. Cit. p. 98.

²⁰⁹ Idem. p. 118.

²¹⁰ Ibidem.

2.4 – Imagem do Progresso: Goiânia

Assim como nem todas as gerações assistem ao momento em que um século termina e outro começa, assim também nem todos os homens são dados o privilégio de ao assistir à inauguração de uma nova metrópole. A edificação de uma capital, como a passagem de um século, é ocorrência rara pela própria natureza. Fascinada pelo poder de atração de todos os acontecimentos reconhecidamente extraordinários, a humanidade cultiva o hábito de festejar a passagem de cada século. Não é demais, pois, que uma secção da humanidade, aqui representada por nós, celebre também este acontecimento ainda mais raro e muito mais real, que é a consagração de uma nova cidade, especialmente edificada para ser a metrópole política e cultural de um Estado brasileiro (...) a passagem de um século constitui apenas uma ficção (...) ao passo que o advento de uma nova capital (...) como Goiânia é um fato real (...) duradouro e talvez perpétuo que permanece distinto no registro geral dos feitos humano, (...) enriquecendo o caudal fervilhante da História²¹¹.

No terceiro momento do livro *Memórias*, Pedro Ludovico destaca o processo de construção e mudança da capital do Estado da Cidade de Goiás para Goiânia e a modernização do Estado.

Para Pedro Ludovico, a mudança da capital respondia a uma necessidade histórica, e para referendar essa idéia recorre a um discurso feito pelo Dr. Teixeira de Freitas, Secretário Geral do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em 1942. O discurso intitulado *Bosquejo Histórico*, enfatiza:

a idéia da construção de uma nova capital para Goiás, lançada infrutiferamente em 1.830 (...) veio à tona várias vezes a partir de então, seduzindo alguns governadores e presidentes (...). Nenhum deles, porém, teve ânimo que chegasse para tomar a resolução de levar a efeito a empresa temerária. E todos recuaram (...), ante a reação violenta que a idéia provocava na velha capital, a lendária Vila-Boa de Goiás²¹².

Esse pensamento da mudança da capital como uma necessidade histórica e de difícil concretização é evidenciado em um discurso feito pelo próprio Ludovico, em

²¹¹ TEIXEIRA. Op. Cit. p. 207.

²¹² Idem. p. 200.

1933, em uma reunião do Partido Social Republicano. Nesse ano, a Constituição permitia que as Assembléias Constituintes dos Estado elegeassem os Governadores e os Senadores. Por esse motivo, Ludovico reuniu os membros daquele partido, na condição de candidato a Governador do Estado, e proferiu o seguinte discurso:

(...) se eleito fosse, promoveria a mudança, e que, se assim procedia, era para o bem do Estado. (...) Minha atitude nesse tentame era do mais puro idealismo, (...) pois era tão grande a tarefa que se apresentava, (...) que poderia não ser vitorioso. (...) Dizem que não são os homens normais que mudaram o curso da História. Talvez eu seja um deles, metendo-me em uma missão desse quilate²¹³.

Para Ludovico, a concretização da ruptura com o atraso e o ingresso do Estado rumo ao progresso só seria possível com a mudança da capital. Além do mais, segundo o autor, a transferência simbolizava os anseios dos goianos e os motivos que levaram à mudança eram de origem econômica e social.

A esse respeito, Ludovico recorre a um artigo publicado no jornal *Lavoura e Comércio* da cidade de Uberaba, Minas Gerais, em 1936, época em que ocorria no Estado de Goiás um debate não só na Imprensa, mas, também, no meio político sobre a mudança da Capital. Ludovico escreveu aos Deputados que se opunham à mudança da Capital, entre eles os Deputados Alfredo Nasser, Hermógenes Coelho, João Coutinho e Cunha Bastos, ressaltando:

A mudança da Capital é um empreendimento ciclópico, que vem operar no organismo goiano um verdadeiro descongestionamento, e melhor, uma projeção de todo o Estado no caminho do futuro, ele que, por injunções políticas, por conveniências partidárias sempre se ateu a um presente calamitoso²¹⁴.

Ainda sobre o debate em relação à mudança da capital, no mesmo artigo, ressalta: *nos agrupamentos humanos o observador pode distinguir com facilidade dois grupos distintos de homens: os que olham o presente e os que olham o futuro. No rol dos primeiros estão colocados os deputados dissidentes de Goiás²¹⁵.* Pedro Ludovico procurava demonstrar seu comprometimento com o projeto de

²¹³ Idem. pp. 50/51.

²¹⁴ Idem. p. 147.

²¹⁵ Idem. p. 48.

construção da nova Capital insistindo na idéia de que a criação de uma nova cidade – capital possibilitaria o “progresso” e o desenvolvimento do sertão goiano.

É interessante perceber que quanto à oposição à mudança da capital, por parte desses Deputados, Ludovico destaca apenas os motivos do Deputado Alfredo Nasser. Segundo o autor,

*o Deputado Alfredo Nasser expressou sua atitude: justifico a minha atitude quanto à mudança da Capital, embora não tenha nascido em Goiás, sem, portanto, motivos de ordem sentimental e não possuindo bens ou propriedades na mesma, ou seja, sem interesses em jogo. Tenho me batido contra a idéia, porque ela vem ofender uma geração de oprimidos. Combato-a como um gesto de prepotência que nunca tolerarei.*²¹⁶

Segundo Pedro Ludovico, a idéia da mudança da capital era bem aceita pela população goiana. Para demonstrar essa idéia, utilizou um artigo do jornal *O Diário de Notícias*, do Rio de Janeiro, publicado em 1936: *a transferência da Capital empolgou de tal maneira a população de Goiás, que o governador Pedro Ludovico já recebeu telegramas de apoio de todas as classes sociais do Estado e bem assim de todos os prefeitos municipais (...)*²¹⁷.

Um outro contemporâneo da “Revolução de Trinta” em Goiás, Jaime Câmara²¹⁸, faz uma leitura oposta à de Ludovico. Segundo o autor, existia uma reação contrária à mudança da capital, principalmente, por parte dos comerciantes estabelecidos na cidade de Goiás que sentiam ameaçados seus interesses, mas também pelo

*povo, habitante de uma cidade bicentenária – e que por isso mesmo guardava com veneração as relíquias de um considerável acervo de tradições, de lembranças – não aceitaria facilmente uma interrupção na soberania da cidade, fadada, a partir daquele instante, a se constituir em caudal tributária dentro das normas atinentes a organização política do Estado*²¹⁹.

Enquanto os comerciantes se opunham à transferência da capital por interesses econômicos, o povo era contrário, segundo a leitura do autor, por motivos culturais.

²¹⁶ Idem. pp. 145/146.

²¹⁷ Idem. p. 149.

²¹⁸ CAMARA. Op. Cit.

²¹⁹ Idem. p. 68.

Além dos comerciantes e o povo em geral, alguns políticos influentes também eram contrários à transferência da capital. Podemos pensar essa oposição, porque a cidade de Goiás representava o foco de resistência à oposição de Ludovico. Era ali, na velha capital, o reduto da família Caiado. Mudando a Capital, de certa forma, enfraqueceria essa oposição reafirmando o poder de Ludovico, pois Goiânia passaria a ser o símbolo maior do poder político. Por trás do promissor lema do desenvolvimento – embasado na idéia da construção de uma nova capital – pairava um jogo político.

Fazendo uma análise do processo de transferência da Capital, Câmara fala que houve, também, uma certa resistência social e que Ludovico persistia em seu objetivo. Não se preocupava com as opiniões contrárias, nem com o descontentamento da população com a transferência, que crescia. Seus apelos foram desconsiderados pelo Interventor.

Consideramos necessário lembrar que Câmara possuía, na cidade de Goiás, interesses econômicos e comerciais, como, por exemplo, a sede do jornal *O Popular*, de sua propriedade. Talvez seja esse o motivo que o levou a dar ênfase às opiniões contrárias à mudança, colocando sua insatisfação de forma implícita e evidenciando o descontentamento da população de um modo geral.

Podemos compreender a mudança da Capital como o objetivo maior de Ludovico. A idéia da transferência era uma arma usada como argumento necessário ao progresso e ao desenvolvimento econômico do Estado, além de representar, como já foi discutido no item anterior, *a cura ou saneamento* do Estado e, ainda mais, o desejo do povo goiano. Para referendar essa idéia, Ludovico utiliza um artigo escrito pelo Professor Venerando de Freitas Borges, publicado no *Jornal de Goiânia*, em 1937: *Goiânia se alicerça na força de um anseio coletivo e na solidez de um ideal (...) político e econômico*²²⁰.

As razões do atraso de Goiás eram atribuídas, pelo Interventor, ao fato de

*Ainda não ter podido surgir um centro urbano com todos os elementos necessários para se expandir e estimular as múltiplas atividades que caracterizam a vida econômica e social de um povo. A necessidade disso se vem impondo há muito tempo (...) vários homens importantes que visitaram Goiás, compreenderam que se não pode mais adiar a solução de tal problema, tão premente ele se apresenta*²²¹.

²²⁰ Idem p. 155.

²²¹ Idem p. 80.

Percebemos que Ludovico atribuía o atraso do Estado à falta de uma cidade moderna e que esta era necessária para o aproveitamento das riquezas do Estado. O autor define a cidade moderna como:

A cidade moderna proporciona todos os elementos da vida e ao seu estabelecimento e à sua expansão se prende um plano racional, isto é, que obedece às determinações do urbanismo, é um centro de cultura, de ordem, de trabalho e de atividades bem coordenadas. Ela educa as massas populares, compõe-lhes e orienta-lhes as forças e os movimentos coletivos e desperta as energias extraordinárias entre os que aí vivem e ficam sobre a influência civilizadora.²²²

O discurso do autor centra-se nos princípios de ordem, trabalho, disciplina. Tais fatores cruzam com o mito das *cidades modernas* e, juntos, compõem o imaginário social impulsionando os goianos à ação e à elaboração de uma nova identidade. Ao definir uma cidade moderna, Ludovico identifica alguns pressupostos que seriam necessários para que a cidade caminhasse rumo ao progresso e, conseqüentemente, o Estado.

Goiânia, idealizada como uma cidade moderna, tem na higienização, na disciplina, nos recursos culturais, no ordenamento racional de seus espaços urbanos, assim como *os terrenos que ficarem nos arredores da projetada cidade, devem visar que atividades desenvolvam neles²²³*, o ideal de progresso. Ludovico pretendia criar ali um espaço econômico com autonomia para atuar no mercado interno. Via naquela região o lugar ideal para criar uma nova capital onde pudesse se esquivar também das determinações do poder dos Caiado, centralizado na antiga Capital.

Ludovico tentava, dessa forma, fazer da cidade-capital o exemplo não só de seu poder, mas também o símbolo, perante o Estado e até do país, de um foro de civilização e de progresso. Nesse aspecto, ressalta que:

Cidade moderna é um centro de trabalho, uma grande escola em que se podem educar, desenvolver e apurar os principais elementos do espírito e do físico do homem e uma fonte de poderosas energias sem as quais os povos não progridem e não prosperam. É das cidades modernas que partem os vigorosos impulsos coletivos e é nelas que se faz a coordenação dos movimentos e das atividades de uma nação²²⁴.

²²² Idem ibidem.

²²³ Idem. p. 85.

²²⁴ Idem p. 79.

A construção da imagem do progresso a partir da construção de Goiânia foi realizada com grande dedicação de Pedro Ludovico como afirma o próprio autor: (...) *estava completamente dedicado à edificação de Goiânia. O meu ideal era este e as outras preocupações ficavam em segundo plano.*²²⁵ Com esse objetivo, tentou afastar de todas as maneiras as imagens consideradas negativas ou contrárias à construção e transferência da capital, enfatizando que *o único argumento válido dos antimudancistas era que o Estado não comportava as despesas da construção da nova capital. Eu sempre respondia que não ia fazer obra suntuosa e nem às pressas. (...) A oposição era fruto mais de politicagem (...)*²²⁶.

É interessante perceber que quanto ao custo da obra, o autor procura justificar que mesmo esse argumento não tinha fundamento, em vários momentos da obra. Em um texto intitulado *O financiamento das obras*, Ludovico observa:

*Cumpr-me agora tratar de mostrar que o receio de que o estabelecimento em outro local, da Capital de Goiás, vai determinar despesas que ele não pode enfrentar não se verifica. (...) A fundação da capital (...) valoriza os terrenos (...) Basta a venda dos lotes para que o Estado alcance todos os recursos necessários para a execução das obras principais (...) a medida em que a cidade for expandindo ocorrerá um aumento considerável no valor dos lotes que darão todos os recursos para a realização do plano da nova cidade.*²²⁷

Em outro momento, o autor recorreu a um artigo publicado no jornal *Voz do Povo*, em 1933, intitulado *A Situação Política*, no qual respondia às críticas de Velasco em relação à construção da Capital. Segundo o artigo escrito pelo próprio Ludovico:

*Entregava-me pessoalmente à fiscalização das obras, porque o dinheiro era pouco e não podia deixar que fosse mal gasto. Eu próprio visitava as obras em andamento. Até as latas vazias de gasolina eram guardadas para controle do que se despendia no transporte. Um engenheiro que viera do Rio de Janeiro para trabalhar em Goiânia não quis continuar (...) devido ao rigor no excesso de fiscalização e pelo seu ordenado que era pequeno (...).*²²⁸

²²⁵ Idem. p. 64.

²²⁶ Idem. pp. 58/59.

²²⁷ Idem pp. 81/82.

²²⁸ Idem. pp. 64/65.

Goiânia, dessa forma, é vista por Ludovico como um símbolo de seu dinamismo, de sua determinação e um desejo coletivo. Essa idéia fica evidente quando o autor utiliza um discurso proferido em 1934, ressaltando que (...) *tendo-se a visão de um problema coletivo e a ele entregando-se, mesmo com riscos pessoais, como aconteceu comigo, pode-se vencê-lo (...) o desejo de construir Goiânia (...) contagiou a todos (...).*²²⁹

Podemos observar que a Cidade de Goiânia, segundo o autor, era o centro da cidadania moderna e apresentava as melhores condições para fornecer a base de cultura, de liberdade necessária para o crescimento da participação econômica, social e política no Estado. Goiânia abria, no centro de um Estado atrasado, uma vista de todas as promessas deslumbrantes do mundo moderno.

O mito da cidade moderna engendra, necessariamente, a idéia de progresso com um avanço implacável no sentido de desenvolvimento econômico do Estado de Goiás. Esse discurso reproduzido cristaliza, na memória coletiva, uma certa missão histórica da cidade para o progresso, aliada a índole *ordeira e trabalhadora* do povo goiano. Essa imagem da cidade como *missão histórica* para o progresso fica clara quando Ludovico recorre a um artigo publicado no jornal *Minas Gerais*²³⁰, intitulado *Goiás, terra do futuro*, ressaltando que: (...) *o Estado marchou para um nível mais alto de civilização. Goiás é, no Brasil, a terra do futuro e, pois, o movimento de suas energias tem de projecta-lo, como o vae projectando, para a frente.*²³¹

O movimento que a construção de Goiânia causava no Estado, como a chegada de novas famílias que se instalavam no local, levava a uma boa expectativa, pois, para Ludovico a “modernidade” estava chegando. E podemos dizer que, segundo Berman, *demonstrar ao mundo todo o que os homens modernos podem realizar e como a existência moderna pode ser imaginada e vivida*²³² era um dos objetivos de Pedro Ludovico.

Em Goiás, a construção de Goiânia era, para Ludovico, marcante e dava ao Estado expressões simbólicas da modernidade²³³, uma vez que, segundo o autor, *os meus esforços serão maiores para arrancar o Estado do marasmo, do atraso a que o*

²²⁹ Idem. pp. 59-65.

²³⁰ O autor não informa a data de publicação desse jornal.

²³¹ TEIXEIRA. Op. Cit. p. 99.

²³² BERAMAN, Marshall. *Tudo que é Sólido Desmancha no Ar: A aventura da Modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986. p. 273.

²³³ C. f. BERMAN. Op. Cit. p. 15. *Existe um tipo de experiência vital – experiência de tempo e espaço, de si mesmo e dos outros, das possibilidades e perigos da vida – que é compartilhada por todos os homens e mulheres em todo o mundo hoje. Designarei esse conjunto de experiência como modernidade.*

*submeteram até 1930*²³⁴. Sobre o significado da modernidade, Berman diz que *ser moderno é encontrar-se em um ambiente que prometa aventura, poder, alegria, crescimento, autotransformação e transformação das coisas em redor – mas ao mesmo tempo ameaça destruir tudo o que temos, tudo o que sabemos, tudo o que somos.*²³⁵

Por outro lado, podemos fazer uma análise contrária. Goiânia consolidou-se sobre a vitória da ideologia de Ludovico e seus representantes, reforçando seu poder. Segundo Berman²³⁶, *o modernismo que emerge do atraso e subdesenvolvimento que é forçado a se construir de fantasias e sonhos de modernidade*. Podemos perceber Goiânia como uma expressão de modernização imposta por Ludovico, como uma cidade moderna no meio de um Estado atrasado e, principalmente, como uma contradição entre a situação real do Estado e o ideal de modernização de Ludovico.

A mudança da capital significava, acima de tudo, um empreendimento sintetizador do desejo de desenvolver o Estado, como fica claro em todos os discursos utilizados autor em seu livro *Memórias*. O que estava por trás desse discurso de modernização era a viabilização de um projeto que proporcionasse maiores possibilidades de integração econômica de Goiás com outros Estados. Contudo, entendemos que não provocou mudanças imediatas na ordem sócio-econômica do Estado. A população continuou ruralizada, as estruturas sociais persistiram quase que idênticas ao passado.

Assim, a construção de Goiânia e a transferência da capital foram arrojadas apostas no desenvolvimento do Estado. O processo demonstrou ser mais complexo e de mais lenta solução, Goiânia tornou-se uma cidade estabelecida, porém, o desenvolvimento do Estado ainda estava longe de ser satisfatório.

A partir da idéia de tirar o Estado do atraso e inseri-lo rumo ao progresso, essa idéia de modernização serviu fartamente aos ideais de consolidação política de Pedro Ludovico, através de sua resposta de mudança da capital.

Por isso, Goiânia seria, para Ludovico, o símbolo²³⁷ de progresso e de modernização. Goiânia seria, assim, a própria oposição a Goiás. Todo o passado enraizado na velha capital seria projetado rumo ao futuro com a construção da nova capital. A construção de Goiânia aparece como uma necessidade justificada pela idéia de progresso.

²³⁴ TEIXEIRA. Op. Cit. p. 55.

²³⁵ BERMAN. Op. Cit. p. 15.

²³⁶ Idem . p. 220.

²³⁷ Sobre essa questão ler: BERMAN. Op. Cit.

Nesse sentido, podemos perceber a construção de um símbolo, (Goiânia) representando a imagem do novo, opondo-se à imagem do velho (Goiás – capital), com finalidade de romper com a tradição política da oposição e atingir o imaginário popular para recriá-lo dentro dos novos valores políticos estabelecidos. O símbolo possui significado além da representação explícita ou sensível. Pela representação simbólica, é possível perceber uma idéia através da outra, ou seja, possui um sentido que vai mais além.²³⁸

Podemos observar não somente Goiânia como um símbolo de poder e de modernidade mas, também, Ludovico como o mito que construiu esse símbolo e, dessa forma, deixou registrado, no tempo, sua personalidade de herói em torno do que construiu. Berman discute o poder de quem constrói uma grande cidade moderna enfatizando que

o homem-deus (...) que domina do centro toda a cidade, é, na realidade, um ídolo; a audácia do homem comum, que ousa enfrentar o deus-ídolo e exigir o acerto de contas; a inutilidade do primeiro ato de protesto; a potência dos poderes (...) que deveria esmagar todos os desafiantes e desafiados; o poder estranho e aparentemente mágico do ídolo de se encarnar na mente²³⁹.

Os símbolos tornam-se elementos poderosos de projeção de interesses em momentos de mudança política e social. Nesse aspecto, a construção de Goiânia pode ser analisada como uma tentativa de construir, além de um símbolo de poder para Ludovico, uma batalha pela versão oficial do fato “Revolução de Trinta” em Goiás, isto é, a luta pelo estabelecimento do mito de origem.

Talvez, essa seja a leitura de Gomes, quando coloca que a mudança da Capital era um meio de provocar súbitas inversões sociais, pois, segundo ele, em Goiás não houve revolução²⁴⁰.

Podemos pensar, também, Goiânia como um monumento²⁴¹ para a humanidade. Dentro do contexto de reconstrução da memória, Goiânia pode ser entendida como uma herança deixada pelo passado glorioso de Ludovico para as gerações futuras. Goiânia será sempre lembrada pela “dedicação”, “esforço” e determinação de seu “construtor”. Através de Goiânia, torna-se possível conhecer o passado de Pedro Ludovico. Pode-se

²³⁸ PESAVENTO. Op. Cit.

²³⁹ BERMAN. Op. Cit. p. 182.

²⁴⁰ GOMES. Op Cit.

²⁴¹ Sobre essa questão ler: LE GOFF., Jacques. “Documento/Monumento” In: *História e Memória*. Op. Cit..

pensar Goiânia como preservação do poder de Ludovico, uma vez que representa ou é o resultado de seu esforço para “impor” ao futuro sua própria imagem.

Para Ludovico, Goiânia representava mais que um monumento. Nesse sentido, o autor se apropria de um discurso feito pelo Dr. Guimarães Lima²⁴², em 1937, em uma manifestação popular ocorrida em Goiânia, após a assinatura do decreto de transferência da capital:

*Mais que os grandes monumentos, que assinalam a memória dos grandes vultos, Goiânia traduzirá imperterritamente o seu valor e a sua abnegação. Porque os monumentos no decorrer dos tempos rolam pelo chão, e Goiânia crescerá sempre e sempre na sua marcha célebre para o porvir.*²⁴³

Dessa forma, Goiânia seria, para Ludovico, a esperança de dias melhores, de ruptura com o passado, de sonho a ser conquistado. Permitindo a organização do jogo político, além das perspectivas rumo à modernização em forma de progresso. Pelo viés do progresso, Ludovico procurava reconstruir a imagem de Goiás e imprimir uma face mais contemporânea ao Estado.

Quando Ludovico fala que Goiânia representava *os anseios de todos os goianos*, podemos perceber que o símbolo tem que ser representante de todos e não de alguns. Sua função é estabilizar uma situação, atender aos anseios do povo, aspirações coletivas e não individuais.

É necessário lembrar, também, que Ludovico necessitava do respaldo da população em suas propostas naquele momento de transição política. Por isso, fica evidente, em seus discursos, que os interesses da população sobrepujam-se aos individuais. Procurava manifestar, em seus discursos, valores oficialmente reconhecidos pela sociedade, ou seja, precisava expressar em sua ação atitudes significativas para que a população o apoiasse.

Nesse sentido, procurava construir uma imagem de si que representasse os anseios do povo. É importante perceber que a representação, segundo Fernandes, tem fundamental importância para compreender os mecanismos pelos quais um grupo ou o poder político, impõe ou tenta impor a sua concepção de mundo, seus valores sociais, morais e políticos²⁴⁴.

²⁴² Idem nota 93.

²⁴³ TEIXEIRA. p. 153.

²⁴⁴ FERNANDES, Cleudemar Alves. *O Coronel e o Lobisomem: uma abordagem Sócio-Interacional*. São Paulo: Annablume, 1999.

Quanto ao discurso do progresso, podemos perceber que este símbolo não foi arbitrário, atendia a uma necessidade histórica do momento. A criação de símbolos não é arbitrária e, dessa forma, a idéia de progresso, associada à cidade de Goiânia servia aos ideais de consolidação política de Ludovico, através de sua proposta de mudança da capital. Segundo Ludovico, tal feito, representava, também, os interesses coletivos. Os mitos são símbolos poderosos, encarnações e aspirações, pontos de referência, sustentáculo de identificação coletiva.

Referendando a mudança da capital como símbolo do progresso ou sob o prisma do mesmo, Chaul argumenta que Ludovico atacou de todas as formas a antiga capital e sob o mesmo refrão procurou justificar a nova Capital²⁴⁵. Nesse sentido, Chaul afirma que *Goiânia seria o símbolo do Brasil grande, do novo, do progresso, que levaria o Estado de Goiás a sair do marasmo político e econômico (...)*²⁴⁶.

Discutindo a idéia de progresso, em Goiás, Machado argumenta:

*(...) o lento e gradual desenvolvimento do Estado possibilitou sua integração aos centros desenvolvidos do país, pelo desenvolvimento das potencialidades do Estado, e ainda, pela superação das mentalidades retrógrada que barrava o caminho do Estado em direção a seu destino*²⁴⁷.

Essa autora considera que o crescimento econômico e a moralização administrativa foram considerados como elementos fundamentais à superação do atraso e à inserção do Estado na trilha do progresso.

A idéia de modernidade como sinônimo de progresso era o manto que cobria a mudança da capital. Com isso, Pedro Ludovico não só estaria concretizando seu ideal de se sustentar no poder como, também, passaria a contar cada vez mais com o apoio dos grupos políticos do Sul e do Sudoeste do Estado, representando seus interesses.

Quanto ao ideal de sustentação do poder, ou centralização do mesmo por Ludovico, Chaul expõe:

*Goiânia foi edificada sob o prisma da modernidade (...) e serviu de estratégia política para seu mentor, Ludovico, (...) pois não se tratava apenas de deslocar os Caiado do centro do poder, Goiânia representava o veículo de condução político-burocrática capaz de levar o Estado a uma maior inserção no mercado nacional*²⁴⁸.

²⁴⁵ CHAUL, Op Cit.

²⁴⁶ Idem p. 164.

²⁴⁷ MACHADO. Op Cit. p. 123.

²⁴⁸ CHAUL. Op. Cit p. 207.

Podemos observar que para ascenderem politicamente ao poder em nome da modernização, os representantes políticos do período pós-30 recorriam à idéia de atraso em Goiás julgando-o como o representante dos “velhos” tempos. Para eles, seria necessário conduzir Goiás ao seu destino maior de desenvolvimento e “progresso” dentro da ordem estabelecida pelo momento.

Nesse sentido, a idéia de atraso era um argumento recuperado no momento para reforçar a necessidade do “novo”. A representação da oposição, isto é, a modernidade expressa na construção de Goiânia.

Quanto à nova capital, Chaul argumenta que

Goiânia mesclava o urbano e o rural, e expressava a modernidade e o progresso (...) esperança de dias melhores, de ruptura com o passado, de sonho a ser conquistado, enfim, de concretização de um projeto político (...) a criação de um novo centro de poder²⁴⁹.

Podemos perceber, a partir dessa afirmação, que havia uma dessemelhança, em níveis ideológico e ambiental entre Goiânia e o restante do Estado. Uma desigualdade que poderia ter gerado uma certa resistência a uma nova cultura que era, de certa forma, imposta ao Estado. Talvez seja essa a resistência considerada por Câmara como motivos culturais.

Consideramos que mudando a capital, Ludovico não estaria apenas coroando seu ideal político em prol do progresso do Estado, mas estaria, também, criando um novo centro de poder e decisões. Nesse sentido, o próprio Ludovico, em discurso feito no dia 24 de outubro de 1933, no dia do lançamento da pedra fundamental da construção de Goiânia expressa: (...) *pus em jogo meu prestígio político (...) pois são sempre as capitais os cérebros que pensam e que dirigem (...)*²⁵⁰. A mudança da capital significava, também, ganhos políticos, uma vez que, mudando a capital, o governo criava espaço urbano necessário à nova etapa de acumulação que se abria em Goiás, além de criar espaços políticos necessário à sua afirmação no poder.

A construção da nova capital resultou da ação política de Pedro Ludovico Teixeira. Porém, Interventor Federal estava no centro das decisões da transferência da administração estadual para Goiânia, devido ao projeto político expansionista e

²⁴⁹ Idem. p. 227.

²⁵⁰ TEIXEIRA. Op. Cit. p. 106.

centralizador do Governo Vargas e ao novo padrão de acumulação que estava sendo implantado no país, baseado no desenvolvimento econômico interno.

A interiorização da fronteira era fundamental para a concretização e centralização do poder político criar um mercado interno e aumentar a produção de alimentos para atender a demanda das populações urbanas. Podemos perceber essa preocupação com a produção, a partir de considerações do próprio Pedro Ludovico ao escolher o local para a construção da nova capital:

*É indispensável que do programa relativo ao estabelecimento de uma nova cidade conste um plano de colonização para seus arredores, ficando os destinos das parcelas de terreno em que foram divididos estabelecidos de maneira a se alcançar que as atividades agrícolas se orientem no sentido mais conveniente à existência e à expansão da cidade. Toda aglomeração urbana consome uma série de elementos (...) que não podem vir de longe, devendo ser produzidos a pequena distância (...). O governo ao fragmentar os terrenos que ficarem nos arredores da projetada capital, deve visar que as atividades a se desenvolverem neles (...) forneça aos habitantes da cidade tais elementos (...)*²⁵¹

Dentro desse projeto de modernização, a nova capital foi um referencial urbano em pleno sertão. Porém, podemos considerar que Goiânia representava o começo de uma nova era para Goiás mais pelos rumos que apontava que pelas realizações e mudanças imediatas promovidas na sociedade regional. A moderna capital do Estado, com seu arrojado traçado urbano, continuaria encravada em meio a um mundo agrário tradicional.

Podemos concluir que, com a construção de Goiânia, a idéia de progresso, em consonância com os interesses dos grupos políticos em ascensão, criou a imagem de um Estado novo, de um Goiás que emergia dotado de condições para solucionar todos os problemas que viessem a surgir e o passado seria esquecido com a promessa de um novo tempo. Essa imagem persiste na memória dos contemporâneos, foi incorporada e permanece em quase todas as obras que tratam a “Revolução de Trinta” em Goiás.

O presente da rememoração de Pedro Ludovico, marcado indiscutivelmente pelo desenvolvimento econômico e, conseqüentemente, o progresso do Estado de Goiás, associada à construção de Goiânia, soma-se à memória histórica cristalizada pela historiografia. Essa memória histórica vem sendo reforçada, ao longo do tempo, pelo discurso do poder, tentando mostrar que a construção e transferência da Capital da cidade

²⁵¹ Idem. p. 85.

de Goiás para Goiânia possibilitariam a “ordem”, o desenvolvimento do Estado. A narrativa de Pedro Ludovico está bastante concatenada com este discurso sobre a construção de Goiânia, e podemos verificar uma semelhança muito grande entre sua obra e a historiografia goiana.

2.5 – O Homem Ressentido

*Questão sensível a das memórias acorrentadas a ressentimentos. Questão delicada, pois nos obriga a explorar regiões e temas a que somos resistentes, parte da história dos ódios, (...) das hostilidades (...). Sem dúvidas lugar da humilhação, que porém, com frequência se apoia na linguagem da resistência passiva ou da aquiescência indecorosa (...)*²⁵²

No quarto momento do livro *Memórias*, Pedro Ludovico faz pouquíssimas referências à sua trajetória como Senador de Goiás, além de algumas alusões à cassação de seu mandato e à suspensão de seus direitos políticos. Mas, como já foi discutido nesse trabalho, entendemos a publicação dessa obra como uma “manifestação” contra a situação em que se encontrava. Dentro desse contexto de protesto, entendemos que o autor encontrava-se, de certa forma, ressentido, magoado, sentindo-se injustiçado pela perda do mandato, uma vez que, isto significava o afastamento da política.

Temos consciência da dificuldade de se trabalhar com os sentimentos, as subjetividade humanas, e, ainda mais, como nos ensina Ansart:

*A dificuldade é redobrada quando se trata não somente de analisar os ódios, mas de compreender e explicar aquilo que precisamente não é dito, não é proclamado; aquilo que é negado e que se constitui, entretanto, como um móbil das atitudes, concepções e percepções sociais. O objeto esquiva-se; é preciso formular a hipótese de sua importância e reconstituir o invisível que se não é totalmente inconsciente, ao menos, em parte, é não consciente. É preciso formular a hipótese do papel do inconsciente na política, hipótese audaciosa em seu princípio e em suas realizações*²⁵³

²⁵² BRESCIANI, Stella e NAXARA, Márcia (org.). *Memória e (res) sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas- São Paulo: Editora da UNICAMP, 2001, p. 12.

²⁵³ ANSART, Pierre. “História e Memória dos Ressentimentos”. In: BRESCIANI, Stella e NAXARA, Márcia (org.). *Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas-São Paulo: Editora da UNICAMP, 2001, p. 29.

Consideramos que a rememoração de fatos políticos ou públicos, muitas vezes, implica certo desejo de “ajuste de contas” com o passado; com efeito, a leitura social do passado é realizada com os olhos do presente, tornando o seu teor ideológico mais visível.

Na memória política²⁵⁴, os juízos de valor intervêm com mais insistência. O sujeito não se contenta em narrar como testemunha histórica “neutra”. Ele quer também julgar, marcando bem o lugar em que se inscrevia na história e reafirmar sua posição ou matizá-la.

A memória dos acontecimentos políticos suscita uma palavra presa à situação concreta do sujeito. Consideramo-la para abordar a situação presente de quem está lembrando, visando a compreender melhor a formação de seu ponto de vista. Refletindo sobre a obra de Pedro Ludovico, nesse contexto, verificamos que a ligação que se forma entre o sujeito (Ludovico) e a sociedade estava marcado pela “marginalidade” política quase absoluta em que ele se encontrava naquele momento. Pedro Ludovico encontrava-se ausente das decisões políticas durante o Regime Militar, quando comparada à sua presença ostensiva anterior ao Golpe Militar de 64.

Existe um *antes* e um *depois* na memória de Ludovico. Antes de 64, na memória do autor, significou o auge de sua participação e decisão política. Sua lembrança apresenta-se marcada por intensa saudade de um tempo “melhor”, quando era o ator principal da política Goiana. Pós-64 é lembrado como o tempo da hostilidade, da indiferença, o sujeito Ludovico torna-se, para a sociedade política do Estado de Goiás, descartável, substituível.

No entanto, para entender a obra de Pedro Ludovico sob a ótica de uma reconstrução da memória ressentida, em um primeiro momento, procuramos entender a noção de ressentimento²⁵⁵ que sabemos ser complexa e de difícil conceituação. O ressentimento manifesta-se em momentos em que alguém se sente ofendido ou injustiçado pela ação de outro. Refletindo sobre a obra de Pedro Ludovico, percebemos que o autor colocava-se nessa situação perante a Junta Militar. Podemos perceber esse ressentimento quando Ludovico, em um texto de seu livro intitulado, *Lealdade sem servilismo*, ressalta:

²⁵⁴ Sobre essa questão ler: BOSI, Ecléia. Op. Cit. p. 453.

²⁵⁵ Sobre essa questão ler: KONSTAN, David. “Ressentimento – História de uma emoção”. Op. Cit.

*Os que me tiraram os direitos políticos e me arrebataram um cargo que sempre conquistei em pleitos livres e tendo como opositores homens de valor e, às vezes, concitados de situações dominantes, deviam se lembrar que nunca fui incondicional aos que dirigiam o Brasil.*²⁵⁶

O ressentimento pode ser entendido como um sentimento duradouro e não passageiro, *o ressentimento é cultivado e acalentado.*²⁵⁷ Quanto à obra em questão, verificamos que o ressentimento de Pedro Ludovico perdura, no entanto, o autor não se coloca em uma situação de impotência diante da realidade em que se encontra. O próprio livro pode ser entendido como uma manifestação contrária ao presente da cassação.

Assim, o ressentimento não se manifesta apenas como uma situação de impotência, mas como uma forma de manifestação, como afirma Ansart. Esse autor discute seis *proposições*²⁵⁸ complementares e é a *quinta proposição que diz respeito às conseqüências e manifestações do ressentimento*²⁵⁹, que referenda nossa discussão. Segundo esse autor, associar o ressentimento à impotência *seria limitar os efeitos do ressentimento unicamente ao psiquismo dos indivíduos e construir a hipótese de que a expressão, a manifestação e a exteriorização do ódio teriam como conseqüência seu desaparecimento.*²⁶⁰

O ressentimento de Pedro Ludovico, ao nosso entender, está relacionado à situação política em que se encontrava. Esse sentimento possui uma razão específica, volta-se contra a situação presente e persiste enquanto persistir este presente. Entendemos que Ludovico sente-se ressentido e “passional”, perseguido, injustiçado, impotente no sentido

²⁵⁶ TEIXEIRA. Op. Cit. p. 256.

²⁵⁷ KONSTAN. Op. Cit. p. 61.

²⁵⁸ ANSART. Op. Cit. A saber: a primeira crítica do autor diz respeito à definição de ressentimento proposta por Max Scheler e Nietzsche. Ansart destaca que existem diversas formas de ressentimento e que é necessário falar de ressentimentos no plural, opondo, assim, a Scheler. Quanto a crítica feita a Nietzsche, deve-se ao fato de que esse filósofo considera que o ressentimento é o sentimento dos inferiores sobre os superiores e, segundo Ansart, o ressentimento do superior é tão destruidor quanto o do inferior. A segunda crítica do autor diz respeito à intensidade dos ressentimentos. Segundo o autor, existe uma *intensidade variável e gradual* de ressentimentos. A terceira *proposição* ressalta que não apenas os sentimentos e afetos dos indivíduos, mas as representações, as ideologias, os imaginários (...) que, segundo ele, desempenham um papel importante no devir dos ressentimentos. A quarta *proposição* *concerne ao papel específico desempenhado por certos indivíduos e grupos limitados (...) no interior dos movimentos sociais e das sensibilidades comuns.* Para o autor, é necessário refletir com mais cuidado sobre o papel *daqueles que poderíamos chamar de provocadores dos ressentimentos.* A quinta *proposição* diz respeito às conseqüências e manifestações do ressentimento. A sexta *proposição* ressalta *o movimento que conduz à ação, à exteriorização, esclarece-se ao considerarmos as satisfações e benefícios secundários que os ressentimentos podem proporcionar.* Segundo o autor, as manifestações do ressentimento podem ser gratificantes, pois cria uma solidariedade afetiva permitindo a *reconstituição de uma coesão, de uma forte identificação de cada um com seu grupo.*

²⁵⁹ ANSART. Op. Cit. p. 20.

²⁶⁰ Idem. p. 21.

de mudar a situação política do presente, mas capaz de protestar ou manifestar sua insatisfação, através das imagens, arraigadas no imaginário social, que constrói para si no decorrer do livro, como já foi discutido anteriormente.

Nossa hipótese é de que, a manifestação do ressentimento de Pedro Ludovico, mesmo de forma implícita na obra, possibilitou uma certa “cumplicidade” entre ele e a memória coletiva. *Os ressentimentos, os sentimentos compartilhados de hostilidade, são um fator eminente de cumplicidade e solidariedade no interior de um grupo; e suas expressões, as manifestações (...) podem ser gratificantes.*²⁶¹ Esse pensamento de cumplicidade pode ser referendado em um artigo do jornal *O Popular*²⁶², em que Ludovico ressalta que, mesmo afastado da vida política do Estado de Goiás, continuava mantendo contato com alguns representantes políticos de diversos partidos por ser muito respeitado.

Contudo, o sentimento de injustiça é notável, pois Ludovico sente-se traído, magoado, ressentido, uma vez, que no passado, segundo suas memórias e a historiografia goiana, foi alguém que trabalhou pelo progresso do Estado, além de ter assumido o comando político e, nesse momento – Ditadura Militar – é afastado, excluído das decisões políticas governamentais. Nesse aspecto, o próprio Pedro Ludovico, ao fazer um balanço de sua atuação como Interventor, Governador e Senador pelo Estado de Goiás, enfatiza:

*Fui um enamorado, um entusiasta de nossa terra. Por isso, dei-lhe toda a minha capacidade de trabalho, todo o ardor da minha mocidade, todas as minhas esperanças e todo o calor das minhas convicções, quando ela era apenas uma expressão geográfica no seio da Federação.*²⁶³

E ainda, esse (res)sentimento fica claro quando resgata um artigo publicado no jornal *Correio Oficial*²⁶⁴, em 1935, ano em que o Governo de Goiás foi transferido para Goiânia. O artigo, intitulado *Mais do que as palavras bonitas valem os bons exemplos*, enfatiza: *O seu bem estar, o seu repouso, jamais foi ou será um motivo para que ele deixe de atender, ou mesmo para que adie a solução de um negócio, de um problema que se relacione com o Estado.*²⁶⁵ Na perspectiva de Ludovico, os interesses do Estado

²⁶¹ Idem. pp. 21/22.

²⁶² Jornal *o Popular* do dia 22 de julho de 1978.

²⁶³ TEIXEIRA. Op. Cit. p. 255.

²⁶⁴ O autor não informa de onde era esse jornal.

²⁶⁵ TEIXEIRA. Op. Cit. p. 133.

estavam acima de seus próprios interesses, tendo, durante 39 anos, trabalhado em função do bem coletivo e, nesse momento, todo seu trabalho e sacrifício foram “esquecidos”.

Podemos, também, notar o ressentimento do autor quando ele recorre a um discurso proferido pelo Dr. Guimarães Lima²⁶⁶, em 1937, momento em que foi assinado o Decreto de transferência da capital do Estado. Nesse aspecto, o autor recorre, ou reconstrói a imagem de Joana D’arc enfatizando:

*O povo francês, em cuja pátria foi Joana D’arc o anjo tutelar, a flor puríssima da alma de uma grande raça, tinha visto seu esplendor traído pelos seus próprios amigos, lutando, isolado, contra a conspiração da Europa, antes despedaçados que vencido, sublime e comovente nas despedidas à França, exilado, na vastidão imensa do oceano, nos rochedos de uma ilha solitária, e morrendo, as mãos juntas sobre o coração, e os olhos fixos na imagem da pátria ausente (...)*²⁶⁷

Entendemos essa reconstrução da imagem de Joana D’arc, uma vez que esta, depois de tanto lutar em benefício do povo francês, foi traída por seus próprios aliados, no sentido de protestar contra o presente. Naquele momento, Ludovico estava sendo cassado e seus direitos políticos suspensos pela Junta militar, portanto, sentiu-se traído e abandonado por seu próprio país. A imagem de Joana D’arc é significativa. Além da coragem e heroísmo que Ludovico procura atribuir a si mesmo por transferência simbólica, no presente da cassação, outro aspecto pode ser ressaltado: a construção simbólica não é algo que se impõe à realidade, mas algo que se retira da realidade e se potencializa, dando vida própria à força explicativa.

Dentro desse pensamento de insatisfação, protesto, ressentimento, Ludovico reconstrói, também, a imagem de Pilatos. O autor compara a Junta Militar a Pilatos, uma vez que, segundo a História Cristã, este tinha conhecimento da inocência de Jesus, mas nada fez para impedir sua condenação:

*Pilatos, (...) verificou que ele era um justo, era um iluminado pelos bons princípios, pelo sentimento da paz, da concórdia, do convívio harmonioso entre todos, que ele não tinha nenhum crime, mas lavara as mãos, deixando que fosse executado pela sanha, pela maldade, pelas perversões do populacho (...) Pilatos assim agiu, (...) pelo medo de Roma, cujos alicerces Jesus abalava com a sua doutrina*²⁶⁸.

²⁶⁶ Idem nota 93.

²⁶⁷ TEIXEIRA. Op. Cit. p. 152.

²⁶⁸ Idem pp. 158/159.

Segundo a História Cristã, Jesus representava um perigo para o Império Romano por divulgar idéias contrárias ao Imperador, além de ser justo, “iluminado” por bons princípios, pelo sentimento de paz. Pedro Ludovico, no decorrer do livro, também, ressalta suas imagens de pacificador, entre outras discutidas anteriormente.

Contudo, é importante ressaltar que Ludovico colocava-se como uma ameaça para o Governo Militar e considerava ser esse o motivo de sua cassação. Para o autor, suas idéias representavam ameaças e por isso foi cassado. Nesse aspecto, em um texto de seu livro, intitulado *Lealdade sem servilismo*, assinala:

*Esperava-a, não porque fosse corrupto, não porque fosse subversivo, não porque tivesse qualquer mácula na minha vida, mas porque não me submetia a um Governo, ou melhor, aos imperativos de Revolução de março de 1964, que se chocavam com minha espiritualidade. (...) Fui sempre escravo de meus princípios, de minha dignidade, de minha lealdade política sem condicionalismo, sem nunca ter sido capacho de ninguém (...).*²⁶⁹

Através da análise da obra *Memórias*, percebemos que Ludovico, de certa forma, sente-se vítima de um presente – Ditadura Militar – que o prejudica, fere sua liberdade. Desta feita, constrói para si a imagem de um homem justo, honesto, inocente, mas, explicitamente, não rotula os militares. Entretanto, o ressentimento, o sentimento de hostilidade é manifesto na tentativa de reconstruir um passado no qual acredita ter sido glorioso.

Entendemos que a memória dos fatos é diferente da memória dos sentimentos, contudo, esses sentimentos estão atrelados aos fatos, isto é, à memória dos sentimentos das pessoas envolvidas nesses fatos. Narrar um fato é muito diferente de reconstruir a memória dos sentimentos de quem o viveu.

²⁶⁹ Idem pp. 256/257.

CAPÍTULO III

As Palavras se Perdem?

É a vertigem do progresso. É o trabalho cantando seu hino. E eis aí, senhor Interventor Pedro Ludovico, o seu monumento. Eis a sua consagração. Eis o triunfo de tantas lutas. Eis, enfim, a suprema aspiração – A IMORTALIDADE. (...) O tempo, que tudo consome, não conseguirá destruir os frutos de tanto amor, de tanta dedicação e de tão acendrado patriotismo. (...) Sua consagração reside na admiração de todos os brasileiros, no culto e na gratidão das gerações futuras²⁷⁰.

O objetivo desse capítulo é explicar ou mostrar como a historiografia que trata a “Revolução de Trinta”, em Goiás, apropria-se e, em alguns momentos, discorda da memória de Pedro Ludovico Teixeira ao fazer suas análises.

Essa apropriação pode ser percebida em todas as obras quando os autores, assim como Ludovico, não falam muito da “revolução” em si, mas sim do período pós-revolucionário, pós-trinta. Suas discussões são feitas a partir dos mesmos documentos usados por Ludovico, dão muita ênfase à construção e à transferência da capital do Estado da Cidade de Goiás para Goiânia.

A “Revolução de Trinta”, em Goiás, tem sido pensada, também, sob determinada influência da historiografia nacional. Há uma apropriação de diversos aspectos dessa historiografia pelos estudos realizados sobre Goiás, mas, ao mesmo tempo, existe uma especificidade estadual. Segundo os autores voltados pra essa questão, não houve movimento em Goiás, este ocorreu em Minas Gerais.

²⁷⁰ TEIXEIRA. Op. Cit. p. 217.

A “Revolução de Trinta”, em nível nacional, tem sido tratada em quatro momentos diferentes: No primeiro, momento, percebemos a leitura dos contemporâneos à “Revolução”, como Barbosa Lima Sobrinho²⁷¹ e Santa Rosa²⁷².

Lima Sobrinho discute a “Revolução de Trinta” a partir da idéia de que tal episódio aconteceu por disputa regional e as massas populares não se envolveram na revolução, foram apenas conduzidas pelos discursos.

Santa Rosa, por sua vez, defende dois pontos de vista: o primeiro refere-se ao tenentismo, vanguarda das classe média, como movimento que expressa de forma politicamente organizada os anseios de expressão econômica e de representação política da pequena burguesia, responsável pela radicalização do movimento de 1930; o segundo, considera que qualquer tentativa política das camadas médias urbanas estaria fadada ao fracasso, se as massas rurais não estivessem libertadas da condição de dependência econômica social e política dos coronéis. Libertação possível pela reforma agrária.

Nos anos 70, Fausto²⁷³ propõe a primeira revisão do tema. Assim como Lima Sobrinho, Fausto discute a “Revolução de Trinta” como uma disputa regionalista, mas propõe uma inovação ao discuti-la como uma revolução burguesa. Há uma contradição entre os interesses dos grandes proprietários rurais e interesses da burguesia industrial. Consiste aí o que há de novo nessa contribuição para o esforço da revisão histórica da Primeira República. O autor procura mostrar a inconstância de um modelo corrente de análise que ele observa na historiografia anterior aos anos 70. Há contradição entre o setor agrário e os interesses da burguesia industrial, e a “Revolução de Trinta” é identificada, por ele, como revolução burguesa industrial.

Fausto considera o Estado como um simples reflexo da classe dominante ou como uma instituição sobreposta à sociedade, na medida em que está para além dos setores sociais. Procura, também, problematizar as relações entre a política e a economia. Para ele, o Estado não representava nenhum setor da sociedade, e o governo assumiria a função de dirigente das lutas políticas.

Segundo esse autor, o Estado brasileiro pós-30 teria muita dificuldade em encontrar um “setor de classe” com condições de criar sua hegemonia devido à crise da burguesia

²⁷¹ LIMA SOBRINHO, Barbosa. *A verdade sobre a revolução de outubro – 1930*. 2ª ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1975. Sua primeira edição é datada de 1932.

²⁷² SANTA ROSA, Virgínio. *O sentido do tenentismo*. 3ª ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1976. Este livro teve sua primeira publicação em 1931.

²⁷³ FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930: história e historiografia*. 12ª ed. São Paulo: Brasiliense 1989.

cafeieira, à fraqueza dos demais setores agrários, além da *dependência das classes médias diante dos interesses tradicionais*.

Diante dessas condições, *instala-se um compromisso entre as várias facções pelo qual aqueles que controlavam as funções de governo já não representam desse modo direto os grupos sociais que exercem sua hegemonia sobre alguns dos setores básicos da economia e da sociedade* ²⁷⁴.

Para Fausto, esse acordo ocorrido entre as diversas facções da burguesia, foi possível graças à ausência de oposição fundamental no interior da classe dominante. As classes médias assumem maior peso, favorecidos pelo crescimento do aparelho do Estado, mantendo, entretanto, uma posição subordinada. A classe operária ficou à margem desse compromisso.

A segunda revisão do tema surge nos anos 80 com os estudos de De Decca²⁷⁵ e Vesentini²⁷⁶. Nesse momento, a historiografia estava revendo a História do Brasil procurando colocar em dúvida a historiografia existente que tinha compromisso com o saber da classe dominante. Esses dois autores criticam a construção da memória histórica sob a ótica do vencedor e buscam resgatar a memória dos vencidos, além dos diferentes projetos políticos e sociais em disputa no momento da “revolução”

A terceira revisão do tema surge nos anos 90, com Borges²⁷⁷. A autora propõe uma nova perspectiva para se pensar a temática “Revolução de Trinta”. Discute o *tenentismo*²⁷⁸ e o debate em torno da *Revolução Brasileira*, busca recuperar a *pluralidade dos conceitos, imagens e interpretações* presentes na documentação da época. Constitui, assim, um novo foco de análise que não passa mais somente pela preocupação em retomar a *memória dos vencidos*, mas segundo a autora:

*Aos poucos ficou claro que minha pesquisa deveria começar dessa luta (...) começou a ser contada enquanto se processava e como se fixou sua memória, parte desse mesmo jogo de poder. (...) Para se compreender 30, era preciso retomar o que esses movimentos foram para seus participantes e contemporâneos, em suas diferentes e conflitantes versões*²⁷⁹.

²⁷⁴ Idem p. 136.

²⁷⁵ DE DECCA, Edgar. Op. Cit.

²⁷⁶ VESENTINI, Carlos A. Op. Cit.

²⁷⁷ BORGES, Vavy Pacheco. *Tenentismo e Revolução Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1992.

²⁷⁸ C. f. BORGES. *O primeiro sentido que toma o tenentismo ao ser criado é o de expressar as ações dos revolucionários militares alcunhados de tenentes, a nova geração radical do Exército que, embora coberta de “feitos heróicos”, está indevidamente querendo interferir na orientação política do Estado e do País. Assim, o termo o define como uma forma de militarismo, de fortalecimento do poder e das classes armadas contra as classes políticas, pela interferência das primeiras na área específica das últimas.* (p. 152).

²⁷⁹ BORGES. Op. Cit. p. 19.

Nessa perspectiva, os vários conceitos de revolução que permeavam o debate político recebem outro tratamento, não mais a partir de modelos fixos, mas de representações construídas pelos sujeitos históricos no momento de luta política e sua posterior cristalização seja, pelos detentores do poder seja pela historiografia.

Em artigo²⁸⁰ mais recente, a autora, a partir da análise das principais obras de história política sobre os anos 30, busca recuperar o tratamento dado pela historiografia à questão da revolução e às duas interpretações a ela relacionadas: as idéias de ruptura e de continuidade. Essa análise é importante para se pensar os anos 30 e seu significado para seus contemporâneos e as representações que foram construídas ao longo desses setenta anos que os seguem.

Contrapondo à idéia de ruptura e tentando recuperar a concepção de revolução, a pluralidade dos conceitos, imagens e interpretações, a autora propõe rever a história como um campo de possibilidades, em que a pluralidade se coloca tanto do ponto de vista do objeto - revolução – quanto do ponto de vista da concepção de história.

As linhas interpretativas que vão influenciar a maioria dos estudos relacionados à “Revolução de Trinta”, em Goiás, podem ser incluídas na categoria da segunda revisão do tema. A historiografia goiana sofre uma grande influência de Boris Fausto.

O contato com a produção historiográfica sobre a “Revolução de Trinta” em Goiás, nos permite observar que os autores partem da idéia de ruptura, referendada tanto por Pedro Ludovico como na historiografia nacional, para discutir o tema.

Nesses autores, o fato histórico “Revolução de Trinta” aparece como um divisor entre duas etapas históricas: o período de *dominação oligarquia/atraso e a dominação capitalista/modernidade*. Podemos observar que é essa uma das imagens da “revolução” criadas por Ludovico e incorporadas pela historiografia.

Reproduzindo, de certa forma, algumas leituras mais gerais sobre o tema, esses autores buscam identificar as mudanças provocadas pela interventoria de Pedro Ludovico Teixeira, sendo a principal imagem de “um projeto político modernizador”: a transferência da capital e a construção de Goiânia.

Outro aspecto relevante diz respeito ao fato de esses autores procurem fazer uma transposição da historiografia nacional, no que diz respeito à eleição dos sujeitos

²⁸⁰ BORGES, Vavy Pacheco. “Anos Trinta: Política e Historiografia.” In: FREITAS, Marcos (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998.

revolucionários, tentando demonstrar, em Goiás, a inexistência daqueles sujeitos tradicionalmente eleitos como “revolucionários”.

O primeiro trabalho produzido sobre a “Revolução de Trinta” em Goiás foi o de Silva²⁸¹, que, partindo de um referencial marxista, discute esse movimento como uma revolução democrático-burguesa, influenciada por Boris Fausto.

Nesse sentido, segundo a autora:

Em Goiás somente as oligarquias se constituíram como força social e estenderam o seu domínio a todos os níveis da sociedade. No campo, as massas trabalhadoras estavam subordinadas às oligarquias (...) No meio urbano ainda não tinha se constituído em Goiás forças produtivas industriais (...): burguesia e proletariado. Os setores médios, pôr sua inexpressividade numérica e absoluta dependência econômica (...) não puderam se constituir como força social, com expressão política²⁸².

Dialogando com Fausto, a autora enfatiza que a “Revolução de Trinta”, em Goiás, foi um movimento conduzido por dissidências “oligárquicas” na ausência de outros grupos sociais que tivessem constituído como força social que pressionassem no sentido de garantir seus interesses, reafirmando, assim, a idéia de uma revolução burguesa. Afasta, com isso, a existência de “sujeitos revolucionários”.

Não se tratando de uma revolução popular ou de classe média, os “sujeitos revolucionários” eram encontrados, segundo a autora, na “oligarquia moderna” que fazia oposição à oligarquia dominante/ Caiado no Estado. Essa análise se aproxima da leitura de Pedro Ludovico, pois, para ele, a “Revolução de Trinta”, em Goiás, foi a derrota dos Caiado que representavam o atraso do Estado e a ascensão de um grupo, representado por ele, que buscavam o progresso e a modernização do Estado.

Por outro lado, a autora busca transformações nas estruturas sociais como um todo e não as encontrando caracteriza a “Revolução de Trinta”, em Goiás, como uma revolução burguesa. Enfatiza que a ruptura só ocorreu, em nível de discurso, entre a oligarquia tradicional e a instalação de um sistema de dominação capitalista, *pois na prática os interesses oligárquicos falaram mais alto²⁸³.*

²⁸¹ SILVA, Ana Lúcia da. *A Revolução de Trinta em Goiás*. São Paulo: USP, 1982. Tese de Doutorado. (mimeo).

²⁸² Idem p. 96.

²⁸³ Idem p. 171.

Silva assume o conceito de continuidade ao ressaltar que na instância econômica não ocorreram mudanças nas relações de produção. A economia continuou a basear-se nas grandes propriedades agrárias. Politicamente, houve apenas uma alternância dentro das classes dominantes, isto é, uma substituição da oligarquia dos grandes proprietários rurais pelas oligarquias dos grandes empresários ligados à economia de mercado.

*(...) Goiás continuou sem condições de integrar-se regionalmente e articular-se de forma mais dinâmica às demais regiões, pois sua economia permaneceu (...) dependente basicamente de estímulos externos (...) Goiás estava reservado (...) apenas o papel de abastecer de produtos alimentícios suas regiões limítrofes (...)*²⁸⁴.

Nesse sentido, Silva ressalta que, quanto à capacidade de progresso, o movimento de trinta criou, em longo prazo, as condições que propiciaram o desenvolvimento industrial, possibilitando a passagem de uma sociedade cuja base econômica era agrária para uma de base industrial. Nesse processo, foram criadas condições para acelerar a expansão capitalista, em Goiás, gerando uma série de transformações na região.

Anterior a 1930, a autora considera que um dos fatores que contribuíram para o desenvolvimento, em longo prazo, foi à penetração da estrada de ferro que assinalou um marco na integração de Goiás na economia de mercado, além de estradas de rodagem que começaram a cortar o sul e o sudoeste goiano. Nesse aspecto, a autora coloca: *a penetração da estrada de ferro assinalou um marco na integração de Goiás na economia de mercado (...) facilitando a ligação de Goiás com áreas hegemônicas da economia brasileira*²⁸⁵.

Quanto aos meios que possibilitaram o desenvolvimento do Estado, essa autora discorda da leitura feita por Ludovico. Para ele, o que proporcionou o desenvolvimento do Estado foi à construção e a transferência da capital porque desconsidera qualquer outro aspecto nesse sentido.

Outro fator considerado por Silva foi o aperfeiçoamento dos meios de transporte que, para ela, significaram uma verdadeira revolução nas regiões sul e sudoeste do Estado. Os capitais, antes aplicados nos transportes, eram agora liberados para as lavouras, que, além do aumento de produção, eram também de melhor qualidade, assegurando melhor preço no mercado. Essas transformações fizeram com que essas

²⁸⁴ Idem p. 98.

²⁸⁵ Idem p. 211.

regiões se tornassem, economicamente, as mais dinâmicas constituindo no centro da economia do Estado.

Com isso, a capital, localizada na região conhecida como Mato Grosso Goiano²⁸⁶, ficou deslocada, o que, de certa forma, prejudicava os interesses regionais, uma vez que os grupos oligárquicos do sul e sudoeste começaram a reivindicar um poder político correspondente ao poder econômico.

Segundo a autora,

o maior desenvolvimento das regiões Sul e Sudoeste e sua concomitante falta de participação nas decisões políticas, geraram toda uma disputa inter-regional, cheia de sutilezas e nuances (...) A luta entre regiões ultrapassou os gabinetes dos oligarcas e ganhou as ruas, os jornais, as modas de viola, uma verdadeira disputa inter-regional²⁸⁷.

Nesse sentido, a leitura da obra em questão aproxima-se de Barbosa Lima (1975), ao discutir a “Revolução de Trinta” como uma disputa regional. Essa reflexão acerca da disputa entre regiões está inspirada na leitura de Lima Sobrinho ao discorrer sobre a *Guerra de Estados* entre São Paulo e Minas Gerais, que se assemelha da análise que a autora faz de Goiás, ou seja, uma disputa entre as regiões Sul e Sudoeste.

Pode-se perceber que a autora discute a construção da nova capital como um aspecto de disputa regional, uma vez que,

os políticos das regiões Sul e Sudoeste eram barrados em suas pretensões eleitorais, pois a comissão do Partido Democrata, controlada pelo Senador Antônio Ramos Caiado, escolhia sempre políticos da capital para comporem as chapas eleitorais, suas insatisfações com o grupo caiadista avolumavam-se²⁸⁸

Podemos pensar que, para Silva, a transferência da Capital atendeu a interesses regionais e não significou o desenvolvimento do Estado como defende Ludovico em seu livro *Memórias*. A mudança era necessária às regiões que, de certa forma, já estavam economicamente desenvolvidas.

²⁸⁶ O Mato Grosso-Goiano compreende a região de Goiânia e toda a região Oeste do Estado de Goiás. Essa região de terra muito fértil e rico potencial agrícola, começou a ser penetrada em função da construção de Goiânia.

²⁸⁷ SILVA. Op. Cit p. 137.

²⁸⁸ Idem p. 137.

As insatisfações regionais levaram a uma oposição entre os grupos oligárquicos que tinham seus interesses ligados à capital. Os grandes produtores rurais que detinham o poder político do Estado e os grupos ligados ao Sul e Sudoeste goianos que possuíam o poder econômico, não eram condizentes ao desprestígio político.

Por isso, além de maior participação política correspondente ao poder econômico, queriam, também, que o Estado criasse mecanismos para maior comercialização dos produtos. Esses grupos estavam ligados à idéia de “progresso”; no entanto, o grupo que detinha o poder político não fazia concessões.

Nesse sentido, a autora coloca:

Do ponto de vista regional, com a expansão econômica no Sul e Sudoeste, surgiu à necessidade da criação de um pólo urbano que servisse de centro dinamizador destas regiões e de ponto de ligação delas com a economia de base urbano-industrial em expansão. É no interior da dupla necessidade de expansão do capital, a nível nacional e regional, que se deve entender a construção de Goiânia²⁸⁹

Segundo Silva, a transferência da capital significava, para o governo revolucionário, uma afirmação de poder, uma vez que na velha capital encontrava-se a maioria da oposição. *Mudando a capital o governo cria o espaço político necessário a sua afirmação no poder²⁹⁰.*

Além da questão regional, a autora discute também o papel do Estado nesse processo, *uma vez que naquele momento a visão do Estado como guardião da ordem, passava-se a idéia do Estado como propulsor do desenvolvimento, devendo para isso intervir na economia²⁹¹.*

Podemos pensar os discursos de Pedro Ludovico, discutidos no primeiro capítulo desse trabalho, no sentido de criar o papel do Estado, representado por ele, como o propulsor do desenvolvimento que só se tornaria possível com a transferência da capital.

A oposição entre as forças regionais e os grupos dominantes do Sul e Sudoeste do Estado teve como primeira reação à criação de jornais para serem usados como veículos de expressão de suas insatisfações. No entanto, a oposição não conseguia uma boa articulação devido à falta de partidos e programas de base ideológica. O ideário político

²⁸⁹ Idem p.183.

²⁹⁰ Idem p. 188

²⁹¹ Idem p. 186.

de sustentação das oposições goianas, segundo a autora, baseava-se em um ataque pessoal aos membros do governo e em uma crítica à *estrutura jurídica-política do Estado*. As oposições articulavam-se em torno do Partido Republicano de Goiás, que era representado por elementos de diferentes regiões do Estado.

Em meio a esse conturbado cenário de disputa regional, surgiu a liderança de Pedro Ludovico Teixeira que teria seu poder consolidado juntamente com o desenvolvimento das regiões Sul e Sudoeste.

Como a oposição não encontrava alternativa para enfrentar os Caiados, criada a Aliança Liberal, a ela aderiram. Dirigido por Mário Caiado, Nero Macedo, Domingos Velasco, Americano do Brasil, o Comitê Liberal formou-se em Goiás, explicitando sua oposição ao governo situacionista.

Conforme discute a autora,

*voltadas apenas para a questão presidencial, as críticas dos aliancistas em Goiás não ultrapassam a estrutura jurídica-política. Movendo-se ao mesmo universo econômico, político e cultural da oligarquia no poder e sem alternativa econômica a propor, as oligarquias dissidentes querem apenas obter concessões políticas – em última instância, uma rotatividade no poder*²⁹².

No entanto, apesar de todas as críticas, propostas e ataques da oposição, o governo venceu as eleições. A oposição goiana, representada por Ludovico e apoiada pela oposição nacional, estava disposta a lutar para tomar o poder. Para tal, contou com o apoio armado do exército, que lutou ao lado das chamadas colunas Ludovico, formadas por forças civis goianas e por tropas militares mineiras.

Em Goiás, foi empossado por Getúlio Vargas em 1930, um Interventor Federal, logo em seguida, formou-se uma junta governamental composta pelos políticos goianos Mário D’Alencastro Caiado, Pedro Ludovico Teixeira e o Desembargador Emílio Francisco Póvoa. Essa junta durou pouco, pois foi nomeado, como Interventor Federal em Goiás, Pedro Ludovico Teixeira.

Graças ao movimento armado conduzido pela Aliança Liberal, foi possível a derrubada do poder oligárquico caiadista que controlava o Estado, tomando assim legalmente o poder.

²⁹² Idem p. 143.

A autora enfatiza que *na ausência de outras classes com força social para atuarem no sentido de seus interesses específicos, as dissidências oligárquicas de Goiás assumiram o poder com exclusividade*²⁹³. Essa leitura aproxima-se da idéia de *Estado de Compromisso* discutida por Boris Fausto.

O Estado que surge em Goiás, após 30, não é muito diferente, segundo a autora, do anterior, no que diz respeito às classes sociais, pois nenhum outro setor social tem condições, pelo nível de desenvolvimento das forças locais, de se posicionar para defender seus interesses.

Ocorreu, porém, que o poder estadual, representado por Ludovico, estava agora submetido ao poder central, representado por Getúlio Vargas. O Estado não tinha autonomia pois o interventor fora nomeado por Getúlio Vargas. No entanto, ainda contava com o apoio das oligarquias, mesmo aquelas que anteriormente eram opositoras.

Para a autora, o ideário de reconstrução do Estado, proposto por Ludovico, significava um rompimento com a mentalidade da política que caracterizava a Velha República. Era necessária a colaboração de todos os *bons goianos*, inaugurando, assim, uma nova mentalidade e uma nova forma de agir em Goiás. Percebemos que esse discurso era utilizado por Ludovico, para justificar sua força e produzir entre os goianos um certo consenso. O “novo” Estado, idealizado por ele, era apresentado de forma que todas as classes deveriam se identificar pela colaboração, união, procurando neutralizar as tensões, os conflitos.

Analisando esse discurso de Ludovico no sentido de formação do “novo” Estado, Silva ressalta que: *Ideologicamente quer-se demonstrar que o Governo Revolucionário está acima das classes e procura atender aos interesses de todos (...) a tarefa da Revolução é levar Goiás ao progresso (...)*²⁹⁴.

Diferenciando-se das reflexões de Silva, que procura analisar a “Revolução de Trinta” em Goiás em sua manifestação regional, Gomes²⁹⁵ propõe apresentar uma visão global da “Revolução de Trinta” em Goiás, *através da imagem que a própria Revolução nos ofereceu de si mesma*, a partir dos relatórios de Pedro Ludovico marcado por três tempos inevitáveis do discurso revolucionário: *o antes, o agora e o depois*.

²⁹³ Idem p. 157.

²⁹⁴ Idem p. 161.

²⁹⁵ GOMES, Luís Palacín. Op. Cit.

O antes é considerado, segundo o autor, como o tempo de todos os *agravos*; o depois é o tempo da ruptura total; o agora é o momento da difícil revolução. É a partir desses três momentos que o autor busca compreender *o que foi a Revolução de Trinta em Goiás e o que pretendeu ser*. Dessa forma, procura demonstrar o discurso revolucionário.

Enfatiza, portanto, que a “Revolução de Trinta” não teve, em Goiás, nem antecedentes, nem participação. Contudo, considera a participação de Ludovico direta na ação das armas fora do Estado, juntamente com o pequeno grupo que fora disperso no primeiro combate com as tropas do governo.

Segundo esse autor, a revolução era representada por Ludovico que se encontrava *espremido* entre as necessidades de mudanças no Estado, proposta por *uma revolução não revolucionária*.

A saída encontrada era criar algo capaz de desestabilizar o Estado e que exigisse muito esforço, para produzir súbitas inversões sociais. Este pode ter sido o significado da mudança da capital, isto é, o de ser uma revolução permanente, sem que houvesse revolução. A esse aspecto, proclama o próprio Ludovico no Relatório:

*O ambiente de sãdia renovação, gerado no país pela vitória da Revolução de Trinta, não ficou, felizmente adstrito aos Estados mais adiantados. A transformação operou também em Goiás. E o governo revolucionário que se instalou nesse Estado veio proporcionar a idéia da mudança da capital goiana a oportunidade de caminhar, afinal, para a ambicionada realização. (...) Ontem revolucionário na oposição, hoje revolucionário no governo (...)*²⁹⁶

Dessa forma, a mudança da capital significou para a “Revolução de Trinta”, em Goiás, uma ligação entre a realidade do presente – agora – e as promessas –antes – do governo revolucionário, ou seja, uma mudança total nas estruturas e a criação de um novo Estado – depois. Dessa forma, o autor assume o discurso de Ludovico não apenas colocando um marco divisor entre 30 e pós-trinta, mas elegendo a construção e a transferência da capital como esse marco.

Contraditoriamente, de certa forma, Gomes não aceita a idéia de ruptura, colocando que: (...) *esta ruptura não é possível de imediato, onde existem estruturas e hábitos inveterados, este depois pertence ao tempo das promessas (...)*²⁹⁷. Para o autor, em longo prazo, ocorreram transformações, talvez, concordando com a afirmação de Silva de que

²⁹⁶ C.f. TEIXEIRA, Relatórios, pud Palacín, 1986. p. 87.

²⁹⁷ GOMES. Op Cit. p. 81.

em longo prazo a *Revolução* proporcionou transformações nos meios de produção e até mesmo possibilitou o crescimento produtivo do Estado.

Segundo Gomes, *o que nas outras revoluções significou os oceanos da repartição da propriedade ou sua coletivização, a socialização dos meios de produção, a industrialização acelerada* em Goiás propiciou a mudança da capita²⁹⁸. O autor refere-se às Revoluções Francesa e Americana, que acarretaram grandes transformações sociais, econômicas e políticas. Com isso, reforça seu pensamento de que, em Goiás, a “Revolução de Trinta” não teve proporção, nem organização e nem programa, simplesmente adesões pessoais baseadas em antagonismos também pessoais.

Para o autor, esse movimento, em Goiás, foi um ideário político e de visão forçada da realidade de acordo com o ideário, representado por Ludovico. Em Goiás, não houve revolução e sim a imagem de uma revolução criada por Pedro Ludovico Teixeira.

Aceitando a noção de ruptura, Chaul²⁹⁹ e recebendo uma grande influência de Silva, mas rompendo com o referencial marxista, constrói seu discurso a partir da noção de ruptura. Segundo esse autor, o projeto político modernizador representado por Ludovico implicava o rompimento com o atraso e a inserção do progresso. Assim, assume completamente o discurso de Ludovico.

Talvez, seja esse o autor que mais incorpora o discurso de Ludovico, tanto em relação ao processo de mudança da capital quanto, em relação às imagens criadas em torno de todo do movimento revolucionário.

Esse autor critica as produções historiográficas goianas propondo uma nova visão, discutindo a modernidade a partir da ascensão econômica das regiões Sul e Sudoeste e a chegada da ferrovia. Essa visão se aproxima da leitura de Silva.

Chaul parte da idéia de ruptura para discutir a “Revolução de Trinta” em Goiás como um marco divisor entre o *atraso*³⁰⁰ e o *progresso* do Estado materializado na construção de Goiânia. Ressalta que “Goiânia seria o símbolo maior da modernidade³⁰¹”. Dessa forma, incorpora o discurso de Ludovico.

²⁹⁸ Idem p. 89.

²⁹⁹ CHAUL, Nasr Fayad. *A construção de Goiânia e a transferência da Capital*. Goiânia: CEGRAF/UFG, 1988. Coleção Doc. Goianos, 17.

³⁰⁰ C. f. CHAUL, Nars. Fayad.. 1997. p.29. Chama a atenção para o fato de que a questão do atraso deve ser vista como um projeto de dominação política, arquitetado pelos integrantes dos grupos dominantes da política goiana na Primeira República, chamados pelos sociólogos de coronéis.

³⁰¹ Idem p. 154.

Assim como Silva, Chaul também caracteriza a “Revolução de Trinta”, em Goiás, como um movimento regionalista, isto é, uma disputa entre as regiões Sul e Sudoeste do Estado que se desenvolvem economicamente, buscando maior participação política. Nesse sentido, enfatiza:

à medida que as regiões Sul e Sudoeste se destacavam das demais no plano econômico, as divergências políticas também se acirravam. Clamavam-se então por uma maior participação nas decisões políticas que dentro da continuidade centralizadora em que se encontravam, obstruíam os passos de desenvolvimento que o Estado poderia conseguir³⁰².

O autor procura discutir o papel das classes médias no movimento revolucionário, levando em consideração as análises de Fausto. Para Chaul, ao longo do processo histórico do Brasil República, as classes médias se incorporavam às oligarquias dissidentes ou às dominantes. Assim como Fausto, enfatiza que essas classes não possuíam um projeto político que atendesse as aspirações da sociedade brasileira, e ainda mais, que essas camadas não eram organizadas em um partido.

Chaul discute, então, a participação dos sujeitos políticos nesse processo político, em Goiás, afirmando que nesse Estado os *grupos oligárquicos eram hegemônicos* e essa preponderância de um grupo sobre o outro tinha como base o domínio da propriedade da terra.

Para compreender melhor o papel das classes médias no movimento de Trinta, em Goiás, o autor procede a uma análise do trabalho da historiadora Silva, com a seguinte afirmação: *o que havia entre as camadas médias urbanas e as oligarquias era uma complementação de interesses*. A partir dessa análise, o autor procura demonstrar sua visão sobre a condução do processo revolucionário de trinta em Goiás, partindo de duas concepções: econômica e ideológica.

Em nível econômico, na opinião do autor, o que ocorreu foi uma tentativa de inserir o Estado na economia de mercado nacional. Assim como Silva, ressalta que as estruturas econômicas não sofreram, em curto prazo, grandes alterações. A terra continuou como fonte de poder, prestígio e produção, além da permanência dos grandes latifundiários na estrutura do poder.

Do ponto de vista ideológico, observa-se que há uma disseminação da mentalidade burguesa entre as classes médias. Com isso, o autor em questão concorda com Silva,

³⁰² Idem p. 31.

afirmando ter havido uma alternância de oligarquias no poder, nos anos trinta, levando em consideração que a mentalidade desses grupos passam por transformações. Além de que a ideologia espalhada pela classe média, mesmo influenciada pela oligarquia, tem uma tendência a se espalhar e influenciar os dirigentes políticos.

Mas, por outro lado, argumenta:

*que os novos donos do poder não representavam interesses de uma burguesia ou de um proletariado, também não representavam literalmente os interesses das classes médias local. Representava sim os interesses dos novos grupos políticos em ascensão, principalmente do Sul e Sudoeste do Estado. Tal fato não significa porém uma simples alternância de grupos no poder político de Goiás. Pois agora se trata de um grupo político com mentalidade de desenvolvimento e modernidade, bem diferente daqueles depositos pelo movimento de 30*³⁰³.

O autor conclui que *o mais admissível, porém, é que se trata de um período de transição, político, econômico, social e ideológico (...) elementos do velho, configurados na Primeira República, se mesclam com o pretense novo do pós-trinta*³⁰⁴. Dessa forma, discorda de Silva, porque, segundo essa autora o que ocorreu foi uma *alternância de oligarquias*.

Discutindo a alternância de oligarquias, Machado³⁰⁵ enfatiza: *a partir da figura do carisma,*³⁰⁶ *é que considero não se deve avaliar a revolução de 30 em Goiás como um período no qual se deu uma alternância de oligarquias, conforme tendências mais recentes da historiografia brasileira.*

Essa autora defende seu pensamento partindo de que a *familiocracia*, em Goiás, nos anos Trinta, não se manifestava da mesma forma que em momentos anteriores e também porque o governo de Pedro Ludovico, apesar de representar a classe dominante e a privilegiar, não foi exclusivo dela.

³⁰³ Idem. p. 154.

³⁰⁴ Idem p. 46.

³⁰⁵ MACHADO, Maria Cristina Teixeira. Op. Cit. p. 124.

³⁰⁶ Idem. *Acredito que existem personalidades, aquelas que Hegel chamaria de indivíduos cósmicos e que Weber denominaria de carismáticos que, em determinado momento deste processo, devido a uma capacidade de aglutinar pessoas em torno de si, podem desempenhar um papel muito importante no desenrolar dos fatos históricos. Assim a história é um processo, mas ao mesmo tempo é feita pôr homens e dentre estes, alguns merecem a atenção do estudioso... Pois bem, na história de Goiás, a figura de Pedro Ludovico Teixeira se destaca.* p. 19.

A autora ressalta que: *apesar da sobrevivência de elementos fundamentais à ordem oligárquica (...) considerar a revolução de 30 em Goiás como promotora de uma alternância de oligarquias, significa simplificar o processo histórico*³⁰⁷.

Entendemos que a autora em discussão assume o discurso de Pedro Ludovico como representante de todo o Estado e dos interesses de todos os Goianos e como o instaurador de uma nova realidade política no Estado.

Segundo Chaul³⁰⁸, em Goiás, não era encontrada, em nível político, a presença das classes médias urbanas. Os centros urbanos eram pouco desenvolvidos e incapazes de vincular seus interesses próprios a outros como os tenentes e, associados a outras frações de classes descontentes, teriam sido responsáveis pelo movimento, como ocorreu, segundo Fausto, nos grandes centros do país.

Quanto à análise de De Decca, Chaul desconsidera que seja possível aplicá-la a Goiás, visto que em 1930, o Estado não era industrializado, inexistindo as duas classes que daí se originam: a burguesia e o proletariado. Nesse sentido, Machado, ressalta que: *a classe dominada, representada pelo campesinato, por setores urbanos de prestação de serviços e pequenos funcionários – não havia proletariado goiano – não participou da reação oposicionista.*³⁰⁹ Ela pauta-se em De Decca para refletir sobre a questão da industrialização, mas não discute a questão da apropriação da memória.

Porém, essa autora coloca que a ausência das classes dominadas no processo político revolucionário não significou que ficassem indiferentes frente à *situação de atraso e de opressão* em que viviam, uma vez que constituíram outra forma de insatisfação como os movimentos religiosos que eram utilizados como uma forma de fuga das tensões sociais.

Diante das discussões de Chaul, percebe-se uma tentativa de fuga das análises globais, ou seja, de uma interpretação mais geral da Revolução de Trinta como um movimento de caráter nacional, encontrada nas realidades econômicas dos grandes centros do país, tentando resgatar as particularidades regionais.

³⁰⁷ Idem p. 125.

³⁰⁸ CHAUL. Op Cit. 1988.

³⁰⁹ MACHADO, Op. Cit p. 54.

Em um outro estudo, Chaul³¹⁰ propõe rediscutir a “Revolução de Trinta”, em Goiás, a partir da representação da modernidade³¹¹ pelo viés do progresso. Segundo esse autor a *modernidade para os arautos de 30, consistia no progresso do Estado, por meio do desenvolvimento da economia, da política, da sociedade e da cultura*³¹², materializado na construção de Goiânia.

Assim, segundo o autor, 1930, em Goiás, foi *muito mais do que uma simples alternância de oligarquias no poder. Significou a construção de um projeto político baseado na idealização da modernidade, com a participação relativa das camadas médias urbanas*³¹³.

O autor afirma, ainda, que Goiânia passou a ser o símbolo maior da modernidade, ou do progresso em Goiás, e o ideal político que, além de contar com o apoio das regiões Sul e Sudoeste, dava sustentação ao poder de Ludovico. Representava também a participação de outros setores sociais, como os trabalhadores que vinham em busca de emprego, e automaticamente se organizam enquanto classe, além dos setores médios que ali se estabeleciam.

Referendando a discussão sobre a construção e mudança da capital, Machado argumenta: a *construção de Goiânia, atraindo trabalhadores de todo país, possibilita, ao lado do desenvolvimento da conjuntura nacional, a organização das classes trabalhadoras*³¹⁴.

Em todos os autores observados verifica-se uma leitura quase homogênea da “Revolução de Trinta” em Goiás, pois a maioria desenvolve suas reflexões a partir do projeto político “modernizador” de Ludovico, cuja principal meta era a transferência da capital de cidade de Goiás para Goiânia. Com isso, assumem o discurso dos contemporâneos, isto é, não percebemos qualquer leitura diferenciada sobre o tema. Criam, assim, uma dicotomia entre o antes e o pós-trinta, cuja marca central será a afirmação da modernidade materializada na construção de Goiânia, expressos no projeto de Pedro Ludovico. A “Revolução de Trinta” entra para a História de Goiás como um marco modernizador do Estado, ruptura com o atraso em direção ao progresso .

³¹⁰ CHAUL, Nasr Fayad. Op. Cit.

³¹¹ Idem. Define modernidade *como ascensão da burguesia e o crescimento econômico, a afirmação do capitalismo e suas manifestações políticas, designando uma forma de Estado que separa a vida privada da vida social e política pública.* p. 15.

³¹² Idem p. 149.

³¹³ Idem p. 177.

³¹⁴ MACHADO. Op. Cit. p. 149.

3.1- Revolução de Trinta: Fachada para a Construção de Goiânia

*Goiás recomeçou-se em Goiânia. E esta Goiânia que tanto influi na química da formação de um Goiás novo ...*³¹⁵

Após a leitura de diversas obras da historiografia goiana que discutem a “Revolução de Trinta”, em Goiás, é possível perceber que todos embarcam no discurso de que trinta foi um marco divisor na História de Goiás. Pensamos que é possível fazer uma outra leitura, deslocando o marco de 1930 para o processo de construção e transferência da Capital do Estado da cidade de Goiás para Goiânia, isto é, de 1933, lançamento da pedra fundamental, a 1942, inauguração. Consideramos que esse marco – 1930 – *imbrica gigantescas quantidades de implicações, as quais pressupõem outro mundo de práticas específicas, e por meio das quais a obra que aparece como decorrência poderia surgir como aquilo que realmente é, ação e criação*³¹⁶.

Ao analisar a obra *Memórias*, de Pedro Ludovico, foi possível perceber que a narrativa é alicerçada para o processo de construção e transferência da Capital. O próprio Ludovico, ao relatar o episódio revolucionário, ressalta que na mesma noite, após a notícia da vitória da “Revolução de Trinta”, Carlos Chagas, em seu discurso, *opinou (...) que a cidade de Goiás não deveria continuar como Capital*³¹⁷. Até mesmo porque a narrativa central do livro passa pelo processo de construção e transferência da capital. O autor dá pouca ênfase ao movimento revolucionário em si. Nesse sentido, o movimento de 1930 serviu de fachada para a construção de Goiânia.

Na rememoração de Pedro Ludovico, é possível fazer uma leitura de que a “Revolução de Trinta”, em Goiás, foi a motivação que o levou a concretizar seu grande projeto rumo à construção e mudança da capital, e mostra, também, a forma pela qual concebia sua participação na política de Goiás. O que deu significado ao movimento de trinta foi a construção e a transferência da capital, dessa forma trinta soa como parte, algo apenas, do ainda a alcançar, do almejado. A “Revolução de Trinta”, em Goiás, deixa em abertas condições para a construção de Goiânia. Segundo Ludovico, *Eu mesmo não tinha*

³¹⁵ TEIXEIRA. Op. Cit. p, 197.

³¹⁶ VESENTINI. Op. Cit. p, 27.

³¹⁷ TEIXEIRA. Op. Cit. p, 40.

*tempo para me ocupar com a política, pois estava completamente dedicado à edificação de Goiânia. O meu ideal era este e as outras preocupações ficavam em segundo plano*³¹⁸.

Sem Goiânia, a continuidade da revolução, a idéia de progresso, desenvolvimento do estado e a participação política de Ludovico não teriam sido possível. O que deu impulso ao tão decantado progresso e desenvolvimento do Estado de Goiás, não foi o movimento revolucionário em si, mas a transferencia da capital. No decorrer da obra *Memórias*, Ludovico deixa claro que só seria possível desenvolver o Estado a partir da construção da Capital.

A obra de transferencia da capital completou-se entre os anos de 1933 e 1942. No sentido de valorizar o processo de construção e mudança da capital o autor utiliza um artigo do jornal *Correio Oficial*, de dezembro de 1935 em que ressalta:

*O assunto mais importante para a vida goiana atual de realizações é, fora de dúvida, a mudança da Capital do grande Estado mediterrâneo. Esse empreendimento tem focalizado Goiás, até há bem pouco quase desconhecido, tornando-o alvo dos olhares do país inteiro.*³¹⁹

Segundo Ludovico, pela primeira vez um presidente da Republica pôs os pés em Goiás e o objetivo dessa viagem foi o de visitar as obras da cidade em construção. Em um texto de sua obra intitulado *A visita do Presidente Getulio Vargas ao estado de Goiás*, Ludovico ressalta que: *O presidente Getulio Vargas chegou a Goiânia no dia 5 de agosto de 1940. Foi o primeiro Chefe de Governo Brasileiro a pisar em solo goiano em visita ao seu povo*³²⁰

A cidade foi inaugurada, em 1942, na presença de intelectuais e artistas que participaram dos eventos e festejos que marcaram a data. Ludovico ressalta que, além da presença de pessoas *importantes*, recebeu também homenagens de representantes de diversos estados do Brasil. Nesse sentido, utiliza uma mensagem da comissão do Instituto Histórico e Geográfico do Pará:

³¹⁸ Idem. p. 64.

³¹⁹ Idem. p, 127.

³²⁰ Idem. p, 113.

*... a alma nacional vibra de grande entusiasmo e civismo, regozijada pelas glórias da civilização brasileira, (...) que cheias de pujança e intrepidez, constróem no coração territorial do BRASIL uma nova página de civilização (...).*³²¹

Com a transferência da Capital tornou-se possível, também, a ordenação da história do Estado de Goiás. Após a inauguração da capital se estruturou o Instituto Histórico e Geográfico de Goiás. Na verdade, a criação do IHGG encontrou em Ludovico o apoio institucional e um projeto de memória que consagrou a nova Capital como um marco divisor na história de Goiás e a imagem de Ludovico como quem criou esse marco. Enfim, iniciava o processo de leitura da história local da construção e transferência da capital o marco, e de Ludovico o criador desse marco.

A nova capital representou uma fonte de atração para os projetos de ocupação da região Centro-Oeste, formando-se um novo espaço econômico e intelectual bem diferente do anterior. Nesse sentido, Ludovico em um texto de seu livro intitulado *A Cidade-Fanal* ressalta que:

*Goiânia é o ponto de referência da marcha para o Oeste. É a estrela guiadora das caravanas de progresso e de trabalho, que hão-de vir lavrar as terras, multiplicar as colheitas, usufruir os recursos e industrializar as matérias primas do Brasil Central*³²².

A construção de Goiânia possibilitou a inserção do Estado de Goiás nos fluxos econômicos que atravessaram o Brasil. É interessante perceber que Ludovico, implicitamente, demonstra que o que mudou ou transformou o estado de Goiás não foi o movimento de 1930, mas sim a construção e transferência da capital do estado. Ideologicamente, a construção da nova capital criava condições para a inclusão de Goiás no projeto do Estado Novo.

Outra questão a ser colocada diz respeito à centralização das forças políticas de Pedro Ludovico, sinalizando a crise do domínio Caiado, centralizado na cidade de Goiás, antiga Capital. Transferindo a capital, Ludovico centralizava e fortalecia seu poder político, uma vez que a antiga capital era reduto dos Caiado. Dessa forma, o marco histórico do considerado rompimento com os conchavos políticos, com o atraso não foi o movimento de trinta, mas sim a construção e transferência da Capital. O movimento de

³²¹ Idem. p, 235.

³²² Idem. p, 209.

trinta pode ser entendido como uma espiral para a construção e transferência da capital do Estado.

Consideramos como uma pista fundamental para entender que é possível fazer um deslocamento do marco de 1930 para o processo de construção e transferência da capital, ou seja, deslocar esse marco a partir de 1933 e estende-lo até 1492, o epitáfio que se encontra no túmulo de Pedro Ludovico em Goiânia: *Um homem que fez tudo pelo progresso de Goiás construindo Goiânia*. A partir dessa frase entendemos que Ludovico não gostaria de ser lembrado apenas como alguém que *participou do movimento revolucionário de 1930*, mas principalmente como o idealizador e construtor de Goiânia, o grande marco divisor da história de Goiás.

Considerações Finais

Palavras de Fim em Fim de Palavras

.... Chego aos campos e vastos palácios da memória, onde estão tesouros de inumeráveis imagens trazidas por percepções de toda espécie... Ali repousa tudo o que a ela foi entregue, que o esquecimento ainda não absorveu nem sepultou... É lá que estão também todos os conhecimentos que recordo apreendida pela experiência própria ou pela crença no testemunho de outrém...

(Confissões – Santo Agostinho)

Este trabalho procurou compreender a memória histórica da “Revolução de Trinta” em Goiás, em especial as imagens dessa revolução na narrativa de Pedro Ludovico Teixeira. Partimos da premissa de que a rememoração é uma recriação, uma reconstrução e não uma repetição do passado, pois como nos ensina Ecléia Bosi:

*lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar com imagens e idéias de hoje, as experiências do passado. A memória não é sonho, é trabalho. Se assim é, deve-se duvidar da sobrevivência do passado, tal qual como foi (...) a lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão, agora, à nossa disposição, no conjunto de representações que povoam nossa consciência atual.*³²³

Dessa forma, o passado rememorado torna-se um espaço reconstruído e ressignificado no presente, e o rememorar é um caminho que se refaz abrindo novas perspectivas para pensá-lo.

Ao longo deste trabalho, procuramos reconstruir o passado rememorado de Pedro Ludovico Teixeira e refazer seu percurso em busca do presente da rememoração para

³²³ BOSI. Op. Cit. p. 55.

compreender as mediações entre o presente da rememoração e o passado rememorado. Procuramos demonstrar como o contexto histórico da rememoração de Ludovico cria uma dada leitura da “Revolução de Trinta”, em Goiás. Com este trabalho, percebemos uma intenção de retomada e fortalecimento de questões como a missão para o progresso, bem como a construção da imagem de um povo pacífico, a partir da qual se busca criar uma imagem de um Goiás moderno, marcado pelo progresso e “invadido “ pela “modernidade”.

Compreendemos, sobretudo, a tentativa de Ludovico em reconstruir um papel de grande importância para si mesmo no movimento de 30. No decorrer do livro, que é uma rememoração posterior aos acontecimentos, o autor sempre procura reconstruir para si uma imagem de “herói”, de “salvador do Estado”, como alguém que estaria à frente dos interesses do “povo” e do Estado, cuidando do progresso. Como é próprio da memória, rever é reconstruir o fato, ampliando seus significados.

Na rememoração da “Revolução de Trinta”, em Goiás, Pedro Ludovico, em alguns momentos, se incorpora como ator da própria revolução. Em outros momentos, ele usa documentos como discursos de Getúlio Vargas, ou seja, documentação da época, mas seja por intermédio dele, ou pela documentação, a revolução aparece como algo que proporcionou a salvação, a regeneração, a reconstrução, o rompimento com o passado.

Dessa forma, Ludovico em suas *Memórias*, além de ter transformado a política do Estado, fez dos relatos de sua vida pessoal um programa político, uma reconstrução do passado no sentido de manifestar sua *repugnância* em relação à cassação e à suspensão de seus direitos políticos pela Junta Militar. Ao historicizar sua vida política, Ludovico, protesta contra a cassação que sofreu, mostrando o quanto ele foi importante para a história política do Estado de Goiás.

Pensamos ser possível alargar o sentido das *Memórias* de Ludovico e reinterpretá-las como um texto político gestado no embate deflagrado entre sua cassação e suspensão de direitos políticos. Além de se defender das perseguições recebidas, evidenciou-se também a manifestação de ressentimentos em relação ao presente. Dentro dessa perspectiva, o retorno a 30 guarda em si outros significados, significados estes que na autobiografia do político cuidadosamente procura ocultar ou, em outros momentos, evidenciar.

Valendo-se de vários silêncios, Ludovico pôde reconstruir uma trajetória política pautada pela coerência, visando a reafirmar seus valores, princípios e qualidades de herói,

salvador, seu comprometimento com o progresso e com o desenvolvimento de Goiás, em nenhum momento foi esquecido. Entretanto, evidencia-se que, além das mudanças aclamadas por Ludovico, após 1930, as permanências também fizeram parte de sua história política. Foi possível perceber que as permanências foram, quase sempre, transformadas em silêncios produzindo, então, a ilusão das mudanças, da unidade política, ou seja, permitiram a aparente ruptura com a tão criticada “politicagem” de antes de 30.

Na tentativa de manter a própria integridade pessoal e política, o autor não permitiu que determinadas lembranças prejudicassem sua imagem, principalmente aquelas que colocavam em dúvida sua integridade política. Por isso, recorreu ao passado reconstruindo-o, ora ignorando os momentos que pretendia que fossem esquecidos, como as permanências políticas, ora ressaltando os momentos enaltecidos, como a construção de Goiânia, seu maior projeto. Nesse sentido, é necessário considerar as problemáticas implícitas quando se elege uma autobiografia como objeto de estudo. É preciso perceber os silêncios, os esquecimentos e as lacunas que trazem a rememoração ou reelaboração das experiências passadas para preservar a identidade unificada que se quer preservar ou manter.

Não há dúvidas de que, o período entre 1930 e 1942 – construção e inauguração de Goiânia – foi um momento de participação ativa de Pedro Ludovico na política goiana. Entretanto, após 69, quando cassado pela Junta Militar, faz uma reinterpretação daquele período, reconstruindo uma imagem ideal para esse momento, em que se sentia afastado, ressentido, na qual aparece como um mito, herói, salvador do povo goiano.

Contrastando com esse perfil criado pelo autor em suas *Memórias*, outras fontes demonstraram Ludovico como um homem violento, que utilizava os mesmos meios criticados por ele, para conduzir as questões de ordem política do Estado de Goiás. Como vimos, Ludovico defendia radicalmente o rompimento do Estado com as práticas impostas pelos Caiado antes de 30; contudo, o que ocorreu foi uma continuidade dessas mesmas práticas.

As lembranças reconstruídas por Ludovico, em suas *Memórias*, foram cuidadosamente reelaboradas de forma a mostrar, a partir de 1930, o rompimento com todos os *conchavos* políticos, com o atraso do Estado, o comprometimento com o desenvolvimento de Goiás, sua capacidade de representante do povo goiano para conter

as desavenças. O *homem-guia*, tornando-se o exemplo, o salvador, reiteraria sua constante luta pela Estado de Goiás.

Após 64 – Ditadura Militar – iniciou-se um silêncio como ressonância de desilusão, ressentimento e de contrariedade com o clima político que se instalou com o Golpe Militar e, conseqüentemente, com sua cassação e suspensão de seus direitos políticos. Diante dessa realidade é que entendemos a publicação da obra, em 1973, como uma manifestação de ressentimento e de protesto. Tornou-se necessário comprovar a imagem do herói, do mito salvador para defender sua reputação, manter seu prestígio político.

Era necessário obscurecer qualquer vestígio de permanência política – antes e após 30 – e ressuscitar a imagem da ruptura, do *homem-guia* criada e atribuída a si, reafirmando, assim, que, em sua trajetória política, nunca abandonou seus princípios; demonstrar que suas ações políticas de 1930 faziam parte de seu ideal de vida. Portanto, naquele momento de incerteza quanto à cassação e suspensão de seus direitos políticos, tratou de recuperar a imagem de integridade e, ao mesmo tempo, demonstrar que continuava comprometido com a *moralidade* da política Goiana.

As perseguições políticas pelas quais passava Ludovico, no final da década de 60, com golpe militar, especialmente em 69, quando teve seu mandato de senador cassado, levou-o a narrar o episódio da “Revolução de Trinta”, em Goiás, construindo para si imagem de político íntegro e honesto, no sentido de protestar contra o regime estabelecido naquele período, dessa forma, ampliou a importância ou o significado de 1930. Pedro Ludovico reconstrói um papel de grande relevância para si mesmo no movimento e, principalmente, no processo de construção de Goiânia para demonstrar a “injustiça” cometida contra ele.

O livro *Memórias* foi escrito em um momento conturbado em que o autor soube reverter a seu favor. Pode ser lido como uma manifestação de protesto contra a cassação e suspensão de seus direitos políticos. Nesse contexto, Ludovico relatou sua trajetória política caracterizando-a como bem sucedida.

Percebemos que as imagens criadas por Ludovico foram incorporadas e fixadas, tornando-se a História Oficial do movimento revolucionário em Goiás. Analisando o período, até onde foi possível, da trajetória política de Pedro Ludovico, percebemos que não é possível separar História, Memória – reconstrução/ seleção –, Esquecimentos e Ressentimentos presentes implicitamente na obra *Memórias*, pois este é um elo indispensável para a compreensão da obra. A Historiografia goiana, ao embarcar no

discurso de Ludovico, desconsiderou essas questões, e não percebeu as sutis armadilhas que o gênero autobiográfico carrega em si. Por isso, reitera a imagem do herói, do mito, do salvador, do homem-guia projetado pelo próprio Ludovico.

Fonte

TEIXEIRA, Pedro Ludovico. *Memórias*. Goiânia: Ed. Cultura Goiana, 1973.

Arquivos Pesquisados

I – Arquivos Públicos de Goiânia:

Fundação Jaime Câmara

Museu Pedro Ludovico Teixeira

Museu da Imagem e do Som

Biblioteca Estadual Pio Vargas

II – Arquivo do Senado Federal

III – Jornal pesquisado:

O Popular – décadas de 60 e 70.

Bibliografia

Bibliografia sobre Goiás

- BORGES, Barsanufio Gomides. *Goiás nos quadros da economia nacional: 1930-1960*. Goiânia: Ed. da UFG, 2000.
- _____. *O despertar dos dormentes*. Goiânia: CEGRAF/UFG, 1999. Coleção Documentos Goianos, 19.
- BRANDÃO, Hilma. *História Política de Ipameri nas décadas de 20 e 30*. Catalão- Goiás: CAC/Universidade Federal de Goiás. Monografia de conclusão de Bacharelado, 2000. (mimeo).
- CAMARA, Jaime. *Os Tempos de Mudança*. Goiânia: s/ ed. 1967.
- CAMPOS, F. Itami. *Oligarquia: Sociedade e Política*. Goiânia: ICHL:UFG, 1977.
- _____. *Coronelismo em Goiás*. Goiânia: Ed. da UFG, 1987.
- _____. “Mudança da Capital: Uma estratégia de poder”. In: *Caderno da INDUR*, n 2. Goiânia, 1980.
- CHAUL, Nasr Fayad. *A Construção de Goiânia e a transferência da Capital*. Goiânia: CECRAF/UFG, 1988. Coleção Documentos. Goiânia n 17.
- _____. *Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade*. Goiânia: CECRAF/UFG, 1997.
- _____. (coordenador). *Coronelismo em Goiás: estudos de casos e famílias*. Goiânia: Ed. Kelps, 1998.
- FERNANDES, Marilena Julimar. *HISTÓRIA E MEMÓRIA: A “Revolução de Trinta” em Goiás*. Catalão-Go: CAC/Universidade Federal de Goiás. Monografia de conclusão de Bacharelado, 2000 (mimeo).
- GOMES, Luís Palacín. et all. *História Política de Catalão*. Goiânia: Editora da UFG, 1994. Coleção Documentos Goianos, 26.
- _____. *Quatro tempos de ideologia em Goiás*. Goiânia: CEME, 1986.
- MACHADO, Maria Cristina Teixeira. *Pedro Ludovico: um tempo, um carisma, uma história*. Goiânia: CEGRAF/UFG, 1990. Coleção Documentos Goianos, 18.
- MONTEIRO, Ofélia Socrates do Nascimento. *Goiáz: Coração do Brasil*. Brasília: DF, 1983.

- _____. *Como nasceu Goiânia*. Empresa Gráfica da “Revista dos Tribunais”, São Paulo, 1938.
- PALACÍN, Luis. & MORAIS, Maria Augusta Santana. *História de Goiás*. Goiânia: Ed., da UCG, 6ª ed. 1994.
- _____. *Fundação de Goiânia e desenvolvimento de Goiás*. Goiânia: Oriente, 1976.
- REZENDE, Íris (Senador). *PEDRO LUDOVICO: A saga da construção de Goiânia no coração do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 2001.
- ROSA, Joaquim. *Por esse Goiás afora...* Goiânia: Cultura Goiana, 1974.
- RIBEIRO, Mírian Bianca Amaral. *Memória, família e poder: História de uma permanência política – os Caiado em Goiás*. Goiânia: UFG, 1996. Dissertação de Mestrado. (mimeo).
- SILVA, Ana Lúcia da. *A Revolução de Trinta em Goiás*. São Paulo: USP, 1982. Tese de Doutorado. (mimeo).
- VASCONCELOS, Lauro de. *Santa Dica: encantamento do mundo ou coisa do povo*. Goiânia: CEGRAF/UFG, 1991. Coleção de Documentos Goianos, 22.

Bibliografia Geral

- ACHARD, Pierre... [et al]. *Papel da memória*. Campinas – São Paulo: Pontes, 1999.
- BARROS, Edgar L. de. *Os Governos Militares*. São Paulo: Contexto, 1997.
- BERGSON, Henri. “Do Reconhecimento das Imagens. A Memória e o Cérebro.” In: *Matéria e Memória [1896]*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- BERMAN, Marshall. *Tudo que é Sólido Desmancha no Ar: A Aventura da Modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- BORGES, Vavy Pacheco. “Anos Trinta: Política História e Historiografia.” In: FREITAS, Marcos (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998.
- _____. *Tenentismo e Revolução Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1992.
- _____. “História e Política: laços permanentes”. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, 23/24, 1998.

- BOSI, Ecléia. *Memória e Sociedade: Lembranças de velhos*. 3 ed, São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- BRESCIANI, Stella e NAXARA, Márcia (org.). *Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas – São Paulo: Editora da Unicamp, 2001.
- BURKE, Peter. (org.). *A escrita da História: Novas Perspectivas*. São Paulo: Unesp, 1992.
- CARRIJO, Gilson Goulart. *Fotografia e a Invenção do Espaço Urbano: considerações sobre as relações entre estética e política*. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia/UFU, 2002. Dissertação de Mestrado. (mimeo).
- CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- _____. *Os Bestializados: Rio de Janeiro a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- DAVI, Tânia Nunes. “A construção da Memória em ‘Memórias do Cárcere’, de Graciliano Ramos.” In: *Boletim NIESC*. Catalão-Go: CAC/Universidade Federal de Goiás, volume 5, ed. n. 1, junho/2000.
- DE DECCA, Edgar S. 1930. *O silêncio dos vencidos*. 4 ed. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- _____. “A revolução acabou”. In: BRESCIANI, Maria e BORGES, *Reforma e Revolução*: Revista Brasileira de História, 20.
- FALCON, Francisco. “História e Poder”. In: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (org). *Domínios da História*. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1997.
- FASUTO, Boris. *A revolução de 1930: história e historiografia*. 12^a ed. São Paulo: Brasiliense, 1997.
- FERNANDES, Cleudemar Alves. *O Coronel e o Lobisomem: uma Abordagem Sócio-Interacional*. São Paulo: Annablume, 1999.
- FERNANDES, Marilena Julimar. *Memória e Ressentimentos: Pedro Ludovico Teixeira*. OPSIS – Revista do NIESC: Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Estudos Culturais. Catalão – Goiás: Universidade Federal de Goiás – Campus de Catalão. Vol. N. 2 Jul./Dez. de 2002.
- FERREIRA NETO, Maria Cristina Nunes. *Memória, política e negócios: a trajetória de Thophilo Benedicto Ottoni*. Campinas – São Paulo: [s.n.], 2002.
- FREITAS, Eliane Martins. *Memórias de uma “Odisséia”: Tito Lívio (Teixeira) e a Construção da Memória Histórica sobre a “Revolução de Trinta” em Uberlândia-MG*. Campinas – São Paulo: Unicamp, 1999. Dissertação de Mestrado (mimeo).

GIDDENS, Anthony. *As conseqüências da Modernidade*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1991.

GINZBURG, Carlo. *Olhos de Madeira: nove reflexões sobre a distância*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

GIRARDET, Raoul. *Mitos e Mitologias Políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

HOBBSAWM, Eric. “O Sentido do Passado”. In: *Sobre a História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

JOLY, Martine. *Introdução à Análise da Imagem*. Campinas – São Paulo: Papirus, 1996.

JOZEF, Bella. “(Auto)biografia: Os territórios da memória e da História.” In: LEENHARDT, Jacques & PESAVENTO, Sandra Jatahy (Orgs.). *Discurso Histórico: Narrativa Literária*. Campinas – São Paulo: Ed. UNICAMP, 1998.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 2ª ed., Campinas: Ed. UNICAMP, 1992.

_____. CHARTIER, Roger; REVEL, Jacques. “A História do Imaginário.” In: *A História Nova*. São Paulo: Martins Fontes, 2ª ed., 2001.

_____. e NORA, Pierre. *História: Novos Objetos*. 4ª ed., Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

LEITE, Dante Moreira. “Ficção, biografia e autobiografia.” In: *O amor romântico e outros temas*. São Paulo: Ed. Nacional, 1979.

LENHARO, Alcir. *A Sacralização da política*. Campinas – São Paulo: Papirus, 1992.

LEVI, Giovani. “Usos da biografia.” In: FERREIRA, Marieta M. E AMADO, J. (org.), *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1996.

LIMA SOBRINHO, Barbosa. *A verdade sobre a revolução de outubro – 1930*. 2ª ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1975.

LOWENTHAL, David. “Como conhecemos o passado”. In: *Projeto História*. São Paulo: EDUC, n. (17) novembro/1998.

NORA, Pierre. “Entre Memória e História: a problemática dos lugares.” In: *Projeto História*. São Paulo, (10), dez., 1993.

PESAVENTO, Sandra Jathy. “Em busca de uma outra História: Imaginando o Imaginário.” In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH/Marco Zero. V. 15, n. 29, 1995.

POLLAK, Michel. “Memória, esquecimento, silêncio”. In: *Estudos históricos*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV v. 2 n. 3, 1989.

- RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: ED. UFRJ, Ed FGV, 1996.
- ROSANVALLON, Pierre. “Pôr uma História conceitual do Político”. In: *Revista História & Perspectiva*. São Paulo: Contexto/ANPUH, vol. 15, n. 30, 1995.
- ROSSI, Paolo. *Naufrágio sem espectador: a idéia do progresso*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.
- ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. “A Manipulação dos Desejos pela Construção de Imagens”. In: *Projeto História: Cultura e Representação 14*. São Paulo: EDUC, 1997.
- SANDES, Noé Freire. *A invenção da nação: entre a monarquia e a república*. Goiânia: Ed. da UFG: Agência Goiana de Cultura Pedro Ludovico Teixeira, 2000.
- SANTA ROSA, Virgínio. *O sentido do tenentismo*. 3ª ed. São Paulo: Ed. Alfa-Omega, 1976.
- SEIXAS, Jacy A de. “Os campos (in) elásticos da memória: reflexão sobre a memória histórica”. In: Bresciani, M.S, Magalhães, M.B., Seixas, J.A (org.), *Razão e sentimentos na política*. Brasília: Ed. UNB, 2001.
- _____. “A aprendizagem (proustiana) da memória e do esquecimento e a discussão historiográfica hoje”. In: *Anais do XI Encontro Regional de História – ANPUH-MG*. Uberlândia: UFU, 1998.
- _____. “Percurso de Memórias em Terras de História: Problemáticas atuais”. In: BRESCIANI, Stella e NAXARA, Márcia (org.). *Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas – São Paulo: Editora da UNICAMP, 2001.
- _____. *Os tempos da memória: (des)continuidade e projeção. Uma reflexão (in)atual para a história?* . Projeto História, PUC/SP, no prelo.
- _____. *Halbwachs e a memória-reconstrução do passado: considerações sobre as relações entre memória coletiva e história*. Revista da UNESP, no prelo.
- _____. “comemorar entre memória e esquecimento.” In: *História e Debate*. 2000. UFPR.
- SWAIN, Tânia Navarro. (org.). “Você disse imaginário?” In: *História no Plural*. Brasília: UNB, 1993.
- TARKOVSKI, Andrei. *Esculpir o Tempo*. São Paulo: Martins Fontes, 1990
- VERNANT, Jean-Pierre. “Mitologias”. In: __. *Entre Mito e Política*. São Paulo: EDUSP, 2001.
- _____. “Imagem, Imaginário, Imaginação.” In: __. *Entre Mito e Política*. São Paulo: EDUSP, 2001.

VESENTINI, Carlos A. *A teia do fato: uma proposta de estudo sobre a memória histórica*. São Paulo: HUCITEC, 1997.

_____ & DE DECCA, Edgar S. “A revolução do Vencedor”. In: *Revista Ciência e Cultura*. 29(1), janeiro, 1997.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)